

Alexandre Melo de Sousa
Elyne Giselle de Santana Lima Aguiar Vitória
Jomson Teixeira da Silva Filho
Rosária Cristina Costa Ribeiro
Aderjan Albert da Silva Argolo
Richard Plácido Pereira da Silva
(Organizadores)

[lan.gwɪdʒ]

sistema de signos
da comunicação

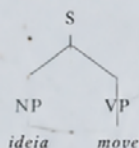


*as palavras
são pontes
entre o silêncio
e o sentido.*

metáfora

CARTOGRAFIAS DAS PESQUISAS EM LINGUAGEM(NS)

TRABALHOS COMPLETOS



polissemia




Pontes
entre
linhas,
o leitor
se escreve.

Todos os direitos desta edição reservados a Pontes Editores Ltda.
A Editora não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta publicação.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo–SP)

A693c Sousa, Alexandre Melo de et al. (org.).
Cartografias das pesquisas em linguagem(ns): Trabalhos Completos /
Organizadores/as: Alexandre Melo de Sousa, Elyne Giselle de Santana
Lima Aguiar Vítório, Jomson Teixeira da Silva Valoz, Rosária Cristina
Costa Ribeiro, Aderjan Albert da Silva Argolo e Richard Plácido Pereira
da Silva.

1. ed. – Campinas, SP : Pontes Editores, 2026.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-217-1198-8 – Ebook PDF.

1. Linguística. 2. Pesquisa Acadêmica. 3. PPGLL - UFA.

I. Título. II. Assunto. III. Organizadores.

Bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8/8846

Índices para catálogo sistemático:

1. Pesquisa – Congressos. 001.4063

2. Linguística. 410

Alexandre Melo de Sousa
Elyne Giselle de Santana Lima Aguiar Vitório
Jomson Teixeira da Silva Filho
Rosária Cristina Costa Ribeiro
Aderjan Albert da Silva Argolo
Richard Plácido Pereira da Silva
(Organizadores)

CARTOGRAFIAS DAS PESQUISAS EM LINGUAGEM(NS)

TRABALHOS COMPLETOS



Copyright © 2026 – Dos organizadores representantes dos autores
Coordenação Editorial: Pontes Editores
Revisão: Mayara Carolina Oliveira Nascimento
Editoração: Vinnie Graciano
Capa: Gatil Comunicação e Marketing

PARECER E REVISÃO POR PARES

Os capítulos que compõem esta obra foram submetidos
para avaliação e revisados por pares.

CONSELHO EDITORIAL:

Angela B. Kleiman
(Unicamp – Campinas)

Clarissa Menezes Jordão
(UFPR – Curitiba)

Edleise Mendes
(UFBA – Salvador)

Eliana Merlin Deganutti de Barros
(UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná)

Eni Puccinelli Orlandi
(Unicamp – Campinas)

Glaís Sales Cordeiro
(Université de Genève – Suisse)

José Carlos Paes de Almeida Filho
(UNB – Brasília)

Rogério Tilio
(UFRJ – Rio de Janeiro)

Suzete Silva
(UEL – Londrina)

Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva
(UFMG – Belo Horizonte)

PONTES EDITORES

Rua Dr. Miguel Penteado, 1038 – Jd. Chapadão
Campinas – SP – 13070-118
Fone 19 3252.6011
ponteseditores@ponteseditores.com.br
www.ponteseditores.com.br

Comissão Organizadora

Aderjan Albert da Silva Argolo	Jomson Teixeira da Silva Valoz
Aldo Matheus do Nascimento Silva	Josefa Arruda Silva Neta
Alexandre Melo de Sousa	Juliana Maria Neves Pimentel
Alexandre Ribeiro Emiliano	Kim Patrice Santiago Sarmento
Alison Santos de Lima	Magno da Guarda Almeida
Ana Luiza da Silva Oliveira	Marcos André Trindade da Silva
Andrey Ronald Monteiro da Silva	Maria Alcione dos Santos
Anesio Marreiros Queiroz	Maria Silma Lima de Brito
Arthur Ronald Brasil Terto	Richard Plácido Pereira da Silva
Carlos Alberto Matias de Oliveira	Ringo Star de Holanda Cavalcante
Erika Teodósio do Nascimento	Rita de Cássia Souto Maior Siqueira Lima
Fabício Batista de Sousa	Rosária Cristina Costa Ribeiro
Guilherme Barbosa Magalhães Moraes	Roseane Santana Navarro
Gustavo Félix Bezerra	Stephanie Maiane dos Santos Leite
Ícaro de Carvalho Bismarck Lopes	Thayrone Ibsen Gomes Silva
João Carlos Paiva Xavier	

Comitê Científico/Acadêmica

Aderjan Albert da Silva Argolo	Jomson Teixeira da Silva Valoz
Aldo Matheus do Nascimento Silva	Magno da Guarda Almeida
Alexandre Ribeiro Emiliano	Marcos André Trindade da Silva
Arthur Ronald Brasil Terto	Ringo Star de Holanda Cavalcante
Carlos Alberto Matias de Oliveira	Roseane Santana Navarro
João Carlos Paiva Xavier	Thayrone Ibsen Gomes Silva

Comitê Científico/Docentes

Alexandre Melo de Sousa	Eduardo Calil de Oliveira
Almir Almeida de Oliveira	Eliane Vitorino de Moura Oliveira
Ana Clara Magalhães de Medeiros	Elyne Giselle de Santana Lima
Carolina Barbosa Lima e Santos	Felipe Benício de Lima
Cátia Veneziano Pitombeira	Flávia Colen Meniconi
Cleyton Sidney de Andrade	Helson Flávio da Silva Sobrinho
Danniel da Silva Carvalho	Ildney de Fátima Souza Cavalcanti
Débora Raquel Hettwer Massmann	Ismar Inácio dos Santos Filho
Deywid Wagner de Melo	Izabel de Fátima de Oliveira Brandão

Jomson Teixeira da Silva Filho	Natacha Muriel López Gallucci
Kall Anne Sheyla Amorim Braga	Jair Barbosa da Silva
Kall Lyws Barroso Sales	Janio Nunes dos Santos
Lídia Ramires	Paulo Rogério Stella
Lorena Araújo de Oliveira Borges	Raquel D'Elboux Couto Nunes
Luiz Eduardo da Silva Andrade	Rosângela Oliveira Cruz Pimenta
Marcio Ferreira da Silva	Rosária Cristina Costa Ribeiro
Marcus Vinícius Matias	Sérgio Ifa
Maria do Socorro Aguiar Oliveira	Sônia Cristina Simões Filipeto
Maria Edileuza da Costa	Sóstenes Ericson Vicente da Silva
Maria Francisca Oliveira Santos	Silvio Nunes da Silva Júnior
Maria Inez Matoso Silveira	Susana Souto Silva
Maria Virgínia Borges Amaral	Zoroastro Pereira de Araújo Neto

Realização

Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura
<https://fale.ufal.br/ppgll/>

Coordenação

Alexandre Melo de Sousa
Elyne Giselle de Santana Lima Aguiar Vitório

Coordenação

IV Encontro Integrado de Trabalhos Acadêmicos em Andamento
Alexandre Melo de Sousa
Elyne Giselle de Santana Lima Aguiar Vitório
Jomson Teixeira da Silva Valoz
Rosária Cristina Costa Ribeiro

Apoio

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes)
Universidade Federal de Alagoas (Ufal)
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (Propep)
Pró-reitoria de Gestão Institucional (Proginst)
Faculdade de Letras (Fale)

Obra financiada com os recursos do Carolina Bori

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
---------------------	-----------

Comissão Organizadora do IV Eita

II – TERRITÓRIOS DE PESQUISA – LINGÜÍSTICA APLICADA

GENEALOGIA DAS DISSIDÊNCIAS: HISTORICIZAÇÃO DOS GÊNEROS E SEXUALIDADES A PARTIR DA TEORIA <i>CUIR/QUEER</i>	14
--	-----------

Aderjan Albert da Silva Argolo (Ufal)

Débora Raquel Hettwer Massmann (Ufal)

CORPOS EM ENCRUZILHADAS: COSMOPOLÍTICAS DO CANDOMBLÉ E TEORIAS <i>CUIR/TRANS</i> EM PERSPECTIVA DECOLONIAL	43
---	-----------

Aderjan Albert da Silva Argolo (Ufal)

Débora Raquel Hettwer Massmann (Ufal)

UMA ANÁLISE A PARTIR DA AUSÊNCIA (PRESENTE) DE IMAGENS RELACIONADAS AO GRUPO LGBTIAPN+ EM LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA	60
--	-----------

Aderjan Albert da Silva Argolo (Ufal)

III-CAMPOS DE INVESTIGAÇÃO – DISCURSO: SUJEITO, HISTÓRIA E IDEOLOGIA

DISCURSOS JUDICIAIS E TRABALHADORES RURAIS: EFEITOS IDEOLÓGICOS NO RECONHECIMENTO DE DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS	70
--	-----------

Martin Ramalho de Freitas Leão Rego (Ufal)

Helson Flávio da Silva Sobrinho (Ufal)

IV – PERCURSOS INVESTIGATIVOS – ESTUDOS TEXTUAIS E ENUNCIATIVOS: ORALIDADE, LEITURA E ESCRITURA

A COESÃO NA CONSTRUÇÃO DE SENTIDO NO GÊNERO TEXTUAL RELATO PESSOAL EM PRODUÇÕES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)	88
--	-----------

José Anilton Alves da Silva (Ufal)

Aderjan Albert da Silva Argolo (Ufal)

UMA ANÁLISE DAS PROVAS ARISTOTÉLICAS EM VOTAÇÕES DE PARLAMENTARES ALAGOANOS DURANTE O PROCESSO DE <i>IMPEACHMENT</i> DE DILMA VANA ROUSSEFF	113
--	------------

Isabella Sotero Medeiros Teixeira (Ufal)

Deywid Wagner de Melo (Ufal)

V – TRILHAS INVESTIGATIVAS – TEORIA E ANÁLISE LINGÜÍSTICA

APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS ENTRE PRESSUPOSTOS DAS ABORDAGENS ESTRUTURALISTAS E DA TEORIA GERATIVA	133
--	------------

Aldo Matheus do Nascimento Silva (Ufal)

Elaine Rodrigues de Souza Silva (Ufal)

Ícaro de Carvalho Bismarck Lopes (Ufal)

VI – CARTOGRAFIAS DE PESQUISA – LITERATURA: POÉTICAS, CULTURA E MEMÓRIA

MEMÓRIA, ESPAÇO E REPRESENTAÇÃO DA INFÂNCIA NO CONTO “O CASO DA BORBOLETA”, DE GEOVANI MARTINS	157
---	------------

Maria Clara de Lima Barros (Ufal)
Rosária Cristina Costa Ribeiro (Ufal)

MULHERES ENTRE JUSTIÇA E (AUTO)DESCOBERTA: O SAGRADO IRRELIGIOSO E A JORNADA FEMININA NO ROMANCE DETETIVESCO CONTEMPORÂNEO	171
---	------------

Helen Maika Brasil Bezerra (Ufal)
Rosária Costa Ribeiro (Ufal)

GESTO DE JUSTIÇA POÉTICA E MEMÓRIA ESPACIAL: A VIVÊNCIA DA MULHER NEGRA EM MOI, TITUBA, SORCIÈRE... NOIRE DE SALEM, DE MARYSE CONDÉ	185
--	------------

Marilane Nascimento dos Santos (Ufal)
Rosária Cristina Costa Ribeiro (Ufal)

SOBRE AS PESSOAS AUTORAS	209
---------------------------------	------------



APRESENTAÇÃO

Em um contexto histórico marcado pela crescente descrédibilização da ciência, pela disseminação de desinformação e pelo questionamento do valor social da pesquisa acadêmica, eventos científicos como o Encontro Integrado de Trabalhos Acadêmicos em Andamento (IV EITA) assumem relevância ainda maior, ao evidenciar a vitalidade da investigação produzida no âmbito da pós-graduação e o compromisso da comunidade acadêmica com a construção de saberes rigorosos, críticos e socialmente comprometidos, ademais, reafirmando o papel da universidade pública como espaço privilegiado de produção, circulação e legitimação dos conhecimentos científicos. Nesse cenário, a socialização das pesquisas desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL) da Universidade Federal de Alagoas constitui não apenas um exercício de interlocução científica, mas também um gesto político de afirmação da ciência como prática fundamental para a compreensão e a transformação das dinâmicas sociais contemporâneas.

A diversidade de trabalhos aqui reunidos expressa a amplitude temática e epistemológica que caracteriza o campo das Ciências da(s) Linguagem(ns) e evidencia a pluridiversidade de perspectivas teóricas mobilizadas pelas pessoas pesquisadoras vinculadas ao programa. Na linha de Linguística Aplicada, por exemplo, os estudos apresentados abordam problemáticas contemporâneas que articulam linguagem(ns), identidades e práticas sociais, como se observa nas investigações sobre historicização dos gêneros e das sexualidades a partir das teorias *cuir/queer*, nas análises que aproximam cosmopolíticas do candomblé

e dissidências de gênero em perspectiva decolonial e, ainda, na reflexão crítica acerca da ausência -ou presença silenciada- de imagens relacionadas ao grupo LGBTIAPN+ em livros didáticos de Língua Portuguesa. Tais pesquisas evidenciam o potencial da Linguística Aplicada como campo indisciplinar e crítico comprometido com a problematização das relações entre linguagem(ns), poder, culturas e educação.

No campo Discurso: sujeito, história e ideologia, as investigações destacam o papel da linguagem na produção de efeitos de sentido que atravessam as instituições sociais e jurídicas. A análise de discursos judiciais relacionados a trabalhadores rurais e aos processos de reconhecimento de direitos previdenciários revela como a linguagem participa ativamente da constituição de regimes de verdade, evidenciando as dimensões ideológicas que atravessam as práticas institucionais. Ao explorar tais problemáticas, os trabalhos reafirmam a importância da análise do discurso para compreender as relações entre linguagem, poder e historicidade.

No eixo Estudos Textuais e Enunciativos: oralidade, leitura e escrita, as pesquisas evidenciam a centralidade dos processos de produção de sentido em diferentes práticas discursivas. Os estudos sobre a coesão em relatos pessoais produzidos por estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e sobre as estratégias argumentativas presentes nos pronunciamentos de parlamentares durante o processo de *impeachment* de Dilma Vana Rousseff demonstram como as dimensões textuais e retóricas da linguagem se articulam com contextos sociais, políticos e educacionais específicos, revelando o potencial analítico desses estudos para compreender a complexidade das práticas discursivas contemporâneas.

Na linha de Teoria e Análise Linguística, os trabalhos apresentados investigam os fundamentos teóricos que sustentam diferentes tradições de pensamento linguístico, ao discutir aproximações e distanciamentos entre abordagens estruturalistas e a teoria gerativa.

Ao revisitar essas matrizes teóricas, as pesquisas contribuem para aprofundar a reflexão sobre os pressupostos epistemológicos que orientam os estudos da linguagem, reafirmando a relevância da teoria linguística para a compreensão das estruturas e dos funcionamentos da língua.

Por sua vez, no campo da Literatura: poéticas, cultura e memória, as investigações mobilizam perspectivas críticas que articulam literatura, memória, gênero e relações raciais. Os estudos que abordam a representação da infância em narrativas contemporâneas, as trajetórias femininas no romance policial e as experiências da mulher negra na obra de Maryse Condé demonstram como a literatura se configura como espaço privilegiado de elaboração simbólica das experiências históricas e sociais, permitindo problematizar questões relacionadas à identidade, à memória e à justiça.

Dessa forma, a pluridiversidade de pesquisas reunidas neste volume evidencia a potência da produção científica desenvolvida no âmbito do PPGLL/Ufal e reafirma o compromisso da pós-graduação com a formação de pessoas pesquisadoras capazes de interrogar criticamente o mundo social. Em um momento histórico no qual o conhecimento científico é frequentemente alvo de descrédito e contestação, iniciativas como o Eita tornam-se fundamentais para demonstrar que a pesquisa acadêmica não apenas produz saberes especializados, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais reflexiva, democrática e socialmente justa. Ao promover o diálogo entre diferentes áreas, perspectivas teóricas e problemáticas investigativas, o Eita reafirma, portanto, o papel da ciência como instrumento essencial para compreender a complexidade do mundo contemporâneo e para enfrentar os desafios que atravessam a vida social, cultural e política do país.

Comissão Organizadora do IV Eita

Março, 2026.

[laŋ.gwĩdʒ]

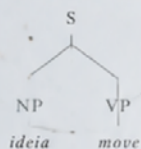
sistema de signos
da comunicação

*as palavras
são pontes
entre o silêncio
e o sentido.*



metáfora

II – TERRITÓRIOS DE PESQUISA – LINGUÍSTICA APLICADA



polissemia

*navega,
entre
linhas,
o leitor
se escreve.*



GENEALOGIA DAS DISSIDÊNCIAS: HISTORICIZAÇÃO DOS GÊNEROS E SEXUALIDADES A PARTIR DA TEORIA *CUIR/QUEER*

Aderjan Albert da Silva Argolo (Ufal)
Débora Raquel Hettwer Massmann (Ufal)

ENTRE HISTÓRIA, PODER E NORMATIVIDADE: NOTAS INTRODUTÓRIAS PARA UMA ABORDAGEM HISTÓRICA DOS GÊNEROS E DAS SEXUALIDADES

Este artigo é fruto da dissertação intitulada “A Teoria *Cuir*: sua reverberação nos espaços e nas (inter)relações sociais e sua contribuição para formação docente”, discute a historicização das reflexões sobre gêneros e sexualidades no Brasil, situando a emergência da teoria *queer/cuir* como desdobramento de movimentos sociais, produções acadêmicas e disputas políticas que, desde os anos 1970, tensionam a heteronormatividade e os discursos regulatórios responsáveis pela produção e manutenção de identidades e corpos “normalizados”.

O objetivo central consiste em analisar como a teoria *queer/cuir*, articulada a perspectivas decoloniais, contracoloniais, feministas, antirracistas e pós-estruturalistas, pode contribuir para compreender práticas educativas e processos formativos, especialmente no âmbito das Ciências da Linguagem e da formação de professores. Metodologicamente, o estudo é teórico-bibliográfico e mobiliza autoras e autores dos estudos de gêneros, da Linguística Aplicada e dos estudos culturais, além de examinar produções do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, com o intuito de identificar a presença (ain-

da incipiente) da teoria *queer/cuir* no campo educacional e linguístico. O artigo também analisa debates contemporâneos sobre linguagem inclusiva, questionando o uso da chamada “linguagem neutra” e propondo alternativas que evitem práticas capacitistas e reconheçam a língua como espaço de disputas simbólicas, políticas e pedagógicas.

2. GÊNEROS E SEXUALIDADES EM PERSPECTIVA HISTÓRICA: PRESSUPOSTOS E PROBLEMATIZAÇÕES INICIAIS

Antes de tratar, propriamente, sobre a questão que serve de base para esta pesquisa (teoria *cuir/queer*), há de se pensar sobre a necessidade de estabelecer um percurso histórico, de modo a melhor auxiliar a pessoa leitora deste trabalho, a partir do seguinte questionamento: o que antecede a teoria *cuir/queer* no Brasil? A respeito disso, Louro (2001) nos ajuda a compreender o que antecedeu a teoria *cuir/queer* no Brasil: existiam movimentos sociais que lutavam por direitos LGBTI+ e por uma sociedade mais inclusiva, antes da chegada da teoria *cuir/queer* ao Brasil; nos anos 1970, universidades americanas começaram a criar os chamados “Estudos Culturais”; houve movimentos populares que lutavam por direitos civis, como o movimento negro e o movimento feminista, ademais de movimentos de luta contra a homofobia; a representação de grupos LGBTI+, na mídia, era limitada e, muitas vezes, caricaturada; com o passar do tempo, a representação dos grupos LGBTI+ na mídia foi aumentando, o que possibilitou a construção de uma sociedade mais inclusiva.

A teoria *cuir/queer* chegou ao Brasil no final do século XX, sendo incorporada por pessoas teóricas da educação, sociologia, literatura, história, direito e antropologia, como uma forma de criticar a ideia de que o gênero é uma parte essencial do ser individual, para além de expandir o âmbito da análise para abranger todos os tipos de atividades sexuais e de identidades. A palavra *cuir/queer* era usada para representar as pessoas que não se identificavam com as normas de gênero impostas pela sociedade.

Faz-se necessário compreender o contexto histórico brasileiro no final do século XX: consoante a Almeida (1998), no final do século XX, o Brasil estava na Nova República, que começou em 1985 e continua até hoje. Esse período foi marcado por avanços no padrão de vida, industrialização e integração ao mercado internacional. Houve avanços no padrão de vida: a mão de obra empregada na agricultura diminuiu em favor de empregos na indústria e nos serviços, a expectativa de vida ao nascer aumentou. Industrialização: o Brasil desenvolveu um amplo parque industrial, integrado ao mercado internacional; a participação do capital privado nacional e internacional foi importante para o crescimento do setor industrial. Integração ao mercado internacional: o Brasil se integrou ao mercado internacional; o país se tornou um importante destino para refugiados de diversos países.

2.1. Teoria *Cuir/Queer* e a crítica às normatividades de gêneros e sexualidades

A teoria *cuir/queer* constitui-se como um campo crítico voltado à problematização das normatividades de gêneros e sexualidades, ao questionar os regimes de verdade que, historicamente, naturalizam identidades, corpos e práticas afetivo-sexuais. Conforme aponta Foucault (2022), as sexualidades não são dados naturais, mas produções discursivas atravessadas por saberes médicos, jurídicos e morais, que operam como tecnologias de poder. Nesse sentido, a teoria *cuir/queer* desloca categorias consideradas fixas (tais quais “homem”, “mulher”, “heterossexual” e “homossexual”) evidenciando seu caráter histórico, contingente e regulado socialmente.

Butler (2003; 2019) aprofunda essa crítica ao propor a noção de performatividade de gêneros, argumentando que gênero não é uma essência interior, mas, um efeito reiterado de práticas discursivas e corporais normativamente reguladas. A partir dessa perspectiva, as normatividades de gêneros e sexualidades funcionam como dispositivos que produzem inteligibilidade social, ao mesmo tempo em que

geram exclusões, abjeções e violências simbólicas contra corpos e subjetividades dissidentes. Assim, a crítica *cuir/queer* não se limita à ampliação de direitos ou ao reconhecimento identitário, mas, visa a desestabilizar os próprios mecanismos que sustentam a hierarquização das diferenças, de modo a contribuir com o respeito e valorização dessas diferenças.

A incorporação do termo *cuir*, especialmente no contexto latino-americano, amplia essa crítica ao tensionar as traduções hegemônicas do conceito de *queer* e ao evidenciar os atravessamentos da colonialidade, da racialização e das desigualdades de classes sociais. Autoras como Pelúcio (2014) e Bento (2017) destacam que o uso de *cuir* opera como um gesto político-epistemológico, que recusa universalizações teóricas e reivindica saberes situados, produzidos a partir das margens. Nesse sentido, a teoria *cuir* desloca o debate das identidades sexuais para uma análise mais ampla das relações de poder que regulam corpos, desejos e formas de vida no Sul Global. Para além disso, o termo *cuir* é uma tradução dissidente da palavra *queer*, que, por sua vez, tem a sua origem inglesa.

Preciado (2018) contribui para esse debate ao analisar os regimes contemporâneos de controle dos corpos e das sexualidades, demonstrando como o capitalismo farmacopornográfico redefine as normatividades de gêneros por meio de tecnologias biomédicas e midiáticas. A teoria *cuir/queer*, portanto, propõe uma política da instabilidade, da recusa às fixações identitárias e da crítica permanente às normas que produzem sujeição. Ao fazê-lo, oferece ferramentas analíticas fundamentais para compreender gêneros e sexualidades como campos abertos e atravessados por disputas simbólicas e materiais, reafirmando seu potencial crítico na análise das relações entre poderes, corpos e subjetividades na contemporaneidade.

2.2. O conceito de *cuir/queer*- definições e delimitações teóricas

Após trilhar um percurso histórico sobre a teoria *queer/cuir*, faz-se necessário responder a um questionamento: o que é *cuir/queer*? Essa foi a pergunta que mais escutei, desde que as pessoas começaram a saber sobre a pesquisa que desenvolvi no mestrado, em parceria com a minha orientadora, que é coautora neste artigo. Nem sempre elas tinham a paciência para escutar a resposta a partir do que a literatura¹ traz como concepção teórica. Em alguns casos, após fazer a pergunta, vinha a complementação: resuma, não precisa teorizar, não. Eu entendia que, por se tratar de (mais) uma categoria associada ao grupo LGBTI+, muitas pessoas demonstravam dificuldade em compreender, por mais que lessem, não era tão simples assim.

Conforme assevera Sayers (2005), o termo *queer* já era usado desde o século XIV, no baixo alemão, com o significado de “estranho”, “peculiar”, “algo questionável”, “que causa dúvida”; a partir do século XIX, o termo sofreu mudanças, passando a ser usado de modo pejorativo, referindo-se às identidades de gênero e sexualidades não heterossexuais, justamente, as identidades que causavam dúvida e pareciam colocar em xeque o modelo binário². A partir de 1980, com os estudos *gays*, lésbicos e todos os movimentos sociais, o termo *queer/cuir* é retomado/(trans)formado/subvertido, servindo de base para uma série de escritos.

De acordo com Lima (2018), como afirmara Beauvoir (1980), em **O Segundo Sexo**, não se nasce mulher, torna-se mulher; de modo similar, não nascemos *cuir*, *gay* ou hétero, aprende-se; da mesma forma, aprende-se a respeitar as diferenças, porque, são nossas diferenças que nos tornam pessoas únicas; em decorrência disso, devemos

1 O termo foi utilizado não como ramificação/vertente do curso de Letras, mas como categoria representativa para o cabedal teórico-metodológico usado na formação de cada pessoa.

2 A binariedade é utilizada para sedimentar as construções sociais: toda a sociedade está pautada em uma perspectiva binária: fêmea x macho; feminino x masculino; culpado x inocente; certo x errado.

ser valorizadas, respeitadas e ter nossos direitos garantidos pelos meios jurídicos e constitucionais. A teoria e a (re)apropriação do termo *cuir*, enquanto identidade e fazer ciência, engendra-se, então, como uma política contra-hegemônica, que se utiliza de um, antes depreciativo, para lembrar de todo o estigma e abjeção sofrida por questionar o caráter normativo da heterossexualidade.

Louro (2018) assevera que o termo *queer* é a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada, representa aquelas pessoas que buscam não se definir dentro de um padrão heterossexual/binário/normativo, buscando pensar práticas/identidades alternativas. Miskolci (2012) afirma que *queer* é subversão, movimento, transformação do que se está instituído e que nos é reafirmado, é uma alternativa ao modelo heteronormativo e limitador das múltiplas identidades e dos múltiplos quereres. Consoante a Colling *et al.* (2013), os escritos *queer* seriam perturbadores da normalidade, dos territórios hegemônicos e da heteronormatividade, sendo assim, eles não se colocam como discursos de tolerância, mas como discursos de afirmação da diferença, escrituras que, desterritorializando normas e convenções culturais, permitem a transformação tanto da cultura quanto do leitor.

O *cuir* se estabelece enquanto teoria a partir do estranhamento. A palavra *queer*, Para Louro (2004), pode ser traduzida por estranho, ridículo, excêntrico, raro, extraordinário -é um termo emprestado do inglês. A categoria *cuir* trouxe ao centro do debate sobre gêneros e sexualidades as possibilidades de deboche para criar campos de contestação às normas de sexualidades e gêneros e para destacar as existências de sujeitos tidos como desviantes; desse modo, o campo dos estudos *cuir* pode ser considerado como um aporte para uma política de gêneros mais plurais que é viabilizada pelas contribuições dos movimentos de pessoas transexuais, travestis e não binárias. Barone *et al.* (2023) asseveram que, a partir de uma perspectiva antiessencialista, esse campo desestabiliza a construção das identidades sexuais, questiona as categorias normativas de gênero e sexualidade e outorga signifi-

cados outros às operações linguísticas, de forma que se compreenda como um outro modo socialmente aceito de viver os gêneros e as sexualidades.

2.3. Genealogias e traduções do *queer* ao *cuir*

Em harmonia com Louro (2001), a política *queer* está estritamente ligada à produção de um grupo de intelectuais que, ao redor dos anos 1990, passa a utilizar esse termo para descrever seu trabalho e sua perspectiva teórica; na medida em que o termo sinaliza para o estranho/contestação/o que está fora do centro, seria incoerente supor que a teoria se reduzisse a uma aplicação ou uma extensão de ideias fundadoras. Butler (1999) afirma que as sociedades constroem normas que regulam e materializam o sexo dos sujeitos e que essas “normas regulatórias” precisam ser constantemente repetidas e reiteradas, para que tal materialização se concretize.

Vilela *et al.* (2023) asseveram que, após o aparecimento do termo *queer* no marco acadêmico estadunidense, a partir da década de 1990, a teoria *queer* se tornou um dos temas mais pesquisados no que concerne à sexualidade, em seguida, internacionalizou-se com figuras como Judith Butler, Eve Kosofsky Sedgwick, Jack Halberstam, David Halperin, entre outras.

O termo *cuir* advém de uma transformação geopoliticamente localizada no Sul. Ele procura tornar visíveis alguns usos estratégicos da desobediência epistêmica em que se propõem, frente às metodologias de enunciação tradicionais da modernidade/colonial, metodologias outras de corte decolonial que mostrem as inquietudes discursivas já existentes. No *cuir* existe uma marca crítica em que a simbiose é mostrada em um imaginário simbólico heterogêneo, próprio da exuberância das culturas ex-coloniais e das linguagens de representação dos devires minoritários, criando uma espécie de mosaico multicultural, caleidoscópico, em que a violência e a festa convivem em pânico.

Ainda segundo as mesmas pessoas autoras, o deslocamento *cuir* também nos comunica de um conteúdo geopolítico e de uma crítica radical não só das periferias sexuais, mas também das periferias econômicas, raciais, de gênero, da diversidade corporal e funcional, que já não são mais premissas deslocadas, mas enclaves fundamentais na conformação de políticas de resistência interseccional.

O cuir visibiliza e dá voz às políticas linguísticas de sobrevivência e aliança entre trans, borders, messtiç*s, bixas, lésbicas, vestid*s, put*s e pessoas com deficiências. O cuir representa um estranhamento (ostranienie; desfamiliarização) do termo queer, isto é, uma desautomotização da perspectiva leitora, registrando assim uma inflexão geopolítica rumo ao sul a partir das periferias em contraofensiva à epistemologia colonial e à historiografia anglo-americana. Assim, o deslocamento do queer ao cuir se refere a um locus de enunciação com inflexão decolonial, tanto lúdica quanto crítica (Vilela *et al.*, 2023, p. 18).

Barros e Wlian (2023) asseveram que uma política *cuir* não age para alcançar o entendimento ou consenso, mas sim para evidenciar as fraturas na partilha do mundo comum, o desacordo dado entre a distribuição das vozes e dos espaços. Vilela *et al.* (2023) consideram o movimento *cuir* como de (auto)crítica e agenciamento radical, que faz alianças com os (trans)feminismos e com os diversos processos de minorização dados pela raça/etnia, diversidade funcional, migração, idade, classe social etc., e que reconhece as conquistas e a historiografia de outros movimentos de transformação social; é um movimento ético e (geo)político.

Vilela *et al.* (2023) asseveram que o deslocamento do termo *queer* para *cuir* nos leva a (re)conceitualizar uma filosofia política de ativismo que refuta a situação atual de desigualdade global, dando continuidade às lutas decoloniais e às perspectivas (trans)feministas, evidenciando um meio de articulação entre insurreições cotidianas que proliferam

na paisagem diversa das cidades do capitalismo e temas relacionados ao uso subversivo do gênero, da linguagem, da sexualidade, do racismo, da diversidade funcional, da ecologia, entre outros. Pode-se afirmar que a teoria *cuir* está para além das identidades sexuais/orientações de gêneros.

Ainda no que concerne ao termo *cuir*, Carvalho (2018) estabelece relação entre as diferenças do *cuir* e não binário, para ele, *cuir* é um termo guarda-chuva, usado para as identidades sexuais e de gênero que não são cisgêneras e heterossexuais, enquanto o termo não binário está apenas para identidade de gênero; *cuir* abrange todas as orientações sexuais, exceto heterossexual; o não binário abrange todas as identidades de gêneros que não se encaixam no binário masculino e feminino; o termo *cuir* pode incluir pessoas que se identificam como lésbica, *gay*, bissexual, pansexual, transexual, não binária; a não bina-riedade é um termo guarda-chuva para identidades de gênero que não são estritamente masculinas ou femininas; o que irá definir se uma pessoa é *cuir* ou não binária é como ela se identifica, pois, é possível que uma pessoa se identifique das duas formas. A teoria *cuir/queer* é uma linha teórica de estudos de gênero que questiona a lógica social dividida entre masculino e feminino.

A partir da realização de uma pesquisa, no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento e Pessoal de Nível Superior (Capes), utilizando como expressões teoria *cuir* ou teoria *queer*, foi possível encontrar quatro trabalhos, sendo três dissertações e uma tese. As dissertações apresentadas em 2022 e a tese em 2021. No entanto, nenhum dos trabalhos encontrados tece relação entre a teoria *cuir/queer* e formação docente. Após selecionar as áreas de Linguística e Literatura, como resultado, encontrei dissertações e tese das áreas de Linguística e Literatura, Artes, Psicologia e Teoria do Direito, que serão apresentadas no quadro a seguir:

Ano	Área do conhecimento	Tipo	Pessoa autora	Título
2021	Psicologia	Tese	Fernanda Isabelly Souza Ximenes	Pornodissidência como micropolítica: narrativas sobre carnes e subjetividades (a)normais
2022	Linguística, Letras e Artes	Dissertação	Joao Guilherme Mello de Souza	Corpos dissidentes em cena: notas sobre teatro LGBTQIAP+ engajado
2022	Letras e Literatura	Dissertação	Joao Victor da Silva	Quem tem medo da bixa travesty? Invenções utópicas em Linn da Quebrada
2022	Teoria do Direito	Dissertação	Lucas de Souza Oliveira	Cara da desordem, corpo do regresso: rumo ao juízo final, as LGBTTQIA+ pretas descem do morro para julgar o tribunal

Fonte: Quadro desenvolvido pela pessoa autora (2025).

No entanto, quando feita a inserção de critérios como: os últimos 10 anos, de 2015 a 2025; grande área do conhecimento Linguística, Literatura e Artes; área de conhecimento Linguística e Linguística Aplicada; área de concentração Linguística, Linguística e Língua Portuguesa, Linguística Aplicada e Literatura; área de avaliação Linguística e Literatura; nome do programa Linguística, Linguística e Língua Portuguesa, Linguística e Letras e Linguística Aplicada, obtive como resultado 2.247 trabalhos, sendo 1.358 dissertações e 889 teses; no entanto, quando inseri o termo teoria *cuir/queer*, visando a identificar o que traz, ao menos no título, o que busco investigar nesta dissertação, obtive dois trabalhos—uma dissertação e uma tese, que serão apresentadas no quadro a seguir:

Ano	Área do conhecimento	Tipo	Pessoa autora	Título
2021	Letras	Dissertação	Izabel Maria da Silva Lopes	Ler para Aprender: uma proposta didática de leitura para o Ensino Médio a partir do ENEM sob a perspectiva da Linguística Sistêmico-Funcional–LSF
2023	Letras–Letras Clássicas	Tese	Elio Marques de Souto Junior	Performances de masculinidades no Satyricon de Petrônio e em <i>O Segredo de Brokeback Mountain</i> de Annie Proulx: um estudo <i>Queer</i>

Fonte: Quadro desenvolvido pela pessoa autora (2025).

A partir do exposto no quadro, conseguimos perceber que, em meio a 2.247 trabalhos, somente dois trabalhos foram encontrados, todavia, apenas um traz no título o termo *queer*.

Considerando o que já foi apresentado até aqui, ademais do que foi exposto nos quadros, em relação às dissertações e às teses publicadas na base de dados da Capes, penso que cabe destacar a relevância social e científica da minha proposta de estudo/pesquisa, considerando os seguintes pontos: no que diz respeito à relevância social, a proposta é contribuir de forma teórico-prática com o estudos que visam a promover a inclusão de pessoas que não se identificam com padrões impostos pela sociedade; questionar/tensionar a heteronormatividade e a cis-hétero-normatividade de gênero, bem como contribuir para a teorização de gêneros e práticas sexuais que existem fora da heterossexualidade.

No âmbito da esfera científica, tenho como proposta contribuir para a crítica de ação/reflexão; propor uma filosofia política de ativismo que refuta a situação atual de desigualdade global e articular insurreições cotidianas com temas relacionados ao uso abusivo do gênero, da linguagem, da sexualidade, do racismo e das diversidades. Ademais do que foi asseverado, vale ressaltar que minha dissertação traz como ineditismo o fato de trabalhar com a teoria *cuir* e a formação de professores de modo interseccionado.

3. TEORIZAÇÃO DE GÊNEROS E SEXUALIDADES

A diferença de sexos, para Laqueur (1996), surge nos séculos XVIII e XIX; pois, o Ocidente não concebia a sexualidade humana como algo binário e dividido entre masculino e feminino, até o século XVIII; até o século XVII, o modelo de sexualidade era o *one-sex model* -só existia um sexo, a mulher era vista como representante inferior de um único sexo, que possuía hierarquia corporal. Supor que tenha existido outra forma de pensar a sexualidade, para nós, seres humanos e construídos em um mundo em que a diferença de sexos é algo naturalizado e reforçado no nosso pensamento diário, não é fácil: como sujeitos cultural e historicamente construídos, passamos a vislumbrar a divisão entre masculino e feminino como algo fixo, natural, indiscutível e repleto de verdades inquestionáveis, ou seja, algo reificado.

A respeito disso, Costa (1995) afirma o seguinte:

a diferença entre mulheres e homens era percebida; só não era explicada pela diferença de sexos. O que chamamos de sexo, hoje, era a palavra usada para designar apenas os órgãos reprodutores. Considerando as genitais, a mulher era, de fato, uma simples especialização funcional anatomicamente identificada como masculina em sua natureza. A forma cultural de distinguir os gêneros masculino e feminino dispensava o recurso à diferença dos sexos (Costa, 1995, p. 104).

Considerando a necessidade de explicitar sobre as orientações sexuais, identidades e expressões de gêneros, antes, precisamos compreender que há uma distinção entre sexualidades, gêneros e sexo do nascimento/atribuído ao nascer. Consoante a Reis e Cazal (2021), sexualidades referem-se às construções culturais sobre os prazeres e os intercâmbios sociais e corporais que compreendem desde o erotismo, os desejos e os afetos, até as noções relativas à saúde, à reprodução, ao uso de tecnologias e ao exercício de poder na sociedade; ou seja, construção social/cultural. Já o gênero, por sua vez, é um conceito formulado nos anos 1970, a partir dos movimentos feministas, criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, baseando-se no entendimento de que há fêmeas e machos na espécie humana, considerando que a maneira de ser mulher e de ser homem é realizada pela cultura. O sexo biológico, ou sexo atribuído ao nascer, diz respeito às características biológicas que a pessoa tem ao nascer, incluindo cromossomos, genitália, composição hormonal, entre outros. “Não há gênero no sexo biológico em si, o que existe é uma expectativa social de gênero em relação ao corpo/genital” (Caderno, 2017 *apud* Reis; Cazal, 2021, p. 18).

Silva *et al.* (2021) asseveram que a diversidade representa a pluralidade humana. Afinal, cada um de nós possui características próprias, que, reunidas, formam a nossa identidade enquanto sociedade. Nesse sentido, a convivência harmoniosa dessa pluralidade de aspectos é essencial na construção de uma sociedade mais justa, que respeita o diferente. Um desses aspectos é a diversidade sexual, que diz respeito às diferentes orientações sexuais e identidades de gênero dos indivíduos. Na promoção do respeito à diversidade sexual da nossa sociedade, os direitos LGBTQ+ ganharam reconhecimento internacional e se intensificaram no mundo nas últimas décadas. Contudo, em muitas sociedades atuais, a natureza diversa da sexualidade é reprimida, sendo rejeitada e até mesmo criminalizada. Dessa forma, neste texto do Equidade, vamos falar sobre a diversidade sexual no mundo e os

direitos LGBT+, buscando entender como esses direitos são garantidos em alguns países e como diferentes sociedades tratam a diversidade sexual.

Para Foucault (2022), a diferenciação biológica do sexo é um dos dispositivos do biopoder, que foi elemento indispensável para o desenvolvimento do capitalismo, que, por sua vez, só conseguiu lograr êxito e vida por meio do controle dos corpos no aparelho de produção e de uma regulamentação/ajustamento dos fenômenos populacionais ao sistema econômico; foi necessário para o capitalismo aumentar a utilidade e a docilidade dos corpos, as forças, as habilidades, a vida, em geral, sem tornar as pessoas mais difíceis de sujeitar.

Precisamos lembrar que o conceito de gênero foi criado, de acordo com Silva (2005), para enfatizar as construções sociais e históricas das identidades masculinas e femininas, definições que variam ao longo da história e entre as diferentes sociedades, o que rompe com a ideia de algo fixo, essencial ou natural. A identidade não é algo da natureza, pode ser definida como um processo de significação ao qual, socialmente, é atribuído significado, ou seja, é uma construção social, o que pode acontecer de maneira hegemônica. A teoria *cuir* tende a problematizar a identidade sexual considerada “normal”, ou seja, a heteronormativa, porque a homoafetiva é considerada como “problema”; existe também uma hegemonia no que concerne à questão (da) sexual(idade). A teoria *cuir* busca radicalizar com a construção social e a normatividade sexual, efetua uma reviravolta epistemológica, que, em sentido mais prático, vale-se da perversão, subversão, impertinência, irreverência como mecanismos de resistência.

Ainda para o mesmo autor, a análise da dinâmica de classe social no processo de reprodução cultural da desigualdade e das relações hierárquicas na sociedade capitalista é área de concentração para a teorização crítica sobre a educação e o currículo. Nos primórdios, no entanto, a crescente visibilidade do movimento e da teorização feminista

forçou as perspectivas críticas em educação a perceber a importância do papel de gênero na produção da desigualdade.

Para compreendermos a necessidade de inserir debates relacionados aos gêneros nas discussões de educação e currículo, precisamos traçar um percurso histórico, a partir disso, perceberemos que o conceito de gênero é, relativamente, recente, datado de 1955, seu uso foi feito pela primeira vez, em um sentido próximo ao atual, por um biólogo estadunidense John Money, para dar conta dos aspectos sociais do sexo; antes disso, o uso era feito para designar o sexo dos substantivos. Atualmente, a compreensão de gênero opõe-se à de sexo, pois, enquanto o sexo está reservado aos aspectos biológicos da identidade sexual, o gênero refere-se aos aspectos socialmente construídos do processo de identificação sexual.

Em harmonia com Carvalho (2011), o termo foi, inicialmente, apropriado por autores e autoras de língua inglesa, a partir da palavra *gender*, que, como em português, era utilizada no âmbito da gramática para designar palavras femininas e masculinas (ou neutras). Mas é preciso estar atento ao fato de que esse “paradigma da identidade de gênero”, nos termos de Haraway (2004), foi consolidado nos anos 1950/1960, por meio de uma versão funcionalista e essencializante da percepção de Simone de Beauvoir: gênero foi utilizado por psicólogos norte-americanos como John Money, Anke Ehrhardt (1974) e Robert Stoller (1968) para descrever os elementos que consideravam culturais, em oposição aos que consideravam naturais, biológicos, na personalidade de seus clientes (pessoas com indefinições de pertencimento sexual), isto é, diferentes formas de hermafroditismo e indefinições endócrinas ou morfológicas.

Essa utilização está baseada na distinção binária entre natureza (representada pelo sexo) e cultura (gênero) e foi apropriada, muitas vezes, de forma acrítica por feministas dos anos de 1970 e seguintes, pela sua utilidade na luta contra a naturalização das desigualdades en-

tre homens e mulheres e contra os determinismos dela resultantes. Trata-se da ideia de que o sexo é uma base (natural, biológica, invariável) sobre a qual as culturas constroem, por meio da socialização, diferentes concepções do que seja um homem ou uma mulher, isto é, características individuais de gênero.

No que concerne à orientação sexual, insta destacar que, em harmonia com Altmann (2001); Cardoso (2008); Reis e Cazal (2021) e Anmeguichean *et al.* (2006), refere-se à capacidade de cada pessoa ter uma profunda atração emocional, afetiva e sexual por pessoas do mesmo gênero, gênero diferente ou mais de um gênero, bem como, ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas. Basicamente, há cinco orientações sexuais preponderantes, a saber: pelo mesmo gênero (homossexualidade), pelo gênero oposto (heterossexualidade), por dois gêneros (bissexualidade), por vários gêneros (pansexualidade) e por nenhum ou praticamente nenhum (assexualidade).

Insta explicitar o que significa cada termo: **não binárias**, consoante Padilha e Palma (2017), é uma potência criativa para a ressignificação de entendimentos e conceitos aprisionantes, ou seja, pessoas que se nomeiam como não binárias ou fluídas (des)caracterizam-se como homens, mulheres, ambos, entre ou nenhum, colocam-se na perspectiva do devir, de estar em trânsito, de estar disposto, ao invés de posto.

Assexuais, de acordo com Rozenthal (2018), são pessoas que recusam à prática da sexualidade; a abstinência dos padres da Igreja Católica é um exemplo. A identidade assexual está relacionada àquelas pessoas que não desejam praticar a sexualidade e suas respectivas vicissitudes éticas, políticas e genealógicas. **Agênero**, por sua vez, tece relação de não identificação com os gêneros existentes. **Goys** são homens que se relacionam afetiva/sexualmente, no entanto, não se consideram gays; o “o” no lugar do “a” visa a afastar a ideia de prática do sexo anal. **Pansexuais** são pessoas que se relacionam com/que

se sentem atraídas por pessoas, independentemente da identidade de gênero e/ou orientação sexual; é uma orientação sexual que rejeita o binarismo de gênero. **Polissexuais** são aquelas pessoas que se caracterizam pela atração por dois ou mais gêneros, no entanto, essa atração não acontece, necessariamente, por todos os gêneros; difere-se da **poligamia** (prática de ter mais de um cônjuge ao mesmo tempo) e do **poliamor** (possibilidade de se relacionar afetiva e/ou sexualmente com mais de uma pessoa).

Crossdressers ou **cdzinha**, consoante a Vencato (2015), são homens que se vestem ou se montam de mulher em diversas instâncias de suas vidas; tais instâncias compreendem as relações com família, trabalho, relações afetivas e/ou conjugais, sem que tais homens se considerem mulheres trans ou travestis, tampouco, procuram ser uma caricatura de mulher. Há um efetivo desejo de se vestir com roupas e acessórios femininos, ainda que seja algo transitório, em momentos específicos, que envolve graus variados de intervenção corporal, dependendo do que se pretende em termos de resultado daquela produção.

Faz-se necessário versar sobre os preconceitos que acontecem, no Brasil, em decorrência das identidades de gêneros. Consoante a Mezan (1998), preconceito é um conjunto de crenças, atitudes e comportamentos que consiste em atribuir a qualquer membro de determinado grupo humano uma característica negativa, pelo simples fato de pertencer àquele grupo: a característica em questão é vista como essencial, definidora da natureza do grupo e, portanto, adere, indelevelmente, a todos os indivíduos que o compõem.

Não obstante a isso, existem preconceitos que estão relacionados à identidade de gênero ou ao gênero com o qual a pessoa se identifica. Em decorrência disso, Barbosa *et al.* (2015) afirmam que a homofobia (termo usado para referir-se às formas de preconceito e aversão a homossexuais) e suas diversas faces são das mais fortes formas

de preconceito no país, causando traumas, muitas vezes, irreparáveis àqueles que tentam assumir sua identidade *gay*. Já se sabe das dificuldades que adultos enfrentam para conseguir ser aceitos, socialmente, da forma como eles se sentem bem. O homossexual é vítima de pressões constantes dos ditos “protetores da tradição”, ou seja, patriarcado, que procuram unir a sociedade a um mundo heterossexual em decadência, apregoador por uma cultura pautada por regimes religiosos, uma vez que o avanço da modernidade e as conquistas dos direitos de liberdade de expressão e igualdade garantem a autonomia do sujeito.

4. LINGUAGEM INCLUSIVA E LINGUAGEM NEUTRA: DISTINÇÕES CONCEITUAIS

No Brasil, a linguagem neutra passou a ser uma pauta inserida nos debates e discussões, em algumas universidades, no estado de Sergipe, a partir de 2017, considerando uma prática que já fazia parte das redes sociais digitais. A minha proposta é asseverar sobre a perspectiva de uma linguagem inclusiva, considerando que o termo “linguagem neutra” pode segregar alguns grupos que já são postos em vulnerabilidade social, a saber, PCDs, sendo considerada capacitista³. A seguir, versarei mais sobre a temática.

Santos Filho (2021) assevera que as discussões sobre linguagem não sexista, no âmbito mundial, e a respeito de ativismo linguístico não são novas; a partir de um percurso histórico, desde o século XVIII, quando Olympe de Gouges propôs a Declaração dos Direitos das Mulheres, com o argumento de que elas não se sentiam contempladas na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e também em contraposição à gramática francesa. Já no Brasil, é recente, no es-

3 Segundo Fiona Kumari Campbell, professora sênior na Escola de Educação e Serviço Social da Universidade de Dundee na Escócia, traduz-se como capacitismo a palavra inglesa *ableism*, que significa discriminação em decorrência da deficiência; o conceito está associado à produção de poder e a se relacionar com a temática do corpo por uma ideia de padrão corporal perfeito; também sugere um afastamento da capacidade e da aptidão dos seres humanos, em virtude da deficiência.

paço acadêmico, sendo iniciada no âmbito do feminismo. O ativismo transfeministas reivindica uma linguagem não binária, ganha popularidade e chega ao debate público, mobilizando, inclusive, o Poder Legislativo brasileiro, que vem propondo decretos que visam a proibir o uso do ‘gênero neutro’ na esfera escolar e na administração pública.

Consoante a Hailer (2022), a discussão sobre a estrutura binária da linguagem, seja falada ou escrita, não é nova no Ocidente; os primeiros registros fazem parte do debate promovido pelas feministas da década de 1970. Uma das autoras que ganhou notoriedade, ao chamar a atenção para a estrutura heteronormativa da linguagem, foi a filósofa francesa Monique Wittig (1935-2003): para ela, a maneira como a linguagem se estabeleceu, ao longo da história, diz respeito à consolidação e estruturação da “mentalidade heterossexual”/binária.

Noronha (2022) afirma que a linguagem neutra/inclusiva é a marcação de uma terceira desinência de gênero que poderia funcionar tanto como genérica como para marcar a possibilidade de um gênero tomado fora do binarismo, o que costuma ser referida, também, como linguagem não binária ou neolinguagem. Para Cunha (2021), se o uso da linguagem neutra de gênero for capaz de reduzir a segregação sofrida por parte da população brasileira, é possível entender como um argumento suficiente para defender a implementação, por tratar-se de uma mudança simples, que não vai inviabilizar a utilização da língua portuguesa, tampouco, a comunicação das pessoas, ademais de ter o condão de tornar a sociedade melhor e mais cidadã para um grupo vulnerabilizado.

A “linguagem neutra”, em muitos contextos, tende a se flexionar apenas no vocativo⁴, ou seja, no início do discurso, entretanto, ao longo do texto (linguagem escrita) ou no discurso (linguagem oral), geralmente, não costuma ser mantido. Jamilk (2021) afirma que a proposta

4 É um termo que se usa para chamar alguém, algo ou um animal. É um termo isolado na oração, que não exerce função de sujeito ou de predicado. Para identificar o vocativo, é preciso localizar o chamamento, apelo ou invocação na frase.

mais conhecida para neutralidade de gêneros em relação à ortografia é o emprego do sinal gráfico arroba (@) no lugar do -o, -a, ou mesmo o -e: “@s trabalhador@s” (português), “l@s niñ@s” (espanhol); o uso do arroba é observado, principalmente, entre falantes do espanhol, embora condenado, explicitamente, pela Real Academia Espanhola (RAE), que regula, oficialmente, a língua.

No mundo lusófono (das pessoas falantes de língua portuguesa), o uso do arroba como neutralizador de gênero é menos divulgado, entretanto, vem crescendo, como se nota, por exemplo, em algumas faculdades de ciências humanas de universidades brasileiras, a exemplo da Universidade de São Paulo (USP), a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

O sociólogo e ensaísta português Alfredo Margarido (2000) desenvolveu, em diferentes momentos de sua obra, uma crítica contundente ao papel da língua portuguesa como instrumento de controle cultural no contexto colonial e pós-colonial. Para ele, a imposição normativa e a padronização linguística funcionam como mecanismos de dominação simbólica, visando não apenas à comunicação, mas, sobretudo, à legitimação de um projeto político de centralização e hierarquização cultural.

O mesmo autor sublinha que a língua, longe de ser um sistema fixo e neutro, é um organismo vivo, atravessado por variações, hibridismos e processos contínuos de reinvenção (características que resistem à lógica de uniformização imposta pela metrópole). Nesse sentido, sua análise revela que a normatividade linguística pode operar como ferramenta de exclusão e silenciamento, tornando-se, portanto, pertinente para pensar criticamente como discursos e práticas de padronização também atuam hoje na regulação de identidades, saberes e modos de expressão.

Ainda de acordo com Jamilk (2021), uma outra proposta utilizada como neutralizador de gênero é a utilização da letra (x) em ter-

minações e sufixos, a exemplo disso temos: todxs, em vez de “todas e todos”; meninxs, no lugar de “meninas e meninos”; o pronome elx, em vez de “ela e ele”; e o adjetivo latinx, em vez de “latina e latino”. O uso do arroba e do x nos lugares de -o e -a foi considerado capacitista e elitista, em decorrência disso, foi adotada a letra -e, visando a uma linguagem mais inclusiva, desse modo, “todes es garotes juntas” e os pronomes “elu”, “éle” e “ile” começaram a ser usados. Éle é uma alternativa vinda do espanhol ele, por vezes, escrito com o acento élle, que é a junção, tanto da pronúncia quanto da escrita, de ella e él, pronome que ainda é tido como neologismo, em outras palavras, neopronome.

Nos últimos anos, conforme afirmam Silva (2022); Melo (2023), diversos municípios e estados brasileiros têm aprovado leis que proíbem o uso da chamada linguagem neutra em materiais didáticos, documentos oficiais e atividades escolares, justificando a medida com o argumento de preservar a “norma culta” da língua portuguesa. Cidades como Londrina (PR), Ipatinga (MG), Chapecó (SC) e Águas Lindas de Goiás (GO), entre outras, sancionaram legislações nesse sentido, frequentemente acompanhadas por narrativas político-ideológicas contrárias às pautas de diversidades de gêneros e inclusão linguística.

Essas proibições têm gerado controvérsia jurídica, sendo questionadas por especialistas em educação e linguística, que apontam seu caráter discriminatório e incompatível com diretrizes constitucionais de promoção da igualdade e respeito às identidades de gêneros (Bagno, 2019; Câmara dos Deputados, 2023). Além disso, o Supremo Tribunal Federal (2022), em decisões relacionadas a leis municipais e estaduais semelhantes, já sinalizou que compete à União definir diretrizes curriculares e normas gerais sobre educação, o que coloca em xeque a constitucionalidade dessas medidas.

Historicamente, como afirma Jamilk (2021), a barra (/) foi o símbolo mais utilizado com a função de apresentar as palavras grafadas com os dois gêneros (masculino e feminino), a exemplo de: candida-

ta/o, médica/o, diretora/or. Em exemplos como esses, seu uso mantém a marca de separação entre os dois gêneros. Para algumas pessoas, é recomendável apenas quando não é possível fazer a síntese de letras: “él/la estudante”(es), “o/a estudante” (pt), ou quando um dos vocábulos é formado não por substituição de uma letra, mas por seu acréscimo/supressão: “o vencedor será escolhido pelo juiz”, nesse caso, deveria ser escrito de forma neutra, “o/a vencedor/a será escolhido/a pelo/a juiz/a”, todavia, na forma clássica seria grafado entre parênteses: “os(as) senhores(as) alunos(as). Uma outra proposta é o símbolo æ, proposto em Português com Inclusão de Gênero (PCIG), em substituição a “a/e”; a proposta é igualmente válida para o espanhol. Assim, “escritoras e escritores” ou “escritoras/es” deveria ser substituído por “escritoræs”; o sufixo -ae também foi sugerido, bem como elae e elæ.

Compreendendo que língua é poder, a partir do que asseveram Fernandes e Pereira (2014), a língua materna é utilizada como estratégia de poder e exclusão social no contexto escolar. A língua(gem) está mutuamente imbricada na relação social do sujeito e como prática social é a mediação necessária para a sociabilidade humana; ademais de ser interação, é um modo de ação, porque, é dotada de efeitos de sentido em função do espaço social e dos sujeitos que o compõem. Versar sobre conjunto de palavras que podem ser usadas, visando a uma linguagem inclusiva, considerando uma amplitude em relação à “linguagem neutra”.

A língua portuguesa, em harmonia com Jamilk (2021), bem como qualquer língua, evolui por um processo de economia linguística, isso quer dizer que, com o passar do tempo, mudam-se expressões e palavras de maneira a se ter menor esforço linguístico; um exemplo corriqueiro é passagem de Vossa Mercê para Você, cujas transformações fonéticas e ortográficas estão associadas ao emprego dessas formas pronominais ao longo da história, também é possível citar todas as palavras formadas por processo de redução, a exemplo de: cinema (cinemateca), pneu (pneumático), TV (televisão) etc.

Santos Filho (2021) afirma que a linguagem não binária tem como proposta dar conta dos variados aspectos que estão envolvidos na subversão da binariedade de gênero, o que já se consegue compreender como ser uma linguagem inclusiva, justamente, devido à sua demanda social e ao seu caráter político-ideológico, que visa a incluir; no entanto, conforme já foi apresentado no início deste capítulo, em alguns contextos, o uso da linguagem não binária pode ser capacitista.

Pensamos que a língua portuguesa tem em seu repertório várias palavras ou conjuntos de palavras que se encarregam de dar conta, de contribuir com uma linguagem inclusiva, de fato. Considerando que estejamos em sala de aula, quer nos textos, quer de forma oralizada, pode-se utilizar a forma às(aos) estudantes (com a presença do artigo definido feminino/masculino) ou há a possibilidade de utilizar apenas estudantes (sem a presença do artigo); outra forma é utilizar pessoas estudantes, considerando que a palavra (pessoas) é uma expressão ‘neutra’, discentes (sem a marcação do artigo) também é uma opção; quando vamos nos referir às professoras/aos professores, podemos usar -docentes, o que contribuirá para a inclusão das pessoas presentes no ambiente. No contexto laboral, é possível fazer a mesma escolha, considerando que podem trabalhar pessoas de todos os gêneros, inclusive, PCDs, sendo assim, ao nos dirigirmos a elas, podemos usar: pessoas trabalhadoras/pessoas funcionárias, desse modo, a proposta é gerar uma inclusão em relação às pessoas que fazem parte do ambiente.

Quando eu estou ministrando alguma formação/palestra ou quando estou fazendo o uso da fala, independentemente do espaço, busco sempre utilizar expressões que se encarreguem de gerar inclusão, desde o início ao final do discurso: quando inicio, geralmente, utilizo a seguinte expressão: ‘bom dia/boa tarde/boa noite para me dirigir a todas as pessoas presentes’, a depender do contexto, quando vou me referir às pessoas da plateia, por exemplo, quando estou ministrando formação para polícias, no que concerne ao tratamento e atendimento

que precisam prestar às pessoas do grupo LGBTI+, refiro-me a -políciais (sem a presença do artigo). Diante disso, é possível compreender que o artigo é que tem a função de determinar o gênero, para além da questão ideológica/política.

APONTAMENTOS FINAIS SOBRE *CUIR/QUEER*, LÍNGUA(GEM) E EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA

A análise evidencia que o termo *queer*, historicamente associado ao estranho e ao desvio, foi ressignificado a partir da década de 1980 pelo ativismo LGBTI+ e pelos estudos *gays* e lésbicos, transformando-se em categoria crítica contra essencialismos, normatividades e políticas de fixação identitária; o deslocamento para *cuir* marca uma inflexão geopolítica e epistêmica do sul global, incorporando perspectivas decoloniais e reconhecendo experiências linguísticas, corporais e políticas dissidentes como produtoras de conhecimento.

Os resultados demonstram que, embora a teoria *queer/cuir* tenha se internacionalizado e ganhado força acadêmica, sua presença nos estudos de Linguística e Literatura no Brasil ainda é bastante limitada, revelando uma lacuna que o presente trabalho busca tensionar. A discussão sobre as “viradas” da Linguística Aplicada (de uma prática aplicacionista para uma ciência social indisciplinar, transgressiva e comprometida com sujeitos historicamente marginalizados) mostra que a linguagem deve ser entendida como prática social situada, marcada por relações de poder, colonialidade, racialidade e gênero.

Conclui-se que a teoria *queer/cuir*, ao deslocar o foco para identidades dissidentes, práticas linguísticas contra-hegemônicas e epistemologias do sul, oferece um arcabouço potente para compreender como discursos estruturam desigualdades e como a Educação pode atuar de modo crítico na sua desconstrução. As reflexões apresentadas contribuem para a formação docente, ao oferecer subsídios teóricos e políticos que ampliam a compreensão sobre sujeitos, linguagem e práticas pedagógicas, promovendo ações educativas comprometidas

com a pluralidade, a equidade e a construção de ambientes escolares mais democráticos, acolhedores e sensíveis às diferenças.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alberto Carlos. O Brasil no final do século XX: um caso de sucesso. **Dados**, v. 41, n. 4, p. 785-830, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/bP7HBbqXZ8Y9Xv5ZNNbKysK/?lang=pt>. Acesso em: 7 abr. 2025.

ALTMANN, Helena. Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, p. 575-585, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/PthD6cgdcDC7MMvJw5zxXDr/?l>. Acesso em: 7 abr. 2025.

ANMEGUICHEAN, M. *et al.* **Princípios de Yogyakarta**: princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Yogyakarta, Indonésia. 2006. Disponível em: <http://www.direito.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/principiosdeyogyakarta.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2025.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. 57. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2019.

BARBOSA, Roberta Tiburcio *et al.* Homofobia em A queda para o alto: discriminação X afirmação de identidade por menores infratores. **XI Colóquio Nacional Representações de Gênero e Sexualidades**, 2015. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/10670>. Acesso em: 7 abr. 2025.

BARROS, Laan Mandes de; WLIAN, Luiz Fernando. Narrativa cuir, experiência estética e política na luta pela paz: notas sobre o curta-metragem *Negrum3*. **Revista de Estudios Sociales**, n. 83, p. 41-60, 2023. Disponível em: <https://journals.openedition.org/revestudsoc/53779>. Acesso em: 7 abr. 2025.

BARONE, María Antonella; RODRIGUES, Alexsandro; DE SOUZA, Mariane Lima. Os estudos queer e os (cu)ir dos estudos: pistas para acessar outros recursos hermenêuticos. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 19, p. 302-317, 2023. Disponível em: <https://revbaianaenferm.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/52280>. Acesso em: 7 abr. 2025.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. AGUIAR, Renato (Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: os limites discursivos do “sexo”. DAMINELLI, Verônica; FRANÇOLI, Daniel Yago (Trad.). São Paulo: n-1 edições, 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Debate sobre linguagem neutra e liberdade de expressão**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2023.

CARDOSO, Fernando Luiz. O conceito de orientação sexual na encruzilhada entre sexo, gênero e motricidade. **Revista Interamericana de Psicologia/Interamerican Journal of Psychology**, v. 42, n. 1, p. 69-79, 2008. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-96902008000100008. Acesso em: 7 abr. 2025.

CARVALHO, Marília Pinto de. O conceito de gênero: uma leitura com base nos trabalhos do GT Sociologia da Educação da Anped (1999-2009). **Revista brasileira de Educação**, v. 16, p. 99-117, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/nKCyhkrKrQZZXKy5jt4mGFz/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 7 abr. 2025.

CARVALHO, Mario. “Travesti”, “mulher transexual”, “homem trans” e “não binário”: interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas. **Cadernos Pagu**, p. e185211, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/MyFKg4jJ4dBr6Zzfpb7vL9Q/>. Acesso em: 7 abr. 2025.

COSTA, J. F. **A face e o verso**: estudos sobre o homoerotismo II. São Paulo: Escuta, 1995.

FERNANDES, Clodoaldo Ferreira; PEREIRA, Ariovaldo Lopes. A Língua (gem) e o poder: estratégias simbólicas de exclusão social. **Ícone-Revista de Letras (ISSN 1982-7717)**, v. 13, n. 1, p. 24-35, 2014. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/icone/article/view/4229>. Acesso em: 7 abr. 2025.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. ALBUQUERQUE, Maria Thereza da Costa; ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhaon (Trad.). 13. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2022.

HAILER, Marcelo. **Linguagem neutra**: conheça as origens e os objetivos desse debate. 2022. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/cultura/2022/1/4/linguagem-neutra-conheca-as-origens-os-objetivos-desse-debate-108335.html>. Acesso em: 4 fev. 2025.

JAMILK, Pablo. **Entenda a linguagem neutra de gênero**: um debate necessário. 1. ed. Rio de Janeiro: Método, 2021.

LAQUEUR, T. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

LIMA, Gustavo Roberto de. **DO QUEER AO CU: INTER-RELAÇÃO ENTRE JUDITH BUTLER E PAUL BEATRIZ PRECIADO**. Juiz de Fora, 2018. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/bach/files/2016/10/GUSTAVO-ROBERTO-DE-LIMA.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2025.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista estudos feministas**, v. 9, p. 541-553, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/64NPxWpgVkJT9BXvLXvTvHMr/>. Acesso em: 7 abr. 2025.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

MARGARIDO, Alfredo. **A lusofonia e os lusófonos**: novos mitos portugueses. Edições universitárias lusófonas, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/zYq6GMjyCLkH8q7qsZYd8Kg/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 28 mai. 2026.

MELO, Fernanda. Proibições municipais e estaduais da linguagem neutra: discursos, disputas e impactos. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 23, n. 2, p. 377-400, 2023.

MEZAN, R. **Tempo de muda**: ensaios de psicanálise. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Questão das Diferenças: por uma analítica da normalização. In: **Congresso de Leitura do Brasil**, p. 10-12, 2007. Disponível em: https://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/prog_pdf/prog03_01.pdf. Acesso em: 7 abr. 2025.

NORONHA, Raquel Gomes. A regulação da linguagem neutra: uma análise discursiva de leis e projetos do Brasil e da Argentina. **Caracol**, n. 25, p. 575-602, 2023. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9002203>. Acesso em: 7 abr. 2025.

PADILHA, Vitória Braga; PALMA, Yáskara Arrial. Vivências não-binárias na contemporaneidade: um rompimento com o binarismo de gênero. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, v. 11, 2017. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499481481_ARQUIVO_FG2017completovifinal.pdf. Acesso em: 7 abr. 2025.

PELÚCIO, Larissa. Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil? **Revista Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 68-91, 2014.

PRECIADO, Paul B. **Testo junkie: sexo, drogas e biopolítica**. RIBEIRO, Maria Paula Gurgel (Trad.). São Paulo: n-1 edições, 2018.

REIS, Toni; CAZAL, Simón (Orgs.). **Manual de comunicação LGBTI+**. 3. ed. Curitiba: IBDSEX, 2021. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://aliancalgbiti.org.br/wp-content/uploads/2022/01/manual-de-comunicacao-gaylatino-V-2021-WEB.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2025.

ROZENTHAL, Eduardo. Assexualidade. **Cadernos de Psicanálise – CPRJ**, v. 40, n. 38 jan/jun, p. 111-124, 2018. Disponível em: http://cprj.com.br/ojs_cprj/index.php/cprj/article/view/24. Acesso em: 7 abr. 2025.

SANTOSFILHO, Ismar Inácio dos. **A construção discursiva de masculinidades bissexuais: um estudo em linguística queer**. 2012. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPE_1a1db4248500c5b5f02b4758eb753d5c. Acesso em: 7 abr. 2025.

SANTOS FILHO, Ismar Inácio dos. Afrontas queer/cu-ir: linguagem não-binária na escrita acadêmica (implicações políticas e possibilidades). **Revista da Abralin**, p. 1256-1275, 2021. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/2003>. Acesso em: 7 abr. 2025.

SAYERS, William. A etimologia de queer. **ANQ: Um periódico trimestral de artigos curtos, notas e resenhas**, v. 18, n. 2, p. 17-19, 2005.

SILVA, Bárbara Correia Florêncio *et al.* **A história dos direitos LGBTQ+.** 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/equidade/historia-dos-direitos-lgbt/>. Acesso em: 2 jul. 2025.

SILVA, Bárbara Correia Florêncio *et al.* **Diversidade sexual no mundo: os direitos LGBTQ+.** 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/equidade/diversidade-sexual-no-mundo/>. Acesso em: 2 jul. 2025.

SILVA, Bárbara Correia Florêncio *et al.* **Direitos LGBTQ+: o que são?** 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/equidade/direitos-lgbt-o-que-sao/>. Acesso em: 2 jul. 2025.

SILVA, Lucas A. A política da língua: legislação sobre linguagem neutra no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 23, n. 1, p. 85-104, 2022.

SILVA, Tomaz Tadeu da. As teorias pós-críticas. In: **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed., 9ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, capítulo 3, p. 85-142.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7.021**. Brasília: STF, 2022.

VENCATO, Anna Paula. Entre “reais” e “virtuais”: noções sobre risco e verdade em um clube brasileiro para crossdressers. **Cadernos Pagu**, n. 44, p. 367-390, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/TSZsjsZNsC3KPgvZbX6S4Vh/?lang=pt>. Acesso em: 7 abr. 2025.

VILELA, Fabrício Marçal; VALENCIA, Sayak; AXT, Bryan. **Do Queer ao Cuir: Geopolítica do estranhamento e Epistêmica do Sul Glocal**. 2023. Disponível em: <https://philpapers.org/rec/VALDQA>. Acesso em: 7 abr. 2025.



CORPOS EM ENCRUZILHADAS: COSMOPOLÍTICAS DO CANDOMBLÉ E TEORIAS *CUIR*/TRANS EM PERSPECTIVA DECOLONIAL⁵

Aderjan Albert da Silva Argolo (Ufal)
Débora Raquel Hettwer Massmann (Ufal)

ENTRE ENCRUZILHADAS E DESLOCAMENTOS—UM PONTO DE PARTIDA

O artigo em tela é parte da pesquisa que está sendo desenvolvida no doutorado intitulada “Entre *Êşù* e *Òşùmàrè*—corpos em trânsito, narrativas míticas em movimento (*itãs*): releituras dos itãs do Candomblé como possibilidade de afirmação e resistências/(re)existências de pessoas trans e travestis nos terreiros de Candomblé”, que examina, entre caminhos e encruzilhadas, as articulações entre saberes ancestrais, corpos dissidentes, mitologias afro-diaspóricas e epistemologias contra-hegemônicas, compreendendo o Candomblé como matriz civilizatória fundamental para pensar processos educativos, identitários e socioculturais no Brasil.

O objetivo principal definido para este artigo é analisar como a tradição mítica do Candomblé, especialmente seus *itãs*, pode dialogar criticamente com o pensamento decolonial, as epistemologias do Sul e as teorias *cuir/trans*, de modo a investigar novas possibilidades de leitura, existência e afirmação para pessoas trans e travestis,

5 O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior—Brasil (CAPES)—Código de Financiamento 001.

bem como propor caminhos pedagógicos que reconheçam a complexidade dos corpos, suas narrativas e suas cosmopolíticas.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa de natureza teórico-bibliográfica e etnográfica, que combina revisão de literatura, análise crítica de narrativas míticas e interlocução com sacerdotes, praticantes e pessoas trans e travestis vinculadas a terreiros, tomando como referencial teórico autoras e autores do pensamento decolonial, dos estudos afro-diaspóricos, da antropologia das religiões, das teorias *cuir/trans* e das epistemologias insurgentes do Sul Global.

O presente artigo não tem como finalidade realizar um aprofundamento teórico exaustivo sobre a temática proposta, uma vez que tal aprofundamento será desenvolvido de forma mais ampla no âmbito da tese.

2. ITÃS, COSMOPOLÍTICAS E CORPORALIDADES NO CANDOMBLÉ

O Candomblé é uma religião afro-brasileira em diáspora, que se utiliza da oralidade para transmissão de conhecimentos. Consoante a Prandi (2001) e Verger (1997), o termo Candomblé possui origem africana e está associado, de modo geral, às práticas rituais que articulam dança, música e corporeidade como formas centrais de culto aos *Òrìṣàs*, divindades que expressam forças da natureza e princípios éticos e cosmológicos. Nas sociedades africanas pré-coloniais, os *Òrìṣàs* eram cultuados de maneira localizada, estando vinculados a territórios específicos, linhagens e organizações sociopolíticas próprias. Cada região, portanto, mantinha seus sistemas rituais, mitológicos e divinatórios, sem a pretensão de uma uniformidade religiosa.

Bastide (2001) e Prandi (2005) afirmaram que, no contexto brasileiro, entretanto, a experiência da escravização e da diáspora africana produziu um profundo deslocamento desses sistemas religiosos. A violenta dispersão de povos africanos, oriundos de diferentes etnias, línguas e matrizes culturais, impôs a necessidade de reelaboração sim-

bólica e ritual do sagrado. É nesse cenário que o Candomblé se constitui não como mera reprodução das religiões africanas, mas, como uma religião afro-diaspórica brasileira, forjada a partir da recomposição de cosmologias africanas em diálogo com as condições históricas, sociais e políticas do Brasil colonial e pós-colonial.

Nesse sentido, consoante a Silva (2005), afirmar que o Candomblé não é uma religião africana, e, sim, afro-brasileira, implica reconhecer que sua estruturação enquanto religião ocorre, sobretudo, a partir do século XIX, no contexto urbano brasileiro, como forma de resistência cultural, espiritual e política frente à colonialidade, ao racismo e à imposição do cristianismo. A diáspora africana, ao mesmo tempo em que fragmenta territórios, línguas e pertencimentos, possibilita a criação de novas formas de organização do sagrado, marcadas pela memória, pela ancestralidade e pela reinvenção contínua das tradições.

Para Sodré (2017), elementos como ancestralidade, oralidade, corporeidade e circularidade constituem fundamentos estruturantes do Candomblé e das cosmologias afro-diaspóricas. A transmissão dos saberes ocorre prioritariamente pela oralidade e pela experiência ritual, enquanto o corpo se configura como território de inscrição do sagrado, meio de comunicação com os *Òrìṣàs* e lugar de produção de conhecimento. A circularidade, por sua vez, expressa uma lógica não linear do tempo e do poder, frequentemente associada às formas de organização matriarcal da sucessão religiosa, nas quais a autoridade se constrói pela senioridade, pela experiência e pelo cuidado coletivo.

Dessa forma, o Candomblé pode ser compreendido como uma cosmopolítica afro-diaspórica que articula memória, corpo e espiritualidade, operando como espaço de resistência, continuidade e criação de sentidos para populações historicamente subalternizadas. Sua existência desafia epistemologias coloniais, ao afirmar outras formas de viver, conhecer e se relacionar com o mundo, ancoradas em princípios de coletividade, movimento e circularidade.

Prandi (2001) assevera que os *itãs* (ou mitos) dos *òrìṣàs*, originalmente, fazem parte dos poemas oraculares cultivados pelos *babalaôs* e têm a função de: falar da criação do mundo e de como ele foi repartido entre os *òrìṣàs*; relatar uma infinidade de situações envolvendo os deuses e os homens, os animais e as plantas, elementos da natureza e da vida em sociedade. Na sociedade tradicional dos *yorùbás*, sociedade não histórica, é pelo mito que se alcança o passado e se explica a origem de tudo, é por ele que se interpreta o presente e se prediz o futuro, nesta e na outra vida. Como os *iorubás* não conheciam a escrita, seu corpo mítico era transmitido oralmente.

De acordo com o mesmo autor, na diáspora africana, os mitos iorubanos reproduziram-se na América, especialmente cultivados pelos seguidores das religiões dos *òrìṣàs* no Brasil e em Cuba. A partir do século XIX, primeiramente, estudiosos estrangeiros, sobretudo, europeus, e, mais tarde, letrados *yorùbás*, iniciaram a compilação desse vasto patrimônio. Algumas pessoas pesquisadoras brasileiras comentam sobre a existência de cadernos mantidos secretamente pelo povo de santo como meio de preservar e passar adiante os conhecimentos míticos, mágicos e rituais cultivados nos terreiros brasileiros, no entanto, isso é raro e recente, considerando o triste fato de que, até bem pouco tempo atrás, a maioria das pessoas dirigentes de terreiros eram analfabetas.

Prandi (2001) nos mostra *Èṣù* é o *òrìṣà* sempre presentes, pois, o culto de cada um dos demais *òrìṣàs* depende de seu papel como mensageiros: sem ele, os *òrìṣàs* e os humanos não podem se comunicar; na época dos primeiros contatos de missionários cristãos com os *iorubás* em África, eles foram grosseiramente identificados pelos europeus com o diabo e carregam esse fardo até os dias de hoje. *Ògún* governa o ferro, a metalurgia, a guerra: é o dono dos caminhos, da tecnologia e das oportunidades de realização pessoal. *Ọṣọ̀ṣì* ou *Ọḍẹ* é o *òrìṣà* da caça, da agricultura, da vegetação, da fauna, detendo a chave de sobrevivência do homem através do trabalho.

Consoante a Prandi (2001), *Nàná* é a guardiã do saber ancestral e participa com outros *òrìṣàs* do panteão da Terra, a dona da lama que existe no fundo dos lagos e com a qual foi modelado o ser humano. Mãe de *Òṣùmàrè*, *Ọmọlu* ou *Ọbalúwáiyé* e *Yewá*: *Òṣùmàrè*, o arco-íris, o deus serpente que morde a própria cauda, que controla a chuva, a fertilidade da terra e, por conseguinte, a prosperidade propiciada pelas boas colheitas; a dualidade macho e fêmea mantém o mundo em movimento; *òrìṣà* da beleza, da riqueza, das transformações; *Ọmọlu* ou *Ọbalúwáiyé*, também conhecido como *Xapanã* e *Sapatá*, é o senhor da peste, da varíola, da doença infecciosa, o conhecedor de seus segredos e de sua cura; *Yewá* é o *òrìṣà*, feminino das fontes, preside o solo sagrado onde repousam os mortos.

Segundo o mesmo autor, *Íròkò* é a árvore centenária, em cuja copa frondosa habitam as aves misteriosas, temidas portadoras do feitiço. *Şàngó* é o dono do trovão, conhecedor dos caminhos do poder secular, governador da justiça; tem como esposas *Ọya*, *Ọba* e *Oṣun*: *Ọya* ou *Yánsàn* dirige os ventos, as tempestades e a sensualidade feminina, a senhora dos raios e soberana dos espíritos dos mortos, que encaminha para o outro mundo. *Ọba* dirige a correnteza dos rios e a vida doméstica das mulheres, no contínuo fluxo do cotidiano. *Oṣun* preside o amor e a fertilidade, a dona do ouro e da vaidade e senhora das águas doces.

Em harmonia com Prandi (2001), *Yemojá* é a senhora das grandes águas, mãe dos deuses, dos homens e dos peixes, aquela que rege o equilíbrio emocional e a loucura, talvez, o *òrìṣà* mais conhecido no Brasil. *Ibejis* são os *òrìṣàs* crianças que presidem a infância e a fraternidade, a duplicidade e o lado infantil dos adultos. *Òrúnmilà* ou *Ifá* é o conhecedor do destino dos homens, o que detém o saber do oráculo, que ensina como resolver toda a sorte de problema e aflição. *Ọsanyin* é o conhecedor do poder mágico e curativo das folhas e sem sua ciência, nenhum remédio mágico funciona. *Òrìṣànlá* encabeça o panteão da criação, formado de *òrìṣàs* que criaram o mundo natural, a humani-

dade e o mundo social. *Òrìṣànlá/Obatalá/Òṣàlùfàn* é o criador do homem, senhor absoluto do princípio da vida, da respiração, do ar, sendo chamado de Grande *Òrìṣà*, *òrìṣà* mais velho e muito respeitado tanto pelos humanos quanto pelos outros *òrìṣàs*. *Òṣàgiyán* ou *Ajagunā* é o criador da cultura material, inventor do pilão que prepara o alimento e é quem rege o conflito entre os povos.

Os *itãs* (mitos dos *òrìṣàs*), em consonância com Prandi (2001), a partir de meados da década de 1930, passaram a ser sistematizados por escritores e cientistas sociais, ainda que alguns poucos exemplares datem da virada do século XIX para o XX. Nos anos 30, o antropólogo Arthur Ramos (1903-1949) acreditou que a mitologia *iorubá* no Brasil estava completamente degradada e perdida; entretanto, Roger Bastide (1898-1974), sociólogo francês, então professor de sociologia da Universidade de São Paulo, pesquisando na Bahia, nas décadas de 40 e 50, discerniu perfeitamente a presença viva dos mitos não só como narrativa, todavia, como substrato subentendido nos ritos mantidos nos terreiros, sobretudo, nas danças e na própria estrutura mental dos seguidores da religião dos *òrìṣàs*, tendo registrado inúmeros mitos.

3. DECOLONIALIDADES E EPISTEMOLOGIAS DO SUL: SABERES INSURGENTES E PLURAIS

Conforme argumenta Quijano (2005), as perspectivas decoloniais e as epistemologias do Sul constituem campos críticos que emergem como resposta às continuidades históricas do colonialismo, especialmente no que diz respeito à produção e à validação do conhecimento. A colonialidade não se encerra com o fim formal da colonização, mas persiste como uma matriz de poder que organiza hierarquias raciais, epistêmicas, corporais e de gêneros, definindo quais saberes são considerados legítimos e quais são, sistematicamente, desqualificados; isso, Walsh (2009) define como decolonial. A crítica decolonial, nesse sentido, volta-se à problematização da colonialidade dos saberes, dos corpos e dos gêneros como estruturas interdependentes.

As epistemologias do Sul, formuladas, principalmente, por Santos (2010; 2019), propõem uma ruptura com o monopólio epistemológico eurocêntrico, ao afirmar a existência de múltiplas formas de conhecimentos produzidas por sujeitos e coletividades historicamente subalternizadas. O “Sul”, nesse contexto, não se refere apenas a uma localização geográfica, e sim a um lugar epistêmico-político ocupado por experiências marcadas pela exploração colonial, pelo racismo, pelo patriarcado e pelo capitalismo global. Essas epistemologias reivindicam uma ecologia de saberes na qual conhecimentos científicos, populares, ancestrais e espirituais coexistem sem hierarquizações prévias.

No campo das corporalidades e dos gêneros, autoras como Lugones (2014) evidenciam que a colonialidade instituiu um sistema moderno/colonial de gêneros, baseado em binarismos rígidos, heteronormatividade e cisnormatividade, que violentou cosmologias não ocidentais e formas plurais de existência. A decolonialidade dos gêneros, portanto, implica reconhecer que categorias como “homem”, “mulher” e “sexualidades” são construções históricas atravessadas por raça, colonialidade e poder, exigindo leituras situadas e interseccionais.

Nesse cenário, para Sodré (2017) e Nascimento (2016), os saberes afro-diaspóricos e religiosos assumem centralidade como formas insurgentes de produção de conhecimento e resistência. As cosmologias africanas e afro-brasileiras, como as do Candomblé, operam com lógicas epistêmicas baseadas na oralidade, na ancestralidade, na corporeidade e na circularidade, desafiando concepções lineares de tempo, razão e progresso herdadas da modernidade ocidental. O corpo, nessas tradições, não é apenas objeto de controle, e sim território de saber, memória e relação com o sagrado.

Além disso, essas epistemologias insurgentes produzem sentidos políticos, ao afirmar modos de existência que resistem à desumanização colonial. Como destaca Mbembe (2018), a colonialidade opera por meio da gestão da vida e da morte, e as práticas religiosas

afro-diaspóricas constituem estratégias de reexistência, nas quais o cuidado coletivo, as ritualidades e as espiritualidades se tornam formas de afirmação da vida. Assim, decolonialidades e epistemologias do Sul não apenas criticam a hegemonia epistêmica do Norte Global, mas propõem outras gramáticas de mundo, capazes de articular saberes, corpos, espiritualidades e políticas.

Desse modo, a articulação entre pensamento decolonial e epistemologias do Sul permite compreender os conhecimentos afro-diaspóricos e religiosos como fundamentais para a construção de horizontes plurais de existência e para o enfrentamento das desigualdades estruturais de raças, gêneros e sexualidades. Tais perspectivas oferecem ferramentas analíticas e ético-políticas potentes para desnaturalizar hierarquias coloniais e afirmar práticas de conhecimento comprometidas com a justiça cognitiva e a dignidade dos corpos historicamente marginalizados.

4. TEORIAS *CUIR*/TRANS E A CRÍTICA ÀS NORMATIVIDADES COLONIAIS DE GÊNEROS

As teorias *cuir/trans*, como asseverado por Pelúcio (2014) e Lugones (2014), constituem um campo crítico de reflexão e intervenção política voltado à problematização das normatividades coloniais que estruturam os regimes modernos de gêneros e sexualidades. Derivadas, em parte, da teoria queer, tensionando seus limites eurocentrados, as abordagens *cuir/trans* propõem uma inflexão epistêmica situada no Sul Global, ao articular gênero, sexualidades, raças, colonialidades e classes sociais como dimensões indissociáveis da produção das desigualdades.

Para Quijano (2005) e Lugones (2014), a crítica central dessas teorias incide sobre os essencialismos e binarismos de gênero que sustentam a matriz cis-hetero-normativa moderna/colonial. Conforme argumenta Butler (2003), os gêneros não são só uma expressão natural de um sexo biológico pré-discursivo, são, também, um efeito performa-

tivo reiterado por normas sociais que regulam corpos e subjetividades. No entanto, autoras e autores *cuir*/trans latino-americanos avançam, ao demonstrar que tais normas não operam de maneira abstrata, mas, estão profundamente enraizadas em processos históricos de racialização, cristianização e colonização, que impuseram modelos específicos de humanidade e sexualidades.

Nesse sentido, as teorias trans e *cuir* deslocam o debate do reconhecimento identitário para uma crítica estrutural da cisnormatividade, entendida como um regime político que naturaliza a correspondência entre sexo designado ao nascer, identidades de gêneros e expressão corporal. Autoras como Bento (2017) e Vergueiro (2023) evidenciam que a cisnormatividade atua como tecnologia de poder que produz exclusões sistemáticas, patologização e violência contra pessoas trans e travestis, especialmente, no contexto latino-americano, marcado por desigualdades raciais e socioeconômicas profundas.

O termo *cuir*, enquanto tradução dissidente de *queer*, assume um caráter político-epistemológico, ao reivindicar a produção de conhecimentos a partir de experiências situadas e linguisticamente marcadas pelo colonialismo. Conforme destaca Pelúcio (2014), o uso de *cuir* opera como gesto de deslocamento crítico, recusando a universalização de categorias teóricas do Norte Global e afirmando práticas, corpos e saberes produzidos nas margens. Essa inflexão permite pensar as vivências trans e travestis não apenas como objetos de análise, e sim como lugares de enunciação, produção de teoria e produção de sentidos.

Coadunando com Mbembe (2018), as experiências de pessoas trans e travestis, na América Latina, evidenciam, de modo contundente, os efeitos materiais das normatividades coloniais de gêneros. Altas taxas de violências, exclusões escolares e precarização do trabalho revelam como os gêneros operam como dispositivos de regulação da vida e da morte. Diante desse cenário, as teorias *cuir*/trans

não se limitam à crítica, todavia, propõem práticas de reexistências/resistências, nas quais a criação de redes de cuidado, linguagens contra-hegemônicas e pedagogias dissidentes se configuram como formas de enfrentamento ao sistema ciscolonial.

Desse modo, as teorias *cuir/trans* oferecem um arcabouço analítico e político potente para desnaturalizar as normatividades coloniais de gêneros, ao afirmar a multiplicidade das existências trans e travestis e ao reconhecer suas experiências como produtoras legítimas de conhecimentos. Ao articular crítica epistemológica, política do corpo e práticas de reexistências/resistências, essas teorias contribuem para a construção de horizontes mais plurais de vida, dignidade e justiça social no contexto latino-americano.

5. NAS ENCRUZILHADAS DE ÒRÌŞÀS E DISSIDÊNCIAS: DIÁLOGOS POSSÍVEIS ENTRE MITOLOGIAS, GÊNEROS E EXISTÊNCIAS

Autores como Verger (1997) e Sodré (2017) evidenciam que a investigação dos diálogos possíveis entre as mitologias do Candomblé e as teorias *cuir/trans* exige uma compreensão das narrativas míticas (os *itãs*) não apenas como relatos simbólicos, mas, como tecnologias cosmopolíticas de produção de sentidos, ética e modos de existências/resistências. No contexto afro-diaspórico brasileiro, os *itãs* constituem formas de conhecimentos que articulam corpos, espiritualidades, ancestralidades e experiências, operando como gramáticas contra-hegemônicas frente às epistemologias coloniais que historicamente silenciaram saberes não ocidentais.

Nas cosmologias iorubanas, consoante a Prandi (2001) e Verger (1997), os Òrìşàs expressam princípios de movimentos, transformações e multiplicidades. Divindades como Èṣù, senhor das encruzilhadas, da linguagem e do trânsito, e Òṣùmàrè, associado à circularidade, à metamorfose e à continuidade entre opostos, desestabilizam lógicas binárias e essencialistas que caracterizam o pensamento moder-

no-colonial. Essas narrativas míticas oferecem leituras nas quais gêneros, corpos e identidades não se apresentam como categorias fixas, e sim como processos dinâmicos e relacionais, em permanente estado de devir.

Ao dialogar com as teorias *cuir/trans*, para Butler (2003) e Bento (2017), tais mitologias revelam afinidades conceituais no que diz respeito à crítica às normatividades de gênero. As teorias *cuir/trans*, ao problematizarem o binarismo sexo/gênero e a cisnormatividade, enfatizam o caráter performativo, transitório e situado das identidades. Nesse sentido, os *itãs* podem ser lidos como narrativas que já operam, há séculos, uma compreensão não normativa dos corpos e das existências, reconhecendo a fluidez e a multiplicidade como princípios ontológicos e éticos.

O conceito de encruzilhada, central na cosmologia do Candomblé, torna-se particularmente fecundo para pensar esses diálogos. Conforme propõem Simas e Rufino (2018), a encruzilhada é espaço de encontro, conflito, criação e reinvenção, no qual diferentes saberes e temporalidades se atravessam sem se hierarquizar. Pensar os corpos dissidentes a partir das encruzilhadas implica reconhecê-los como territórios de negociação simbólica, nos quais normas coloniais de gêneros são tensionadas por práticas e narrativas insurgentes.

As experiências de pessoas trans e travestis, especialmente no contexto latino-americano, encontram ressonância nessas cosmopolíticas do movimento. A afirmação de corpos dissidentes, nesse quadro, não se dá apenas por meio da reivindicação de direitos, mas também pela produção de sentidos que desafiam regimes coloniais de inteligibilidade. Como destacam Pelúcio (2014) e Vergueiro (2023), as vivências trans constituem lugares de enunciação capazes de produzir saberes críticos sobre gêneros, corpos e poderes.

Assim, ao articular mitologias do Candomblé e teorias *cuir/trans*, torna-se possível construir leituras contra-hegemônicas que deslocam

o foco da identidade para o processo, do essencialismo para o trânsito, e da normatividade para a pluralidade das existências. Os *itãs*, enquanto narrativas vivas, oferecem chaves analíticas potentes para compreender os corpos dissidentes como expressões legítimas de humanidade, abrindo caminhos para epistemologias que afirmam a vida, a diferença e a multiplicidade no enfrentamento das heranças coloniais.

6. CAMINHOS PEDAGÓGICOS E COSMOPOLÍTICAS EDUCATIVAS PARA CORPOS EM MOVIMENTO

A proposição de caminhos pedagógicos e cosmopolíticas educativas para corpos em movimento, a partir do entendimento de Santos (2010) Freire (1996), demanda uma ruptura com modelos educacionais assentados na neutralidade, na universalização dos saberes e na cis-heteronormatividade como princípios organizadores do currículo. Inspiradas pelo pensamento decolonial e pelas epistemologias do Sul, tais propostas compreendem a educação como prática situada, atravessada por relações de poder, colonialidade, racialização e gêneros, e comprometida com a valorização de saberes historicamente marginalizados.

As cosmopolíticas educativas reconhecem que os processos de ensinar e aprender não se restringem ao domínio cognitivo, mas, envolvem dimensões éticas, corporais, afetivas e espirituais. Conforme argumenta Stengers (2018), a noção de cosmopolítica implica a abertura a múltiplos modos de existência e à coexistência de diferentes racionalidades, desafiando epistemologias que deslegitimam conhecimentos não modernos. No contexto educacional, essa perspectiva permite compreender práticas religiosas afro-diaspóricas, linguagens dissidentes e experiências corporais como fontes legítimas de produção de conhecimentos e reflexão crítica.

Nesse sentido, integrar espiritualidades, linguagens e corpos às práticas pedagógicas significa reconhecer os corpos como territórios epistêmicos e políticos. Autores como hooks (2017) e Louro (2004)

destacam que pedagogias críticas comprometidas com a justiça social devem considerar as experiências corporais e afetivas dos sujeitos como centrais no processo educativo. Para pessoas trans e travestis, cujas existências são frequentemente negadas ou patologizadas no espaço escolar, o reconhecimento dos corpos como produtores de saberes constitui um gesto pedagógico profundamente emancipatório.

As experiências trans e travestis, quando compreendidas como lugares de enunciação, tensionam currículos normativos e abrem possibilidades para práticas educativas contra-hegemônicas. Conforme argumentam Bento (2017) e Vergueiro (2023), a exclusão dessas experiências do espaço escolar não é acidental, todavia, resultado de um regime cisnormativo que regula quais corpos podem aprender, ensinar e existir legitimamente. Uma pedagogia de inspiração decolonial e *cuir/trans*, portanto, deve promover a escuta, a participação e a coautoria desses sujeitos na produção dos conhecimentos.

Para Pennycook (2006) e Moita Lopes (2013), a linguagem, nesse contexto, assume papel central como prática social e política. A adoção de linguagens inclusivas, a problematização de discursos normativos e o reconhecimento de narrativas dissidentes contribuem para a construção de ambientes educativos mais democráticos e acolhedores. Tais práticas não se limitam à dimensão discursiva, todavia, incidem diretamente na constituição de subjetividades e nas possibilidades de pertencimento escolar.

Por fim, uma educação crítica, plural e emancipatória orientada por cosmopolíticas educativas visa não apenas à inclusão formal de sujeitos dissidentes, mas, à transformação das estruturas que produzem exclusão. Inspirada na pedagogia freireana, essa perspectiva compreende a educação como prática de liberdade, na qual o diálogo, a problematização e a ação coletiva constituem caminhos para a cons-

trução de mundos mais justos (Freire, 1996). Assim, os caminhos pedagógicos aqui propostos afirmam os corpos em movimento (trans, travestis e dissidentes) como agentes centrais na produção de saberes e na reinvenção das práticas educativas contemporâneas.

O CORPO COMO ENCRUZILHADA: SÍNTESES FINAIS ENTRE TRÂNSITO E CIRCULARIDADE

O *àșe* não se limita às normas: ele se move com os corpos que dançam, cantam e reexistem nas encruzilhadas do sagrado. *Êșù* e *Ôșùmàrè* não fixam, movem; não interditam, abrem. O que se espalha é o saber que reconhece no trânsito o seu próprio fundamento. O *àșe* não termina, ele circula. Espalhar saberes é deixar que o corpo continue ensinando, mesmo quando o texto silencia.

Os resultados preliminares apontam que os *itãs* funcionam como tecnologias de vida e de formação, capazes de produzir sentidos sobre corporeidades, ancestralidades, transformação e trânsito identitário, revelando que *òrìșàs* como *Êșù* e *Ôșùmàrè*, marcados pelo movimento, pela ambiguidade e pela potência de mediação, oferecem gramáticas simbólicas extremamente férteis para compreender experiências trans e travestis para além dos enquadramentos biomédicos, jurídicos ou normativos.

A análise demonstra ainda que o Candomblé, enquanto matriz civilizatória, rompe com paradigmas coloniais ao integrar corpo, mito, ética, estética e comunidade, operando como um sistema pedagógico que legitima diferenças, sustenta outras ontologias e possibilita leituras ampliadas sobre o existir, o aprender e o viver em coletivo. A aproximação entre pensamento decolonial, epistemologias do Sul e teorias *cuir/trans* revela que tais campos, embora distintos, convergem, ao questionar regimes de verdade, hierarquias epistêmicas e violências estruturais que moldam a vida de pessoas trans e travestis, indicando caminhos para práticas educativas mais plurais, críticas e insurgentes.

Conclui-se que a pesquisa contribui para a Educação, ao propor uma (re)configuração do olhar sobre narrativas míticas, corpos dissidentes e processos formativos, estimulando práticas pedagógicas que valorizem cosmologias afro-diaspóricas, saberes subalternizados e experiências de trânsito corporal como dimensões legítimas do conhecimento. Ao inserir o Candomblé no debate educacional, o estudo reafirma a potência dos saberes ancestrais como instrumentos de afirmação e resistência/reexistência e oferece subsídios para a construção de políticas educativas comprometidas com a pluriversidade, a justiça social e a decolonização do currículo.

REFERÊNCIAS

- BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 2001.
- BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2017.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. CIPOLLA, Marcelo Brandão (Trad.). 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.
- LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935–952, 2014.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2013.
- NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NEGRÃO, Lísias Nogueira. Pluralismo e Multiplicidades Religiosas no Brasil Contemporâneo. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 23, n. 2, p. 261-279, maio/ago. 2008.

PELÚCIO, Larissa. Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil? **Revista Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 68-91, 2014.

PENNYCOOK, Alastair. **Uma linguística aplicada transgressiva**. São Paulo: Parábola, 2006.

PRANDI, Reginaldo. As religiões negras no Brasil: para uma sociologia dos cultos afro-brasileiros. **Revista USP**, São Paulo, n. 28, dez/fev., 1996.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos Orixás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PRANDI, Reginaldo. **Segredos guardados**: orixás na alma brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 117-142.

REIS, João J. Nas Malhas do Poder Escravista: A Invasão do Candomblé do Accú na Bahia, 1829. **Religião e Sociedade**, Salvador, v. 13, n. 3, 1986.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal**: das linhas globais a uma ecologia de saberes. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SILVEIRA, Renato da. Jêje-nagô, Yorubá-Tapa, Aon Efan, Ijexá: Processo de Constituição do Candomblé da Barroquinha – em 1764-1851. Petrópolis, RJ: Cultura Vozes, n. 6, 2000.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **Orixás da metrópole**. São Paulo: Vozes, 2005.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. **Fogo no mato**: a ciência encantada das macumbas. Rio de Janeiro: Mórula, 2018

SODRÉ, Muniz. **Pensar nagô**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes**. São Paulo: Cosac Naify, 2018.

VERGER, Pierre. **Orixás**: deuses iorubás na África e no Novo Mundo. Salvador: Corrupio, 1997.

VERGER, Pierre. **Notícias da Bahia – 1850**. 2. ed. Salvador: Editora Corrupio, 1999.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Salvador: EDUFBA, 2023.

WALSH, Catherine. **Interculturaliad crítica y educación**; Seminario “Interculturalidad y educación intercultural”, La Paz, 2009.



UMA ANÁLISE A PARTIR DA AUSÊNCIA (PRESENTE) DE IMAGENS RELACIONADAS AO GRUPO LGBTIAPN+ EM LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Aderjan Albert da Silva Argolo (Ufal)

ENTRE VISIBILIDADES E SILENCIAMENTOS: REPRESENTAÇÕES LGBTIAPN+ NOS LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA

O livro didático, em contextos em que envolve o processo de ensino-aprendizagem, é o único recurso disponível a ser usado pela pessoa docente, que, muitas das vezes, em decorrência de precisar cumprir uma tripla jornada, talvez, quádrupla, não consegue fazer uma formação continuada, ou, até mesmo, utilizar o livro como um recurso que não tenha a finalidade em si mesmo, como acontece em alguns ambientes escolares.

Bittencourt (s.d.) nos apresenta, em seu trabalho intitulado **A história do livro didático brasileiro**, quatro momentos pelos quais o livro didático passou, desde os seus primórdios até os dias atuais. No primeiro momento, tem-se como modelo os que eram produzidos fora do país, a saber, em Portugal e na França: seguiam os programas curriculares adaptados, eram inspirados em outros países e sofriam controle do governo das províncias, além de estar sob a vigilância da Igreja Católica.

Ainda segundo a autora, no segundo momento, há a nacionalização dos livros didáticos, pois, a partir de uma reforma realizada por Dom Pedro II nos currículos das escolas, ademais de algumas disciplinas precisarem de livro específico, a saber, História e Geografia, uma editora no Rio de Janeiro começou a se destacar na produção de livros escolares. No terceiro momento, o marco se no Regime Militar, em 1964, bem como, em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases havia proporcionado uma nova fase da expansão escolar. Justamente nesse momento, o livro didático passa a trazer imagens que não tinham finalidade pedagógica, mas de auxiliar na vendagem; de igual modo, o livro transforma-se em material didático essencial para o ensino. No quarto momento, visando à viabilização e implementação da política de universalização da educação básica, o livro didático passa da nacionalização à internacionalização.

Os livros didáticos desempenham um papel fundamental na formação de valores e na construção de identidades dos estudantes. No contexto educacional brasileiro, a diversidade de representações é crucial para promover a inclusão e combater preconceitos. No entanto, a análise das obras didáticas frequentemente revela uma carência significativa de representações que contemplem a diversidade sexual e de gênero, especialmente em materiais voltados para o público jovem.

O livro de Língua Portuguesa de William Cereja e Thereza Cochar, utilizado no 7º ano, serve como um exemplo dessa realidade. Este artigo tem como objetivo analisar a ausência de imagens e conteúdos que abordem a temática LGBTIAPN+ e discutir as possíveis consequências dessa omissão na formação de jovens estudantes.

O trabalho em tela se estrutura, metodologicamente, enquanto uma pesquisa de abordagem qualitativa e se volta a analisar sobre a ausência de imagens que retratem tanto as pessoas como as realidades de pessoas do grupo LGBTIAPN+, considerando que a ausência também comunica.

Faz-se pertinente destacar que o texto se encontra dividido em quatro macro seções, ademais desta introdução e das considerações finais, a saber: (1) A ausência da presença; (2) Diversidades das Identidades; (3) Percurso metodológico; (4) Uma análise das imagens presentes; e (5) Considerações finais.

2 A AUSÊNCIA QUE COMUNICA

O que não está dito/posto, tende a comunicar, produzir novos efeitos de sentidos. Consoante a Bakhtin (2011), o não dito pode ser elemento de análise. Para identificá-lo é preciso a compreensão do texto em seu contexto. Nesse contexto, a questão do não dito coloca-se como expressivo, na medida em que pode revelar as formas mais perversas da discriminação, pois, é difícil identificar uma prática discriminatória nos comportamentos de cada pessoa.

A comunicação, em congruência com Gosciola (2011), é frequentemente associada à presença, ao diálogo e à troca de informações, mas a ausência também desempenha um papel crucial nas interações humanas. A ausência pode ser entendida de várias maneiras: a falta física de um indivíduo, a ausência de certos elementos em uma obra de arte ou até mesmo a omissão de informações em uma conversa. Este artigo examina como a ausência se torna uma forma de comunicação eficaz em diversos contextos.

A Psicologia investiga a ausência no contexto das relações interpessoais e do desenvolvimento emocional. A teoria do apego de Bowlby (1997) sugere que a ausência de figuras de apego pode ter um impacto significativo no desenvolvimento emocional de indivíduos. Estudos demonstram que a ausência pode gerar sentimentos de abandono, mas também pode levar a um maior desenvolvimento da autonomia.

No campo da Sociologia, a ausência pode ser analisada em termos de inclusão e exclusão social. O trabalho de Goffman (1963) sobre

estigma sugere que a ausência de um grupo social ou a marginalização de sua presença pode comunicar uma mensagem poderosa sobre normas sociais e valores. Além disso, a ausência de vozes em processos de tomada de decisão pode ser vista como uma forma de violência simbólica.

Posto isso, a seção a seguir traz uma reflexão sobre diversidades das identidades e como essas contribuem para a manutenção de determinados paradigmas.

3 PLURIDIVERSIDADES DAS IDENTIDADES

Nesta seção, busca-se explorar as diversidades presentes no grupo LGBTIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não Binários e outras identidades). A análise abrange aspectos históricos, sociais, culturais e psicológicos que moldam as experiências desses indivíduos. Ao considerar a interseccionalidade, este estudo revela a complexidade das identidades dentro do grupo e a importância de reconhecer e respeitar tais diversidades para promover a inclusão e a equidade.

O acrônimo LGBTIAPN+, em consonância com Matos *et al.* (2024), representa um espectro amplo de identidades e orientações sexuais, cada uma com suas características únicas e desafios. A diversidade encontrada nesse grupo é um reflexo das variadas experiências sociais, culturais e políticas enfrentadas por seus membros. Este artigo propõe uma discussão sobre as especificidades de cada identidade, além de analisar como a interseccionalidade impacta as vivências das pessoas dentro desse espectro.

A sigla LGBTIAPN+ abrange uma variedade de identidades e orientações que, de acordo com De Souza; Bleicher; De Castro (2024), manifesta-se de diferentes maneiras: Lésbicas: Mulheres que se sentem atraídas por outras mulheres; Gays: Homens que se sentem atraídos

por outros homens, embora o termo também possa ser usado de forma abrangente para qualquer pessoa homossexual; Bissexuais: Indivíduos que se sentem atraídos por mais de um gênero; Transgêneras: Pessoas cuja identidade de gênero difere do sexo atribuído ao nascimento; Intersexuais: Indivíduos que nascem com características sexuais que não se encaixam nas definições típicas de masculino ou feminino; Assexuais: Pessoas que não sentem atração sexual ou que têm pouca ou nenhuma; Pansexuais: Indivíduos que sentem atração afetiva, sexual e emocional por pessoas de todas as outras orientações sexuais e identidades de gêneros.

Em decorrência do exposto, insta que livros didáticos tragam imagens que funcionem como suporte para que estudantes consigam compreender possibilidades outras a partir do livro didático.

4 ENTRE *CORPUS* E ANÁLISE: DELINEAMENTOS METODOLÓGICOS

Conforme elencado na introdução, compreendo que as formações discursivas se encontram permeadas por ideologias dominantes que visam a assegurar a manutenção de sistemas socialmente estabelecidos. Nesse sentido, tendo um olhar aos códigos simbólicos que estruturam, por meio da linguagem, as culturas e as sociedades, o presente artigo volta um olhar especial para a ausência de imagens de pessoas do grupo LGBTIAPN+ e de suas realidades.

Desse modo, o *corpus* de análise diz respeito às imagens que não estão postas no livro didático que foi analisado. Cabe destacar que foi feita a análise de todo o livro didático, ao final, como não foi encontrada nenhuma imagem, de acordo com o que se desejava trabalhar, analisei um texto presente no livro que tem por título “Identidade”, e que traz uma jovem, de pele clara e cabelos lisos, impossibilitando uma percepção mais ampla sobre o que vêm a ser identidades. Dado

o exposto, na seção seguinte, apresentarei pontos sobre a importância do uso das imagens.

5 UMA ANÁLISE DAS IMAGENS PRESENTES

O que é usado como referencial teórico-metodológico para definir o que é identidade?

A representatividade é essencial para que todos os estudantes se sintam incluídos e reconhecidos em seu ambiente escolar. A ausência de imagens e referências ao grupo LGBTIAPN+ pode perpetuar a invisibilidade e o preconceito, contribuindo para a marginalização de identidades que já enfrentam discriminação.

A educação é um espaço fundamental para a formação de cidadãos críticos e conscientes. No entanto, a falta de representatividade em sala de aula pode perpetuar estereótipos e marginalizar grupos historicamente sub-representados. Este artigo busca discutir a relevância da representatividade na educação e como ela pode influenciar o processo de ensino-aprendizagem.

Representatividade envolve a presença de diferentes identidades e experiências em um determinado contexto. Em sala de aula, isso se traduz na presença de professores e materiais didáticos que refletem a diversidade da sociedade, incluindo, mas não se limitando a raça, etnia, gênero, orientação sexual e classe social.

Estudos têm mostrado que a representatividade pode melhorar a autoestima dos alunos, especialmente de grupos minoritários. Quando os alunos veem reflexos de suas próprias identidades na educação, eles tendem a se sentir mais valorizados e motivados. Além disso, a pluridiversidade de perspectivas enriquece o aprendizado, promovendo um ambiente mais dinâmico e criativo.

Apesar da importância da representatividade, sua implementação enfrenta diversos desafios. Barreiras estruturais, preconceitos institucionais e a escassez de recursos podem limitar a capacidade das escolas de promover uma educação verdadeiramente inclusiva. Além disso, muitos educadores podem não ter a formação necessária para lidar com questões de diversidade de maneira eficaz.

Para que a representatividade se torne uma realidade nas salas de aula, é necessário adotar estratégias que incluem capacitação de professores para reconhecer e abordar questões de diversidade e desenvolvimento de currículos que incluam vozes e histórias de diferentes.

ENTRE INVISIBILIDADES E DISPUTAS DISCURSIVAS: REFLEXÕES FINAIS SOBRE REPRESENTAÇÕES LGBTIAPN+ NO LIVRO DIDÁTICO

A análise da ausência de imagens relacionadas ao grupo LGBTIAPN+ em livros didáticos de língua portuguesa revela um aspecto preocupante da educação contemporânea: a invisibilidade de uma parcela significativa da sociedade. Essa omissão não é meramente estética, mas reflete uma construção social que perpetua preconceitos e estigmas.

Os livros didáticos têm o potencial de moldar a visão de mundo dos estudantes, oferecendo-lhes referências que possam contribuir para a formação de uma sociedade mais inclusiva e diversa. A falta de representatividade LGBTIAPN+ pode levar à marginalização de identidades e experiências, reforçando a ideia de que essas vozes não têm valor ou relevância no contexto educacional. Além disso, essa ausência pode impactar negativamente a autoestima de jovens que se identificam com essas comunidades, fazendo-os sentir que suas vivências não são dignas de reconhecimento ou respeito.

A inclusão de imagens e conteúdos que representem a diversidade sexual e de gênero nos materiais didáticos é fundamental para

promover um ambiente de aprendizagem mais acolhedor e respeitoso. Tal representação não deve se limitar a uma mera formalidade, mas deve ser acompanhada de uma abordagem pedagógica que favoreça a discussão, a empatia e o respeito às diferenças.

Portanto, é crucial que educadores, autores de livros didáticos e instituições de ensino se comprometam a reavaliar seus materiais e práticas, buscando promover uma educação realmente inclusiva. A luta pela visibilidade do grupo LGBTIAPN+ nos espaços educacionais é uma maneira efetiva de combater a homofobia, a transfobia e outras formas de discriminação, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes e respeitosos. A presença de imagens e narrativas diversas nos livros didáticos não é apenas uma questão de representatividade, mas um passo essencial rumo à construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Referências

- BITTENCOURT, C. F. **A história do livro didático brasileiro**. São Paulo: Abrelivros, s/d.
- BOWLBY, J. **Formação e rompimento dos laços afetivos**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES; Thereza Cochar. **Português: linguagens**, 7. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
- DEBIEUX, Miriam Rosa. O não-dito familiar e a transmissão da história. **Psychê**, n. 8, p. 123-137, 2001.
- DE SOUZA, Victor Pereira; BLEICHER, Taís; DE CASTRO DINIZ, Breno. Saúde mental e vivências fora dos binarismos de gênero entre jovens estudantes de graduação. **Diversidade e Educação**, v. 12, n. 1, p. 296-321, 2024.
- GOFFMAN, E. **Stigma: notes on the management of spoiled identity**. New York: Simon & Schuster, 1963.

GOSCIOLA, Vicente. Narrativa transmídia: a presença de sistemas de narrativas integradas e complementares na comunicação e na educação. **Quaestio** – Revista de Estudos em Educação, v. 13, n. 2, 2011.

MATOS, Ana Carla Harmatiuk *et al.* **Responsabilidade Civil, Gênero e Sexualidades**. Editora Foco, 2024.

MOTTA, Flavia; PAULA, Claudemir de. Questões Raciais para Crianças: resistência e denúncia do não dito. **Educação & Realidade**, v. 44, p. e88365, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/CPjw4JYGJ8MrwwkKQfsw5LB/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 25 fev. 2025.

[laŋ.gwĩdʒ]

sistema de signos
da comunicação

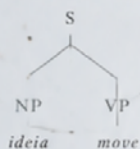


*as palavras
são pontes
entre o silêncio
e o sentido.*

metáfora

III – CAMPOS DE INVESTIGAÇÃO

– DISCURSO: SUJEITO, HISTÓRIA E IDEOLOGIA



polissemia

*navega,
entre
linhas,
o leitor
se escreve.*



DISCURSOS JUDICIAIS E TRABALHADORES RURAIS: EFEITOS IDEOLÓGICOS NO RECONHECIMENTO DE DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS

Martin Ramalho de Freitas Leão Rego (Ufal)
Helson Flávio da Silva Sobrinho (Ufal)

INTRODUÇÃO

“O discurso pensando, então, como práxis, como ação de sujeitos históricos, é o lugar onde os sentidos se produzem, onde os sujeitos atuam, em decorrência de envolvimento sociais, históricos e ideológicos. Essa visão de discurso oferece uma abertura para ressignificações, associações, transformações, mediante uma perspectiva histórica da língua e do sujeito” (Florêncio *et al*, 2009, p. 123).

Este artigo é fruto de uma pesquisa em desenvolvimento que toma como objeto os discursos judiciais produzidos no âmbito do Direito Previdenciário acerca do(a) trabalhador(a) rural, interrogando os efeitos de sentido que neles se produzem. A pesquisa inscreve-se na Análise do Discurso de filiação materialista e parte da compreensão de que o discurso jurídico constitui uma materialidade simbólica historicamente determinada, atravessada por relações ideológicas e de classe.

Sabe-se que a Previdência Social se configura como um dispositivo institucional de proteção social, destinado a assegurar meios

de subsistência aos(às) segurados(as), diante de contingências que afetam a capacidade laboral. No interior desse sistema, os(as) trabalhadores(as) rurais ocupam posição específica, uma vez que o reconhecimento de sua condição de segurado especial não se vincula necessariamente à contribuição formal, mas à comprovação do exercício do labor no campo em determinado período.

Essa especificidade desloca para o Poder Judiciário a tarefa de reconhecer (ou não) a condição de trabalhador(a) rural, fazendo operar processos interpretativos sobre um conceito marcado por indeterminação normativa. Observando, preliminarmente, decisões judiciais, percebe-se que esse reconhecimento se apoia em critérios não explicitados na legislação, frequentemente derivados de representações “naturalizadas” do trabalho rural.

Nessas decisões, o(a) trabalhador(a) rural é discursivamente construído(a) a partir de atributos físicos, comportamentais e linguísticos, que passam a funcionar como índices de “verdade” sobre sua condição de existência. Tal construção produz um efeito de evidência, pelo qual determinadas formas de existência e de trabalho são legitimadas, enquanto outras são desqualificadas, operando, a nosso ver, como critério implícito para a negação de direitos previdenciários.

Diante desse funcionamento, nosso estudo desloca-se do campo jurídico para o referencial da Análise do Discurso materialista, a partir do qual se interrogam os sentidos produzidos sobre o(a) trabalhador(a) rural, o funcionamento ideológico do discurso judicial e as posições-sujeito que nele se constituem. Esses efeitos de sentido são compreendidos como inscritos em relações de classe historicamente determinadas, que se atualizam no discurso jurídico.

Do ponto de vista metodológico, o estudo articula revisão bibliográfica e análise documental de decisões judiciais proferidas pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, selecionadas em razão do indeferimento de benefícios previdenciários a trabalhadores(as) rurais

por ausência de reconhecimento da qualidade de segurado, no período dos últimos cinco anos. As decisões que serão analisadas constituem documentos públicos, acessíveis em meio digital, dispensando submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, nos termos da Resolução nº 510 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2016).

2. BREVES NOTAS SOBRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA: CAMINHOS PARA PENSAR AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO

“O discurso não tem uma gênese espontânea (abstrata/pura), pois é gerado e sustentado pela e nas condições materiais de existência dos sujeitos históricos” (Silva Sobrinho, 2015a, p. 40).

A constituição histórica da Previdência Social no Brasil não pode ser compreendida como simples evolução normativa orientada por princípios abstratos de proteção social. Trata-se, antes, de um processo social e político inscrito nas contradições próprias da formação social brasileira, no interior do qual se articulam relações de classe, disputas por recursos públicos e formas específicas de gestão da força de trabalho. Nessa perspectiva, a Previdência Social configura-se como um aparelho institucional que, ao mesmo tempo em que promete proteção, regula o acesso a direitos por meio de critérios jurídicos e administrativos que produzem efeitos materiais sobre os sujeitos.

Historicamente, a proteção social esteve circunscrita à esfera familiar e a práticas assistenciais de caráter caritativo, sendo progressivamente incorporada ao Estado à medida que determinados segmentos da classe trabalhadora se organizaram e passaram a reivindicar garantias mínimas de reprodução social. No caso brasileiro, esse processo ocorreu de modo desigual, com a incorporação inicial de categorias específicas de trabalhadores(as) urbanos(as), como ferroviários(as) e professores(as) (Martins, 2016), enquanto outros segmentos permaneceram à margem do sistema por longos períodos. Tal desigualdade

não é acidental, mas expressão das hierarquias que estruturam o mundo do trabalho sob o capitalismo dependente.

A Constituição Federal (BRASIL, 1988) institui o conceito de “seguridade social” como um conjunto integrado de ações nas áreas da saúde, da previdência e da assistência social, produzindo um efeito de universalização discursiva do direito à proteção social. Contudo, essa universalidade se realiza sob a manutenção do caráter contributivo do sistema previdenciário, o que reinscreve, no plano jurídico, a distinção entre trabalhadores(as) plenamente integrados(as) ao mercado formal e aqueles(as) cuja inserção ocorre de forma precária ou intermitente.

Nesse contexto, o acesso aos benefícios previdenciários passa a depender da articulação entre dois requisitos centrais: a contingência e a qualidade de segurado. Se a contingência é apresentada como dado objetivo da condição humana, a qualidade de segurado constitui-se como categoria jurídica atravessada por processos interpretativos, cuja aplicação concreta depende de mecanismos de prova, reconhecimento institucional e validação discursiva. É nesse ponto que emerge a figura do segurado especial, categoria criada para abarcar trabalhadores(as) rurais cuja subsistência não se organiza segundo a lógica salarial urbana. Ou seja, trata-se dos segurados especiais, definidos como aqueles que, individualmente ou em regime de economia familiar, exerçam trabalho autônomo em prol da subsistência própria na condição de produtor rural, seringueiro ou pescador artesanal (BRASIL, 1991, art. 11, VII). Isto é, são trabalhadores(as) que, pela situação de vulnerabilidade e exclusão social, não poderiam, em regra, contribuir financeiramente com a Previdência.

A inclusão tardia dos(as) trabalhadores(as) rurais no sistema previdenciário revela não apenas um atraso histórico, mas a posição estruturalmente subalterna desse segmento na divisão social do trabalho. Ainda que a legislação preveja condições diferenciadas para

o acesso a benefícios, como a dispensa de contribuição financeira direta, o reconhecimento da condição de segurado especial permanece condicionado à comprovação documental e testemunhal do exercício do labor rural, deslocando para o sujeito o ônus da prova de sua própria condição de existência social.

As dificuldades enfrentadas pelos(as) trabalhadores(as) rurais no âmbito administrativo, especialmente diante do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), evidenciam os limites materiais do Estado na implementação efetiva das políticas de proteção social. A precarização institucional, aliada à ausência de políticas sistemáticas de acompanhamento da população rural, produz um cenário no qual o indeferimento administrativo se torna regra, orientado por uma lógica de contenção de gastos e de responsabilização individual dos(as) servidores(as) públicos(as). Soma-se a isso a precarização da autarquia, com carência de investimentos e falta de pessoal, limitando a sua capacidade de realizar uma investigação social ampla, que deveria conter, inclusive, visita aos domicílios (Faroni; Rangel; Bolonha, 2015).

Esse funcionamento administrativo produz como efeito a judicialização massiva dos benefícios previdenciários rurais, transferindo ao Poder Judiciário a função de decidir sobre o reconhecimento da condição de trabalhador(a) rural⁶. No entanto, longe de operar como instância neutra de correção das injustiças administrativas, a nosso ver, o Judiciário reinscreve a questão em outra ordem discursiva, na qual o reconhecimento de direitos passa a depender do livre convencimento motivado, isto é, de critérios interpretativos que escapam à normatividade estrita e se ancoram em representações socialmente construídas.

É nesse ponto que se torna possível observar o funcionamento de discursos que produzem um imaginário sobre o(a) trabalhador(a) rural, sustentado por atributos físicos, comportamentais e simbólicos

6 Por essa razão, como demonstrado por uma pesquisa divulgada pelo Ipea, ao contrário da população urbana, os benefícios rurais, em sua maioria, quando obtidos, são pela via judicial (Maranhão; Vieira Filho, 2018, p. 32).

associados a uma determinada imagem do campo. Tal imaginário funciona como operador ideológico, ao naturalizar determinadas formas de existência e excluir outras, legitimando a denegação de direitos sob a aparência de critérios técnicos ou probatórios.

A identificação do(a) trabalhador(a) rural, longe de ser uma questão simples ou objetiva, envolve processos complexos de constituição de sujeitos, atravessados por discursos sobre tradição, pertencimento e modos de vida. Reduzir essa identidade a respostas fornecidas em audiências breves ou a questionários padronizados significa apagar a historicidade das trajetórias individuais e coletivas, substituindo-a por esquemas classificatórios que operam como filtros excludentes.

Em síntese, o que se observa é que o reconhecimento do(a) trabalhador(a) rural no âmbito da Previdência Social se realiza no interior de um funcionamento discursivo que articula direito, ideologia e relações de classe. A análise desse funcionamento exige não apenas a descrição dos discursos judiciais, mas a compreensão de suas condições materiais de produção, isto é, do modo como o sistema previdenciário, enquanto parte da engrenagem do sistema capitalista de gestão da força de trabalho, produz sentidos que têm efeitos concretos na distribuição (ou negação) de direitos sociais.

3. O OBJETO DO GESTO ANALÍTICO: DECISÕES DENEGATÓRIAS DE DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS AOS(ÀS) TRABALHADORES(AS) RURAIS

“Todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes” (Pêcheux, 1997, p. 92).

As decisões judiciais que denegam direitos previdenciários aos(às) trabalhadores(as) rurais constituem materialidade discursiva privilegiada para a análise dos efeitos de sentido que se produzem nesse domínio. Nelas, torna-se possível observar o funcionamento da ideologia capitalista e as posições-sujeito que se constituem no discurso

jurídico, inscritas em relações de classe historicamente determinadas, nas quais se confrontam, de um lado, os(as) trabalhadores(as) rurais e, de outro, o Estado enquanto instância de regulação burguesa.

A seguir, apresenta-se um recorte da materialidade discursiva que compõe o *corpus* de análise. Trata-se de excerto de decisão judicial proferida no âmbito do direito previdenciário, no qual se explicitam critérios mobilizados para o reconhecimento (ou não) da condição de segurado especial:

Sobre os elementos de convicção, tem-se o seguinte. O art. 11, VII, da Lei n. 8.213/91 define como segurado especial a pessoa física residente em imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar exerça labor rural e que cumpra alguns outros requisitos. Sendo assim, *a residência em zona urbana, afastada do local em que se afirma desempenhar a atividade agrária, em princípio, afasta a caracterização do indivíduo como segurado especial*, principalmente pelo custo pessoal e econômico do deslocamento e pelo custo de aquisição mais elevado de um imóvel urbano. Além disso, o próprio transporte da produção fica mais difícil em deslocamentos mais longos. Não é comum, ademais, que um segurado especial possua duas residências, em razão do elevado custo de manutenção.

É sabido que as características físicas do indivíduo dependem tanto do genótipo quanto das condições ambientais a que está exposto. Nesse ponto, *é natural e esperado que pessoas submetidas a trabalhos braçais ao ar-livre, a exemplo da agricultura, apresentem calosidades nas mãos e a pele queimada pelo sol. Ainda sobre características físicas, o segurado especial goza de tratamento legal favorecido, mediante a concessão de benefícios previdenciários, no valor de um salário mínimo, independentemente de pagamento de contribuições, porque o exercício de agricultura de subsistência não permite lhe sobra financeira, isso implica diretamente a restrição à aquisição e, consequentemente, consumo de alimen-*

tos, o que reduz a ingestão calórica diária. Isso, aliado ao exercício de extenuante trabalho físico, acarreta baixo índice de massa corporal – IMC (decorrente da razão entre peso e altura) nesse tipo de trabalhadores (BRASIL, 2021, grifo nosso).

Em decisões dessa natureza, não basta que o(a) trabalhador(a) rural corresponda ao estereótipo físico mobilizado no discurso judicial; espera-se, ainda, que produza uma narrativa sobre o trabalho no campo compatível com o conhecimento de mundo do(a) julgador(a), frequentemente distante de sua realidade social, e que seja capaz de justificar discursivamente qualquer desvio em relação a essa expectativa. Vejamos:

[...] quando lhe questionei sobre a enxada, que é algo que todo agricultor usa diariamente no seu trabalho, ela simplesmente disse que sua enxada não é encabada nem muito deitada, nem muito em pé, porque dói nas costas; *não deu um argumento técnico para essa forma de encabar a enxada, até porque não existe essa enxada encabada mais ou menos porque dá dor nas costas, ou não.* Tem a enxada que é encabada de uma forma para que ela possa cavar melhor, mesmo assim para cavar se prefere o enxadeco, e tem aquele que é encabada de outra forma para puxar o mato, e ela não soube falar sobre isso, disse apenas que a dela não é encabada nem muito deitada, nem muito em pé, porque doía nas costas; ela também disse que o milho demora 30 dias para pendoar; *no sindicato ela colocou que trabalha sozinha, mas em audiência afirmou que trabalha com o companheiro*, portanto, existe uma contradição com a própria auto declaração apresentada pela parte autora (BRASIL, 2022).

Outro aspecto relevante diz respeito ao modo como a questão de gênero se inscreve nos discursos judiciais sobre o trabalho no campo. Observam-se decisões que, a partir de uma interpretação restriti-

va da legislação previdenciária, deixam de reconhecer a mulher como trabalhadora rural quando sua atuação é compreendida apenas como “auxílio” ao marido, apagando discursivamente o trabalho doméstico e de cuidado que integra a reprodução da vida no meio rural. Como podemos ver no recorte discursivo, abaixo:

À guisa de exemplo não soube informar o que é lastro, nem quantos litros o esposo costumar plantar, declarando, ainda, que, com três meses, colhe o milho seco, o que não corresponde à realidade da região. Além disso, *confundiu o conceito de embalserrar com coivara; não soube explicar o que é “aceiro”*; e afirmou que o milho e o feijão nascem juntos.

Ademais, como bem ressaltou a magistrada sentenciante, *é possível inferir do depoimento da autora que quem efetivamente labora na agricultura é o esposo*, uma vez que afirmou que as únicas atividades por ela desenvolvidas seria desbulhar o milho e feijão, raspar mandioca, que, quando é muito, demora 15 dias, recebendo diária de R\$ 50,00, por dia, e que, no verão, apanha castanha para o proprietário da terra, também recebendo dinheiro. Afirmou, ainda, que vai ao roçado apenas para olhar porque o trabalho pesado mesmo é feito pelo homem.

Por sua vez, a prova testemunhal não foi robusta o suficiente para o meu convencimento sobre o trabalho rural da autora (BRASIL, 2020).

Essas narrativas judiciais em torno do labor campesino devem ser problematizadas por uma perspectiva macrossocial, pois são expressão de um problema estrutural da sociedade brasileira e “[...] não estão separadas da história (da luta de classes): elas constituem ‘compartimentos’ especializados das ideologias práticas sobre o terreno da produção de conhecimentos, com discrepâncias e autonomizações variáveis” (Pêcheux, 1997, p. 191).

Nesse funcionamento discursivo, observa-se problemática análoga à analisada por Silva Sobrinho no discurso sobre a velhice, uma vez que a produção de sentidos sobre os(as) trabalhadores(as) rurais revela também, em suas contradições, “[...] as contradições da sociedade capitalista, que se metamorfoseia sem eliminar, em sua essência, a lógica do capital” (Silva Sobrinho, 2015b, p. 1127). O(a) trabalhador(a) rural é, assim, simultaneamente construído como sujeito a ser protegido e como fardo social, ou seja, um “potencial oportunista” cuja condição deve ser continuamente provada, produzindo efeitos paradoxais que se inscrevem nas relações de exploração do trabalho, base material das discursividades, isso porque, como afirma Silva Sobrinho (idem): “as relações de exploração de trabalho, base material das relações antagônicas, continuam a produzir seus efeitos paradoxais nas discursividades” .

Assim, não se pode ignorar que, “no terreno da linguagem, a luta de classes ideológica é uma luta pelo sentido das palavras, expressões e enunciados, uma luta vital por cada uma das duas classes sociais opostas que têm se confrontado ao longo da história” (Pêcheux, 2011, p. 273). Desse modo, podemos notar que a margem de discricionarieidade judicial constitui um espaço privilegiado de funcionamento ideológico, no qual se reinscrevem, sob a aparência da técnica e da neutralidade decisória, posições de classe historicamente dominantes, cujos interesses não se orientam pela redistribuição de recursos públicos em favor dos(as) trabalhadores(as) rurais.

Observa-se que os discursos judiciais aqui analisados se articulam a uma mesma formação discursiva dos discursos políticos de orientação neoliberal, nos quais a contenção do gasto previdenciário é apresentada como imperativo técnico. Nessa perspectiva, a noção de “déficit” da Previdência Social funciona como efeito de evidência que legitima a restrição de direitos dos(as) trabalhadores(as), tal como analisado por Silva Sobrinho; Silva; Silva (2021, p. 218-219) no exame

das propagandas favoráveis às reformas previdenciárias nos governos Temer e Bolsonaro.

Como assinala Silva Sobrinho (2019), o discurso, enquanto efeitos de sentido, integra o movimento contraditório das relações sociais, no qual se inscrevem os interesses ideológicos materializados nas lutas de classes. Nessa perspectiva, o discurso é parte da concretude histórica da prática social dos sujeitos, o que evidencia seu caráter material. Assim, nenhuma análise de discursos pode deixar de considerar as condições sócio-históricas de produção do dizer, no caso, a sociedade capitalista e os conflitos de classe que constituem o discurso, de onde emergem as materialidades sobre as quais a nossa análise se debruça. É nessa direção que compreendemos que a Análise do Discurso “só tem a ganhar em produzir conhecimento sobre o discurso, articulando, em suas análises, a materialidade dos conflitos e lutas de classes para a compreensão de nossa própria existência histórica” (Silva Sobrinho, 2019, p. 148).

O discurso, seja ele qual for, é “o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que constitui, ao mesmo tempo, um efeito dessas filiações e um trabalho [...] de deslocamento no seu espaço” (Pêcheux, 2002, p. 56). Portanto, quando se trata da tomada de uma decisão envolvendo transferência de renda, a dimensão da luta de classes ganha expressão bem definida no discurso, ressaltando o excessivo zelo com o patrimônio em detrimento da dignidade humana. Isso significa que com “a valorização do mundo das coisas aumenta a desvalorização do mundo dos homens” (Marx, 2005, p. 111).

Também é necessário considerar a posição-sujeito ocupada pelos prolores das decisões judiciais. Longe de se tratar de uma questão individual, trata-se de sujeitos historicamente constituídos no interior de uma elite social privilegiada, majoritariamente branca, cuja presença nos cargos da magistratura se reproduz de modo estruturado.

Essa posição social não é exterior ao discurso jurídico, mas o atravessa, uma vez que, como observa Fireman (2018, p. 222), isso seria a “razão pela qual defendem interesses de classe, bem como, por estarem em estreita relação com os detentores do poder econômico, atuam sob sua influência, atendendo a seus propósitos”. Nesse sentido, a análise não pode se restringir aos “critérios” jurídicos mobilizados nas decisões, devemos, pois, considerar a infraestrutura material sobre a qual o direito se constrói e por meio da qual o Estado legitima sua atuação.

Conforme aponta Bartoly (2010, p. 40), o poder decisório dos juízes não se exerce de modo direto, mas opera de forma dissimulada, por meio da tecnicidade jurídica, que funciona como estratégia de ocultamento do próprio modo de funcionamento da decisão. Portanto, podemos dizer que, amparado pelo princípio da igualdade formal perante a lei e pelo efeito de evidência da isenção, neutralidade e imparcialidade do poder jurisdicional, o discurso jurídico produz o apagamento do sujeito concreto, no caso, o(a) trabalhador(a) rural, excluindo-o do exercício efetivo de argumentar e de participar da produção da decisão que incide sobre sua própria existência social.

Com o insucesso do reconhecimento de direitos na esfera administrativa (INSS), os(as) trabalhadores(as) rurais acabam encontrando na Justiça mais uma instituição burocrática, dificultadora do exercício de direitos, pois, “para além dos sabidos custos econômicos e gerenciais, existe uma camada de discursos e ritos forenses que são, em si, penosos para os segurados” (Alves, 2021, p. 187). Assim, um conceito conhecido dos juristas que merece destaque é o de “jurisprudência defensiva”, quando os Tribunais obstaculizam o reconhecimento de um pleito não por ser o entendimento mais adequado juridicamente, mas para evitar que as pessoas busquem o Poder Judiciário.

É nesse horizonte que se inscrevem os discursos judiciais restritivos acerca de quem pode ser considerado(a) trabalhador(a) rural para fins de concessão de direitos previdenciários. Por isso, buscamos

problematizá-los para compreender o seu sentido material e macro-social, isto é, o lugar que ocupam no funcionamento ideológico do Estado e do direito. Assim, ainda que o discurso jurídico invoque o “livre convencimento motivado” do juiz, não se pode dissociar tal prática da posição-sujeito ocupada pelo julgador enquanto agente de um Estado ideologicamente orientado e aplicador de um direito burguês.

Podemos dizer, então, que não é a consciência individual nem a boa-fé ou a experiência subjetiva do magistrado que determinam a decisão, mas as condições históricas e sociais que a tornam possível, pois, como afirma Marx (1974, p. 52), “não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência”. Desse modo, a recorrente denegação de direitos previdenciários a trabalhadores(as) rurais não se apresenta como exceção ou desvio, mas como efeito de uma determinação histórica que orienta o discurso judicial a conter a ampliação de direitos sociais às classes trabalhadoras.

Nesse contexto, o jurista Streck (2017, p. 10) traz a noção crítica de “senso (in)comum retórico” o qual opera como um subimaginário jurídico-social dos operadores do direito. Trata-se de um funcionamento nada ingênuo, resultante de um processo reiterado de reprodução de sentidos, no qual se apagam suas condições de produção e se naturalizam elementos políticos, morais, econômicos e ideológicos, apresentados como se fossem critérios puramente técnicos e neutros.

Nesse sentido, os discursos judiciais de denegação de direitos previdenciários aos(as) trabalhadores(as) rurais, ainda que formalmente “coerentes”, inscrevem-se no funcionamento histórico de desvalorização do trabalho próprio do modo de produção capitalista, no qual o valor do trabalho aparece como expressão do valor da força de trabalho, sempre inferior ao valor que produz (Marx, 2013, p. 609).

Portanto, a nosso ver, a produção jurisprudencial de critérios restritivos para o reconhecimento do(a) trabalhador(a) rural não decorre

de desvios individuais, mas do funcionamento ideológico do Estado e do Direito, que estabiliza sentidos compatíveis com a contenção dos direitos sociais. O discurso jurídico, ao se apresentar como técnico e neutro, produz efeitos de evidência que naturalizam a exclusão, reinscrevendo, sob a forma da legalidade, as contradições materiais da luta de classes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O primado do real sobre o pensamento não está ligado, de modo algum, a puras propriedades linguísticas, mas depende de um ‘exterior’ bem diferente, que é o conjunto dos efeitos, na ‘esfera da ideologia’, da luta de classes sob suas diversas formas: econômicas, políticas e ideológicas” (Pêcheux, 1997, p. 258).

As análises desenvolvidas neste trabalho, ainda que em caráter preliminar, permitem observar que o discurso judicial sobre o trabalho rural não se limita à aplicação técnica da norma, mas funciona como prática discursiva ideologicamente determinada, por meio da qual se produzem efeitos sistemáticos de exclusão de direitos previdenciários. A recorrente construção de um arquétipo do(a) trabalhador(a) rural (sustentado por traços físicos, saberes específicos e um modo de vida idealizado) opera como mecanismo de filtragem discursiva, deslocando para o sujeito a responsabilidade de provar uma identidade rigidamente definida e frequentemente incompatível com as condições concretas de existência no campo. Sob o efeito de evidência do “livre convencimento motivado”, estabilizam-se pré-construídos que desconsideram transformações históricas do trabalho rural, como a pluriatividade e a heterogeneidade das trajetórias laborais.

Esse funcionamento discursivo não pode ser compreendido como resultado de escolhas individuais ou de insuficiências técni-

cas, mas como efeito da materialidade histórica das relações de classe que atravessam o Estado e o Direito. A denegação reiterada de direitos previdenciários aos(as) trabalhadores(as) rurais atua como mecanismo de contenção da circulação de recursos públicos em direção a uma fração da classe trabalhadora historicamente vulnerabilizada, inscrevendo-se em uma racionalidade de gestão que privilegia a restrição de direitos sociais. Nesse sentido, o discurso judicial articula-se a uma lógica mais ampla de reorganização neoliberal da proteção social, produzindo sentidos compatíveis com a preservação do *status quo*.

Em nosso estudo, compreendemos que a problemática analisada excede o plano estritamente jurídico-processual e evidencia uma contradição estrutural: a previdência rural, instituída como política de reconhecimento da vulnerabilidade social e da especificidade do trabalho no campo, é sistematicamente bloqueada por um aparato estatal que, em suas práticas discursivas, reproduz valores e interesses de uma ordem social excludente. A análise discursiva que realizamos permite, assim, desnaturalizar esses critérios, compreendendo-os como efeitos históricos e ideológicos da luta de classes.

REFERÊNCIAS

ALVES, Clara da Mota Santos Pimenta. **Juízes ou burocratas?** Práticas, estereótipos e discricionariedade da judicialização da previdência rural no Brasil. 2021. 85 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

BARTOLY, Beatriz. **Nas tramas do discurso jurídico:** uma abordagem crítica. 2010. 241 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

BRASIL. **Conselho Nacional de Saúde.** Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html>. Acesso em: 14 set. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm>. Acesso em: 10 set. 2024.

BRASIL. **Tribunal Regional Federal da 5ª Região**. Processo: 0501045-76.2021.4.05.8404. Recurso Inominado. Data de Julgamento: 06/10/2021. Relator: Juiz Federal Fra2022ncisco Glauber Pessoa Alves. Disponível em: <https://jurisprudencia.trf5.jus.br/jurisprudencia/exibir.wsp?tmp.id_documento=142582>. Acesso em: 13 set. 2024.

BRASIL. **Tribunal Regional Federal da 5ª Região**. Processo: 0503519-27.2019.4.05.8101. Recurso Inominado. Data de Julgamento: 07/04/2022. Relatora: Juíza Federal Paula Emília Moura A. De Sousa Brasil. Disponível em: <https://jurisprudencia.trf5.jus.br/jurisprudencia/exibir.wsp?tmp.id_documento=151677>. Acesso em: 13 set. 2024.

BRASIL. **Tribunal Regional Federal da 5ª Região**. Processo: 0514928-91.2019.4.05.8103. Recurso Inominado. Data de Julgamento: 13/05/2020. Relatora: Juíza Federal Gisele Chaves Sampaio Alcântara. Disponível em: <https://jurisprudencia.trf5.jus.br/jurisprudencia/exibir.wsp?tmp.id_documento=112624>. Acesso em: 13 set. 2024.

FARONI, Fabrício; RANGEL, Henrique; BOLONHA, Carlos. A atividade institucional do INSS e sua difícil relação com o Judiciário. **Revista Jurídica da Presidência**, Brasília, v. 16, 110, p. 593-612, out. 2014/jan. 2015.

FIREMAN, Ana Luiza Azevedo. **A ideologia por trás do martelo: uma análise discursiva de decisões judiciais**. 2018. 235 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

FLORÊNCIO, Ana Maria Gama *et al.* **Análise do Discurso: Fundamentos e Prática**. Maceió: Edufal, 2009.

MARANHÃO, Rebecca Lima Albuquerque; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. Previdência Rural no Brasil. *In*: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Texto para discussão**. Rio de Janeiro: Ipea, 2018.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da Seguridade Social**. 36. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. MARTORANO, Luciano Cavini (Trad.). São Paulo: Martin Claret, 2005.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Para a Crítica da Economia Política**. GIANNOTTI, José Arthur; MALAGODI, Edgar (Trad.). São Paulo: Abril Cultural, 1974.

PÊCHEUX, Michel. As massas populares são um Objeto Inanimado? *In*: ORLANDI, Eni (Org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. ORLANDI, Eni (Trad.). 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2002.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. ORLANDI, Eni *et al* (Trad.). 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

SILVA SOBRINHO, Helson Flávio da. O Analista de Discurso e a Práxis Sócio-Histórica: um gesto de interpretação materialista e dialético. **Conexão Letras**, Porto Alegre, v. 9, p. 37-50, 2015a. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/conexaolettras/article/view/55120>. Acesso em: 30 de jan. 2026.

SILVA SOBRINHO, Helson Flávio da. O discurso sobre velhice e as tentativas do capital de torner suas contradições. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 1118-1128, 2015b. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/510>. Acesso em: 30 jan. 2026.

SILVA SOBRINHO, Helson. O caráter material do sentido e as classes sociais: uma questão para a Análise do Discurso. **Revista Polifonia**, Cuiabá, v. 26, n. 43, p. 130- 150., jul.-set. 2019. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/8307>. Acesso em: 30 jan. 2026.

SILVA SOBRINHO, Helson Flávio da; SILVA, Erika Camila; SILVA, Jessica Mayara Bernardo da. O discurso sobre a reforma da previdência no Brasil: em meio à crise, sentidos de “verdades” e “mentiras”. *In*: SALLES, Kall Lyws Barroso; RIBEIRO, Rosária Costa (Orgs.). **Cadernos de pesquisa da Fale**. Maceió: Ed. das Autoras, v. 1, 2021. p. 194-220.

STRECK, Lenio Luiz. **O que é isto – o senso incomum?** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2017.

[laŋ.gwĩdʒ]

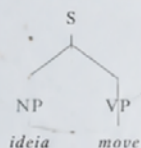
sistema de signos
da comunicação



*as palavras
são pontes
entre o silêncio
e o sentido.*

metáfora

IV – PERCURSOS INVESTIGATIVOS – ESTUDOS TEXTUAIS E ENUNCIATIVOS: ORALIDADE, LEITURA E ESCRITURA



polissemia

*navega,
entre
linhas,
o leitor
se escreve.*



A COESÃO NA CONSTRUÇÃO DE SENTIDO NO GÊNERO TEXTUAL RELATO PESSOAL EM PRODUÇÕES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

José Anilton Alves da Silva (Ufal)
Aderjan Albert da Silva Argolo (Ufal)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Inseridos em diferentes redes/grupos sociais, em nosso dia a dia, participamos de práticas sociais diversas, a depender das relações que estabelecemos. Nesse processo, interagimos sempre por meio de textos. Seja oral ou escrita, digital ou não, a produção de texto é uma atividade que estamos constantemente realizando. Apesar disso, é muito comum, ao solicitar uma produção textual em sala de aula, ouvirmos, praticamente, em todas as turmas, frases do tipo: “Professor, são quantas linhas?”, “Eu não sei o que vou escrever”. Frases como essas demonstram o quanto ainda estão arraigadas, no âmbito escolar, concepções equivocadas sobre a língua e o texto. Ao perguntar a quantidade de linhas necessárias, é perceptível uma ideia de texto restrita, pensado enquanto conjunto de palavras, de frases, ou organizado em parágrafos.

Resultado de um processo histórico, o ensino de língua portuguesa sempre seguiu uma tendência bastante tradicional, isto é, um ensino baseado na perspectiva da Gramática Tradicional Normativa, que, por sua vez, amparava-se na concepção de língua enquanto sistema homogêneo e estático. A partir da década de 80 do século XX,

com as pesquisas produzidas pela Ciência Linguística e a implantação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), surgem novas críticas ao ensino de língua portuguesa, a saber:

o uso do texto como expediente para ensinar valores morais e como pretexto para o tratamento de aspectos gramaticais; a excessiva valorização da gramática normativa e a insistência nas regras de exceção, com o consequente preconceito contra as formas de oralidade e as variedades não-padrão; o ensino descontextualizado da metalinguagem, normalmente associado a exercícios mecânicos de identificação de fragmentos linguísticos em frases soltas; a apresentação de uma teoria gramatical inconsistente – uma espécie de gramática tradicional mitigada e facilitada (Brasil, 1998, p. 18).

Em vista disso, repensar o ensino de Língua Portuguesa foi/é uma necessidade, considerando os recorrentes discursos que asseveram sobre o distanciamento da análise das funções que os elementos linguísticos assumem no texto, pois, cada vez mais, fica evidente a necessidade de implementação de práticas contextualizadas e significativas que consideram os contextos reais de uso da língua e que possibilitam à pessoa estudante a interação com os textos. Assim, assumindo a perspectiva enunciativo-discursiva de linguagem, os PCN e, mais recentemente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), diferentemente da tradição gramatical, assumem o texto como centro, como unidade de trabalho para “definição de conteúdo, habilidades e objetivos, considerado a partir de seu pertencimento a um gênero discursivo que circula em diferentes esferas/campos sociais de atividade de uso da linguagem” (Brasil, 2018, p. 67).

No que concerne ao ensino de língua portuguesa na Educação de Jovens e Adultos (EJA), a matriz curricular, com foco na aceleração de aprendizagens, destaca a promoção e mobilização de experi-

ências com diferentes práticas de linguagem, dentre as quais, deve-se priorizar:

situações de leitura, de escuta e de produção de textos escritos, orais e multissemióticos (textos constituídos de diferentes linguagens), de modo a favorecer a aprendizagem de procedimentos (como a tomada de notas), processos (planejamento, produção e revisão/edição) e o desenvolvimento das capacidades (como as de apreciação e réplica), favorecidas por essas situações (Fundação Roberto Marinho, 2020, p. 45).

Na EJA, a produção textual assume um papel crucial no processo de alfabetização, letramento e desenvolvimento de diversas competências linguísticas, visto que são turmas que apresentam diversidades de experiências, níveis de aprendizagem diferentes, faltas de referências de leitura, alunos de diferentes faixas-etárias e que, na maioria das vezes, conciliam trabalho, família e escola. Tendo em vista esse contexto e tomando por base a Linguística Textual, os PCN, a BNCC e demais documentos que norteiam e orientam os processos de aprendizagens e estudo do texto, focalizamos neste trabalho o estudo da coesão textual em produções escritas da EJA.

Enquanto princípio fundamental para construção de sentido do texto, a coesão diz respeito ao uso de recursos linguísticos que asseguram a continuidade e a articulação das ideias presentes na superfície textual. Assim, partimos do seguinte questionamento: quais estratégias, procedimentos ou recursos coesivos os alunos da EJA empregam para garantir a compreensão e fluidez dos textos? Com isso, objetivamos investigar se os estudantes têm conhecimento das funções desempenhadas pelos diferentes elementos linguísticos que constroem os sentidos possíveis de um texto, garantindo, assim, sua coesão e coerência.

Para o desenvolvimento deste estudo, tomamos por base teórica os fundamentos da Linguística Textual (Koch, 2014; Marcuschi, 2008;

Antunes, 2005, Beaugrande, 1997), que buscam compreender como os textos são estruturados e como as escolhas linguísticas contribuem para construção de sentidos e discursos. Metodologicamente, realizamos uma pesquisa de campo e de abordagem qualitativa. O *corpus* é constituído por textos produzidos por alunos da EJA/Ensino Médio, modalidade modular, de uma escola da rede estadual de Alagoas.

Faz-se pertinente destacar que o trabalho está organizado em cinco macro sessões, ademais dessas considerações iniciais e das considerações finais, a saber: (1) A noção de texto e de gênero textual; (2) A coesão nas relações textuais; (3) Considerações sobre o gênero textual relato pessoal; (4) Aspectos metodológicos e (5) Análise, cada macro sessão será melhor apresentada a seguir.

2. A NOÇÃO DE TEXTO E DE GÊNEROS TEXTUAIS

Ouvir a palavra “texto” nos remete, imediatamente, a pensar em uma estrutura longa, composta por palavras, organizada em parágrafos. Ouvir “gênero textual”, talvez, seja ainda algo incompreensível para muitas pessoas. São termos que estão intrinsecamente relacionados, no entanto, possuem suas particularidades. Dessa forma, compreender esses conceitos é fundamental, não só para o desenvolvimento das habilidades de leitura e produção de textos, mas, também, para ampliar a competência comunicativa, crítica e interpretativa nas práticas sociais diversas em que nos inserimos e de que participamos. Tendo em vista isso, Antunes (2005) defende que o “texto, falado, ouvido, lido e escrito é que constitui, na verdade, o objeto de estudo das aulas de língua. Tudo deve convergir para ele: todas as noções, atividades e procedimentos propostos”.

Ao longo do tempo, diversas abordagens teóricas apresentaram diferentes entendimentos sobre o que é um “texto”, sua natureza e seu funcionamento. Dentre as perspectivas teóricas, perdurou por muito tempo a oscilação entre duas vias, a saber: abordagens normativas, re-

presentadas por Charolles (1978), e abordagens descritivas, como proposta por Halliday e Hasan (1976).

Na abordagem normativa, o estudo do texto baseava-se no estabelecimento de regras fixas, normas de coesão e coerência que constituiria um “bom” texto. Por esse viés, focalizavam-se as formas linguísticas, seguindo, rigorosamente, as normas gramaticais da língua, de modo, a definir critérios para a correção dos aspectos textuais e construção do “modelo ideal” de texto. Nessa perspectiva, o professor, segundo Cavalcante *et al.* (2022), deveria atentar para as metarregras de repetição, progressão, não contradição e relação.

Do ponto de vista da abordagem descritiva, o texto era estudado de maneira mais funcional, isto é, em vez das normas e regras fixas pré-estabelecidas, o foco recai sobre como os textos funcionam, como os elementos coesivos, a estrutura e as características operam na construção de um texto compreensível. Nessa linha teórica, que muito foi utilizada no ensino de redação, os elementos de coesão foram classificados em cinco grupos, a saber, referência, substituição, elisão, colocação e conjunção.

A comunicação linguística e a produção discursiva, de modo geral, consoante a Marcuschi (2008), não se dão em unidades menores e isoladas, a saber: fonemas, morfemas ou palavras, mas em unidades maiores, ou seja, por textos. Dito isso, pode-se considerar que há um fenômeno linguístico de caráter enunciativo e não meramente formal, que vai além da frase e constitui uma unidade de sentido. Para o referido autor, o texto é o resultado de uma ação linguística cujas fronteiras são, em geral, definidas por seus vínculos com o mundo no qual ele surge e funciona, não sendo, apenas, uma extensão da frase, mas uma entidade teoricamente nova.

O texto pode ser tido como um tecido estruturado, uma entidade significativa, uma entidade de comunicação e um artefato sócio-histórico. De certo modo,

pode-se afirmar que o texto é uma (re)construção do mundo e não uma simples refração ou reflexo. (Marcuschi, 2008, p. 72).

Tendo em vista que o texto constitui a unidade básica de comunicação e interação humana, no âmbito da linguística textual, a noção de texto vai além das abordagens normativas e descritivas, sendo visto “enquanto processo, enquanto atividade sociocognitivo-interacional de construção de sentidos” (Koch, 2014, p. 12). Assim, Koch (2014) pontua que

A relação existente entre os elementos do texto deve-se à intenção do falante, ao plano textual previamente estabelecido, que se manifesta por meio de instruções ao interlocutor para que realize operações cognitivas destinadas a compreender o texto em sua integridade, isto é, seu conteúdo, e o seu plano global; ou seja, o ouvinte não se limita a “entender” o texto, no sentido de simplesmente “captar” o seu conteúdo referencial, mas necessita, isto sim, reconstruir os propósitos e o contexto comunicativos, isto é, descobrir o “para quê” do texto (Koch, 2014, p. 14).

Ampliando essas noções, Beaugrande (1997) postula que “o texto é um evento comunicativo em que convergem ações linguísticas, sociais e cognitivas”. Para referido linguista, o texto se dá como um ato de comunicação unificado num complexo universo de ações humanas interativas e colaborativas; é um sistema atualizado de escolhas, extraído de sistemas virtuais entre os quais a língua é o sistema mais importante. Não é uma sequência de palavras escritas ou faladas, é um evento.

Dessa forma, o texto não deve ser visto/concebido como simples expressão linguística, estrutura fixa ou produto acabado, mas, sim, como algo que é dinâmico, contínuo, construído e (re)construído

a partir do contexto das relações e movimentos sociais que envolvem locutores e interlocutores inseridos nas práticas sociais.

Tendo uma noção do que é o texto, vamos compreender o que são gêneros textuais.

Apesar de parecer algo recente, o estudo dos gêneros textuais é antigo e tem início com Platão (a tradição poética) e Aristóteles (a tradição retórica). Ultrapassando as fronteiras da literatura, e com o advento da Ciência Linguística, o termo passou a ser usado para se referir a categorias discursivas, faladas, escritas e digitais.

Segundo Bakhtin (2003, p. 261), “o emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos”. Tais enunciados, segundo o autor, refletem condições específicas e as finalidades de cada situação, não só pelo conteúdo, linguagem, seleção de recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais, mas, principalmente, por sua construção composicional. Nessa perspectiva, a construção composicional tem importante destaque, visto que é ela que determina como esses enunciados serão organizados, a depender da sua finalidade e contexto comunicativo. Assim, Bakhtin (2003, p. 262) conceitua os gêneros textuais como “tipos relativamente estáveis de enunciados”.

Para Coutinho (2004), o gênero é uma prática social e prática textual-discursiva que está entre o texto e o discurso, que opera como a ponte entre o discurso como atividade mais universal e o texto como peça empírica particularizada e configurada numa determinada composição observável. Marcuschi (2008), ao abordar o tema, destaca que

Gênero textual refere os textos materializados em situações comunicativas recorrentes. Os gêneros textuais são os textos que encontramos em nossa vida e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados

na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas (Marcuschi, 2008, p. 155).

Os gêneros textuais são, então, práticas sócio-históricas, são dinâmicos e relativamente estáveis, possuem função social, são inúmeros (telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, reportagem, aula expositiva, reunião de condomínio, notícia jornalística, horóscopo, receita culinária, bula de remédio, lista de compras, cardápio de restaurante, instruções de uso, inquérito policial etc.), não há como fazer lista fechada. Quanto ao último aspecto, atualmente, não é mais uma preocupação em fazer tipologias; a tendência é explicar como eles se constituem e circulam socialmente.

Marcuschi (2008) ressalta ainda a diferença entre gêneros e tipos textuais (ainda incompreendida por muitas pessoas), mostrando que os tipos textuais são limitados (narrativo, descritivo, argumentativo, expositivo e injuntivo) e caracterizam-se mais como sequências linguísticas, modos textuais pelos quais se constroem os gêneros.

3. A COESÃO NAS RELAÇÕES TEXTUAIS

Conforme já abordado neste trabalho, a noção de texto perpassa por diferentes abordagens teóricas, que delimitam critérios para caracterizá-lo como tal. Dentre essas perspectivas, uma das que mais se destacaram no estudo do texto foi a proposta por Beaugrande e Dressler (1981). Intitulada de os “Sete fatores de textualidade”, a proposta apresentava os aspectos “necessários” para que o texto se constituísse como tal. Esses critérios eram divididos em dois grupos: centrados no texto (coesão e coerência) e centrados nos usuários (intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, informatividade e intertextualidade), no contexto. Tendo em vista esses critérios, focalizamos em nosso estudo a coesão textual.

Como princípio fundamental para a construção de sentido do texto, a coesão diz respeito ao uso de recursos linguísticos que asseguram a continuidade e a articulação das ideias presentes na superfície textual. No âmbito escolar, a abordagem sobre esse recurso linguístico aparece nos livros didáticos, no entanto, na maioria das vezes, de forma restrita, limitada aos tipos referencial e sequencial. Não há uma abordagem mais contextualizada, reflexiva.

A coesão pela relação de reiteração se dá, segundo Antunes (2005), pelas retomadas dos elementos do texto, em que se cria um movimento de idas e vindas aos segmentos, de dependência do que já foi mencionado. Os procedimentos que promovem esse tipo de relação são a substituição e a repetição, a partir de recursos como: paráfrases, repetição, elipse, substituição lexical e gramatical, paralelismo.

A relação por associação acontece por meio da ligação de sentido entre as palavras do texto, isto é, palavras que possuem o mesmo campo semântico. A seleção lexical é o procedimento que, através de recursos como palavras antônimas ou semanticamente próximas, possibilitam esse tipo de relação. Por fim, através de diferentes conectores (preposições, conjunções, advérbios, locuções), a relação de conexão diz respeito às relações semânticas que acontecem entre as orações, períodos, parágrafos.

A coesão, segundo Antunes (2005, p. 47), tem como função “criar, estabelecer e sinalizar os laços que deixam os vários segmentos do texto ligados, articulados, encadeados”. A autora destaca que, conhecer apenas o valor semântico das palavras do texto não é suficiente para apreender o seu sentido global, é necessário saber estabelecer relações entre os segmentos. Essas relações dão a continuidade de sentido e se expressam, de acordo com a linguista, por relações de reiteração, associação e conexão, que acontecem por meio de procedimentos e recursos diferentes. Para compreender esses aspectos, Antunes (2005, p. 51) apresenta o seguinte quadro.

A COESÃO DO TEXTO	Relações textuais (Campo 1)	Procedimentos (Campo 2)	Recursos (Campo 3)
	1. REITERAÇÃO	1.1. Repetição	1.1.1. Paráfrase
			1.1.2. Paralelismo
			1.1.3. Repetição propriamente dita
		1.2. Substituição	• de unidades do léxico • de unidades da gramática
			1.2.1. Substituição gramatical
			Retomada ¹ por: • pronomes • dvérbios
			1.2.2. Substituição lexical
			retomada por: • sinónimos • hiperónimos • caracterizadores situacionais
	2. ASSOCIAÇÃO	2.1. Seleção lexical	1.2.3. Elipse
			retomada • elipse
	3. CONEXÃO	3.1. Estabelecimento de relações sintático-semânticas entre termos, orações, períodos parágrafos e blocos supraparágráficos	Seleção de palavras semanticamente próximas
			• por antónimos • por diferentes modos de relações de parte/todo
	3.1. Estabelecimento de relações sintático-semânticas entre termos, orações, períodos parágrafos e blocos supraparágráficos	Uso de diferentes conectores	• preposições • conjunções • advérbios • e respectivas locuções

Fonte: Antunes (2005).

Tomando por base o quadro apresentado por Antunes (2005) é que analisaremos em nosso estudo quais relações, procedimentos e recursos coesivos os estudantes empregam em seus textos para a construção do sentido.

4. CONSIDERAÇÕES SOBRE O GÊNERO TEXTUAL RELATO PESSOAL

O relato pessoal, consoante a Oliveira e Rodrigues (2016), é abordado comumente em materiais didáticos como aquele que apresenta

a característica principal de expor acontecimentos pessoais do cotidiano de cada pessoa, podendo ser oral ou escrito. Sendo assim, uma das grandes vantagens apontadas para o uso do gênero, como proposta de trabalho em sala de aula, é a possibilidade do protagonismo da pessoa estudante no texto que produz e o acesso que ele oferece ao universo das pessoas discentes: seus anseios, alegrias e frustrações. Desse modo, o trabalho com relato pessoal pode tornar-se uma importante ferramenta para que a pessoa docente conheça melhor o público discente e, assim, criar estratégias mais eficazes para que haja uma aprendizagem significativa.

Vidotti e Domingos (2024) asseveram que o relato pessoal é uma significativa ferramenta para que a pessoa estudante desenvolva a prática discursiva da produção textual, considerando que se trata de uma narração não ficcional escrita ou oral sobre um acontecimento ou fato acontecido; quer na oralidade ou na escrita, o gênero está inserido no domínio da documentação e memorização das ações humanas. Assim sendo, produzir um relato pessoal é, em síntese, reproduzir algo vivido por aquela pessoa que o produz, o que, conforme a BNCC (Brasil, 2018), é um ponto de partida importante para que a pessoa autora de um texto se reconheça como protagonista dele.

Em harmonia com Oliveira e Rodrigues (2016), relato pessoal trata-se de um gênero que tem como prática social proporcionar que as pessoas contem suas experiências vivenciadas e lembranças, apresentando momentos significativos guardados em sua memória. Trabalhar o relato pessoal e outros gêneros na EJA é de fundamental importância, uma vez que “os gêneros textuais operam, em certos contextos, como formas de legitimação discursiva” (Marcuschi, 2008, p. 154).

Em vista disso, a abordagem do relato pessoal na Educação de Jovens e Adultos torna-se ferramenta necessária para o desenvolvimento de competências linguísticas, pois, por meio deste gênero, os estudantes são desafiados a organizar suas narrativas de modo coerente,

utilizando mecanismos e recursos linguísticos que promovam a articulação, continuidade e construção de sentido do texto. Para além desses aspectos, o trabalho com referido gênero possibilita ainda a expressão e reflexão das vivências, compartilhamento de experiências, de modo que as histórias e trajetórias sejam valorizadas no âmbito escolar.

5. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para o desenvolvimento deste estudo, tomamos por base teórica os fundamentos da Linguística Textual (Koch, 2014; Marcuschi, 2008; Antunes, 2005, Beaugrande, 1997), que busca compreender como os textos são estruturados e como as escolhas linguísticas contribuem para construção de sentidos e discursos. Metodologicamente, realizamos uma pesquisa de campo e de abordagem qualitativa.

O *corpus* deste trabalho é constituído por textos escritos por estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), Ensino Médio e modalidade modular de uma escola da rede estadual de Alagoas, localizada no município de Rio Largo.

A EJA modular é uma modalidade de ensino que se direciona à meta 8 do Plano Estadual de Educação, com o objetivo de

elevar a escolaridade média da população de jovens e adultos, tendo a estratégia 8.2 que referenda a implementação de turmas da educação de jovens e adultos no ensino fundamental e médio nos turnos diurno e noturno para todos os segmentos populacionais que estejam fora da escola e com distorção idade-ano escolar, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial (Governo de Alagoas, 2019).

A EJA modular busca oferecer um modelo diferenciado e mais flexível de aprendizagem que permita às pessoas que estão há muito tempo fora do ambiente escolar concluir seus estudos, de modo

que possam conciliar com trabalho. O ensino é estruturado em quatro módulos, que contemplam as áreas (ênfases da formação geral) do conhecimento, a saber: Linguagens, Matemática, Ciências Humanas e Ciências da natureza. Os módulos são ofertados de maneira independente entre si e não há uma ordem para iniciar ou continuar. O aluno deve cumprir os quatro para concluir o Ensino Médio.

Os módulos são desenvolvidos em períodos letivos, composto por 50 dias letivos cada um, garantindo aos discentes os 200 dias, conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Em cada módulo, as pessoas estudantes cursam três disciplinas ao longo da semana, organizadas da seguinte forma: três dias para a disciplina da ênfase, um dia para a disciplina de práticas de língua portuguesa e um dia para a disciplina de práticas profissionais. Essas duas últimas estão presentes nos quatro módulos, apenas a ênfase vai mudando ao longo do curso.

A disciplina de práticas de língua portuguesa está presente em todos os módulos e é ofertada uma vez na semana, no turno da noite, com duração de 3h/aula de 60 min, totalizando dez encontros ao longo do módulo.

A coleta de dados aconteceu no módulo 2024.3, no mês de setembro, em uma turma de Ciências da Natureza, composta por 44 anos alunos com idade entre 18 e 60 anos. A escolha da referida turma deu-se em razão do gênero textual que estava sendo trabalhado, no caso, o relato pessoal. Também por ser a turma que um dos autores deste trabalho estava lecionando no momento.

Previamente ao momento da produção, foi trabalhado com a turma, em aulas anteriores, sobre o gênero relato pessoal, de forma contextualizada, abordou-se sua função social, composição, estrutura, aspectos, finalidade etc. Além disso, foram apresentados exemplos de relatos para que os alunos tivessem conhecimento.

Antes do início da escrita, foi aplicado um questionário social, com o objetivo de coletar informações sobre vida escolar, leitura, o que pensam sobre as aulas de português etc. A produção escrita foi realizada em sala de aula no dia 27 de setembro. Das 44 pessoas estudantes matriculadas, estavam presentes na aula 37, das quais, 34 produziram e entregaram o texto solicitado.

Ressaltamos que, dos 34 textos entregues, a análise aqui realizada contempla três. Os textos foram selecionados aleatoriamente e foram transcritos conforme escritos pelas pessoas discentes. Para realizar a análise, seguimos Antunes (2005) como orientação para mapear as relações, recursos e procedimentos de coesão que as pessoas discentes utilizam para construção de sentidos. Apresentamos na seção seguinte a análise dos textos.

6. ANÁLISE

Neste estudo, focalizamos as produções textuais dos alunos da EJA, considerando como eles escrevem seus textos e quais relações de coesão, procedimentos e recursos coesivos (Antunes, 2005) empregam para a construção de sentidos. Conforme já mencionado, os textos analisados foram produzidos por estudantes de uma turma de Ciências da Natureza, da EJA modular–Ensino Médio, solicitados pelo professor a partir do trabalho com o gênero textual relato pessoal. Do total de 34 textos produzidos e coletados dos discentes, selecionamos, aleatoriamente, três para análise.

A primeira produção analisada foi feita por uma aluna, que identificamos como **PT1-L**.

PT1-L, Relato Pessoal

Olá! Me chamo PT1-L e venho aqui falar um pouco sobre mim, em especial minha infância. Eu tive uma in-

fância boa, apesar de ter tido alguns problemas de saúde. Ao contrário de hoje as crianças de antigamente tinham brincadeiras saudáveis e divertidas, eu mesma adorava correr, brincar de amarelinha, elástico, pega-pega, esconde-esconde, de casinha, de boneca, e et. Era muito divertido e não tinha tanta maldade em brincar na rua, hoje as crianças ficam mais dentro de casa, sem essas brincadeiras e acaba adoecendo mais e acaba ficando mais vulnerável as maldades humanas e a maldade da tecnologia. Queria muito que minhas filhas hoje tivessem tido a mesma experiência que vivi (sic).

Podemos perceber que a estudante apresenta um texto cujo título ela nomeia de “Relato Pessoal”, atividade que foi proposta em sala de aula. Em sua produção, a mesma compartilha uma experiência pessoal sobre a sua infância, apresentando o contraste existente entre o passado e o presente, o que pode gerar uma reflexão no leitor. Após o título, ela utiliza a interjeição “olá!”, realizando o chamamento do seu interlocutor e criando um tom de proximidade. Em seguida, apresenta-se, e também a temática que irá abordar.

Eu tive uma infância boa, apesar de ter tido alguns problemas de saúde (PT1-L).

Dando continuidade, percebe-se que a referida aluna faz uma reiteração por meio de uma substituição gramatical utilizando o pronome “eu” e através da repetição da palavra “infância”. O uso desses termos reiterativos ajuda a manter o foco no tema central abordado, mantendo, dessa forma, a continuidade exigida pela coerência. Na sequência, temos uma relação por conexão com a inserção da conjunção “apesar de”, utilizada para introduzir uma ideia contrastante entre a infância boa e os problemas de saúde que a estudante enfrentou.

Ao contrário de hoje as crianças de antigamente tinham brincadeiras saudáveis e divertidas, eu mesma adorava correr, Ø brincar de amareli-

nha, Ø elástico, Ø pega-pega, Ø esconde-esconde, Ø de casinha, Ø de boneca e et (PT1-L).

No trecho acima, percebemos que PT1-L dá continuidade à relação por conexão, seguida da reiteração. O uso da locução “ao contrário de” marca mais um contraste. Por meio dela, a aluna compara a infância de “antigamente” com a de “hoje”, marcando diretamente a oposição entre as duas situações e as mudanças ocorridas ao longo do tempo. Em seguida, a autora destaca “eu adorava brincar”, após essa estrutura, percebe-se uma sequência de reiterações por meio de elipse (usamos o símbolo Ø para representar os termos ocultos adorava e brincar). Percebemos nesse trecho, ainda, o recurso da adição, quando ela lista as brincadeiras de forma encadeada e sequencial, passando a ideia de continuidade, reforçando o quanto sua infância era boa.

*hoje as crianças ficam mais dentro de casa, sem essas brincadeiras e **acaba** adoecendo mais e **acaba** ficando mais vulnerável as maldades humanas e a maldade da tecnologia. **Queria muito que minhas filhas hoje tivessem tido a mesma experiência que vivi*** (PT1-R).

Nota-se, nesse trecho, que, mais uma vez, a aluna utiliza o recurso da repetição. Com isso, ela reitera e reforça que as crianças de hoje não aproveitam a infância como no tempo dela, por esse motivo, acabam adoecendo e mais vulneráveis. Após o relato de suas vivências, comparando-as com as da atualidade, o desejo da estudante, ao término de sua produção escrita, é que as filhas possam viver também essas experiências.

A partir da análise empreendida, nota-se que, apesar de não apresentar pontuação adequada em determinados trechos, e de necessitar de uma melhor organização e empregos de conectivos, a autora constrói um texto coeso. Para tanto, faz uso de diferentes recursos que contribuem para a construção do sentido do texto, a saber: rela-

ções de reiteração, conexão, procedimentos e recursos de repetição, substituição (lexical e gramatical), usos de diferentes conectores.

Vejamos agora a segunda produção textual, de autoria de um aluno, a quem identificamos como **PT2-A**.

PT2-A, Redação

Tive muitos momentos marcantes na minha vida graças a Deus meu pai foi embora de casa por muito tempo depois de muitos anos ele apareceu. Encontrei mais irmão que eu nem sabia que tinha isso me deixou muito gratificante pra mim família é tudo tem sonhos a ser alcançado se Deus quiser terminar os estudos pretendo fazer faculdade tenho muita vontade de viajar pra lugares como São Paulo, Rio de Janeiro tenho família nesses lugares gosto muito de morar aqui em Maceió Alagoas com as praias lugares conheci pessoas que faz muito parte da minha vida Deus é bom o tempo todo só tenho que agradecer tudo que ele fez e faz é muito bom estar na presença do senhor mas preciso capacitar Então entrego tudo nas mãos dele Quero sempre ter momentos bons com minha família a escola.....
tem ótimo ensino. fim (sic).

Assim como o texto analisado anteriormente, o autor desse texto o nomeia de “Redação”, nomenclatura que não atende à atividade proposta em sala de aula, isto é, a produção de um relato pessoal. Apesar disso, nota-se, por meio de alguns aspectos linguísticos usados, que se trata de uma narrativa.

Tive muitos momentos marcantes na minha vida graças a Deus meu pai foi embora de casa por muito tempo depois de muitos anos ele apareceu. Encontrei mais irmão que eu nem sabia que tinha isso me deixou muito gratificante pra mim família é tudo (PT2-A).

Conforme observado acima, a ausência de pontuação é um aspecto crítico que compromete a fluidez do texto. O uso dos sinais de pontuação é necessário para organizar as ideias de maneira mais clara e compreensível. Outro ponto é a descontinuidade das ideias.

*tem sonhos a ser alcançado se Deus quiser terminar os estudos pretendo fazer faculdade tenho muita vontade de viajar pra lugares como São Paulo, Rio de Janeiro tenho família nesses lugares gosto muito de morar aqui em Maceió Alagoas com as praias lugares conheci pessoas que faz muito parte da minha vida Deus é bom o tempo todo só tenho que agradecer tudo que ele fez e faz é muito bom estar na presença do senhor mas preciso capacitar Então entrego tudo nas mãos dele Quero sempre ter momentos bons com minha família a escola..... tem ótimo ensino.
fim*

PT2-A, em sua escrita, passa de um tema para o outro sem uma transição clara. Inicia falando sobre gratidão pelos momentos marcantes da sua vida, em seguida, entra no tema família, ao citar o caso do pai e encontrar irmãos. Sem utilizar nenhum conectivo ou pontuação, adentra a parte dos sonhos, viagens, do lugar onde mora e, novamente, retoma o assunto família, inserindo, posteriormente, o tema escola. Finaliza com o termo “fim”.

Em termos de conteúdo, podemos observar que o estudante apresenta um conteúdo significativo, em que se destacam momentos marcantes sobre sua vida, seus sonhos, a importância de Deus, da fé e da família. Entretanto, quando partimos para a análise dos aspectos linguísticos em si, é notória a presença de lacunas, a falta de coesão em alguns trechos e a ausência de uma estruturação mais clara do texto, o que dificulta sua compreensão. Um dos principais aspectos observados é a falta de pontuação, que, conseqüentemente, leva à descontinuidade das ideias.

Passemos, agora, à análise do terceiro e último texto, elaborado por uma estudante, a quem nos referimos como **PT3-R**.

PT3-R

Meu nome é PT3-R, tenho 18 anos. Ainda moro com o meu e namoro. Eu e o meu namorado estávamos planejando morarmos juntos, mas deu errado. Tudo começou a desandar quando ele ficou desempregado, e eu também. Estávamos tendo problemas dentro de casa, quanto na minha, quanto na dele. Então decidimos deixar para depois todos os nossos planos. Com o tempo, vimos que estávamos precipitados demais, talvez tenha sido Deus que tenha dado um sinal, dizendo que não era hora. Afinal, eu tenho um sonho de ter o meu próprio espaço, abrir o meu estúdio e não depender de ninguém, apesar que o trabalho não ajuda muito, mas, o que eu acho engraçado, é que quando eu era criança, eu sonhava ser policial, mas infelizmente, por palavras do meu pai, eu acabei desistindo, também desanimei, porque acabei perdendo o meu avô, então meio que essas duas coisas acabou mudando os meus pensamentos e vontades. Acabei desenvolvendo ansiedade e depressão após perder meu avô e minha melhor amiga. Mas ultimamente me sinto leve com a vida, não tenho mais as crises e tá tudo dando certo graças a Deus. E eu aprendi que tudo é no tempo de Deus (*sic*).

Diferentemente dos autores PT1-L e PT2-A, a autora do texto três não dá título à sua produção. Em seu relato, PT3-R aborda acontecimentos da sua vida, desafios e aprendizagens.

*Meu nome é PT3-R, tenho 18 anos. **Ainda** moro com o meu e **namoro** (PT3-R).*

Ela começa com apresentação do seu nome, idade, e destacando que ainda mora com o pai⁷ e que tem namorado, pontos que serão explorados ao longo da produção.

*Eu e o meu namorado estávamos planejando morarmos juntos, **mas** deu errado. **Tudo** começou a desandar quando **ele** ficou desempregado, e eu **Ø** também (PT3-R).*

No trecho acima, a autora começa a desenvolver o tema do seu texto. Podemos observar, no primeiro momento, uma relação por conexão realizada a partir do uso da conjunção “mas”. Essa conjunção estabelece uma ideia de oposição e serve para demonstrar que houve mudanças de rumos na vida da autora. Na sequência, temos os pronomes “tudo” e “ele” usados como recursos de substituição gramatical, para estabelecer uma relação de reiteração, uma referência anafórica. Nessa mesma estrutura, a estudante apresenta a causa de não ter dado certo morar juntos, o desemprego. É possível notar agora uma substituição lexical, feita por meio da elipse, em “e eu também”.

*Estávamos tendo problemas dentro de casa, quanto na **minha**, quanto na **dele**. **Então** decidimos deixar para depois todos os nossos planos.*

Através dos pronomes “minha” e “dele”, a aluna realiza mais uma reiteração por meio de substituição. Em seguida, a autora utiliza o termo “Então”, introduzindo uma relação por conexão, mantendo a sequenciação do texto. O termo indica ainda que, após o ocorrido, uma decisão foi tomada.

***Com o tempo**, **Ø vimos** que estávamos precipitados demais, **talvez** tenha sido Deus que tenha dado um sinal, dizendo que não era hora. **Afinal**, eu tenho um sonho de ter o meu próprio espaço, abrir o meu estúdio e não depender de ninguém*

7 Inferimos ser pai, pois, ao longo da narrativa, é possível ter esse entendimento.

Nesse trecho, a autora faz uso da expressão “com o tempo”, para indicar uma progressão temporal, que também serve para fazer uma ligação entre as experiências vividas e o amadurecimento ao longo do tempo, reconhecendo que estavam precipitados. Seguindo, ela estabelece relações de reiteração e conexão por meio dos termos “vimos” e “talvez”. O advérbio “afinal” introduz uma justificativa para os acontecimentos e finaliza o assunto sobre relacionamento.

*Afinal, eu tenho um sonho de ter o meu próprio espaço, abrir o meu estúdio e não depender de ninguém, **apesar** que o trabalho não ajuda muito, **mas**, o que **eu** acho engraçado, é que quando **eu** era criança, **eu** sonhava ser policial, **mas infelizmente**, por palavras do meu pai, **eu acabei** desistindo, também desanimei, **porque acabei** perdendo o meu avô, então meio que essas duas coisas acabou mudando os meus pensamentos e vontades.*

Dando continuidade, a autora utiliza, nesse trecho, advérbios (apesar, infelizmente), conjunções (mas, porque) e a repetição de termos (eu, acabei) que constituem relações textuais de reiteração e conexão. O uso de “apesar”, “mas” e “porque” estabelece relações de contraste, oposição (sonho e impedimento) e causalidade, ao demonstrar os motivos que a fizeram desanimar dos sonhos. Finaliza sua produção expressando sentimento de gratidão.

Em vista da análise, percebe-se que a estudante PT3-R constrói o texto de forma coesa, com necessidade de pequenos ajustes. Por meio de diferentes recursos coesivos, ela estabelece relações de contraste, oposição, explicação, causa, efeito etc., que, juntamente com as reflexões sobre os acontecimentos da sua vida, constroem o sentido do texto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como destaca Marcuschi (2008), o texto é uma proposta de sentido que se completa por meio do processo sociointerativo entre os in-

terlocutores e o contexto, logo, na produção de um texto não entram apenas fenômenos estritamente linguísticos. Em vista disso, compreender o que constitui e como se constitui um texto é de fundamental importância, uma vez que, por meio dele, interagimos, socializamos e nos inserimos nas práticas sociais e atividades comunicativas.

Vimos, ao longo deste trabalho, que a noção de texto assume diferentes perspectivas, a depender da abordagem teórica à qual está filiada. Por muito tempo perdurou uma abordagem normativa, em que o estudo do texto se baseava no estabelecimento de normas fixas e regras gramaticais que definiam o “modelo ideal” de um bom texto. Depois, passou-se a uma abordagem mais descritiva, na qual o foco recai sobre como os textos funcionam, isto é, como os elementos coesivos, a estrutura e as características operam na construção de um texto compreensível. Passam a figurar nessa abordagem os “critérios de textualidade” (coesão, coerência, intencionalidade, aceitabilidade, informatividade, intertextualidade e situacionalidade).

Com o advento dos estudos linguísticos e, mais especificamente, da Linguística Textual, o estudo do texto assume novas perspectivas, passa a ser visto como evento comunicativo, em que, segundo Beaugrande (1997), convergem ações linguísticas, sociais e cognitivas.

Tomando o texto como objeto de estudo, neste trabalho, buscamos analisar quais estratégias, procedimentos ou recursos coesivos os alunos da EJA empregam para garantir a compreensão e fluidez dos textos. Para tanto, recorreremos teoricamente à Linguística Textual, focalizando, especificamente, o estudo da coesão e das relações textuais para construção de sentido abordado por Antunes (2005). Objetivamos, com isso, verificar se os estudantes têm conhecimento e se fazem uso desses recursos linguísticos em suas produções textuais escritas.

Empreendida a análise do *corpus*, verificamos que, dos três textos analisados, apenas um apresentou graves problemas de coesão,

a começar pela falta de pontuação em todo o texto. Como consequência disso, constatou-se a presença de lacunas, ausência de conectivos e uma melhor organização estrutural, o que levou à descontinuidade de ideias, comprometendo a compreensão do mesmo.

As demais produções apresentaram diferentes estratégias de coesão. Em relação aos tipos de relações textuais, foram estabelecidas nos textos, predominantemente, relações de reiteração e conexão, realizadas por meio dos procedimentos de repetição, substituição e estabelecimento de relações sintático-semânticas. Para efetivação desses procedimentos, os estudantes fizeram uso dos seguintes recursos linguísticos coesivos: repetição propriamente dita, substituição gramatical, substituição lexical, elipse e uso de diferentes conectores (preposições, conjunções, advérbios e respectivas locuções).

Diante disso, foi possível observar que, nos textos aqui analisados, há produções que ainda enfrentam dificuldades de organização, seleção e uso adequado de recursos coesivos. No entanto, há produções que apresentam coesão a partir do estabelecimento de relações de contraste, oposição, explicação, causa, efeito etc. através de diversos mecanismos linguísticos, por meio dos quais organizam suas narrativas e constroem os sentidos do texto.

Reconhecemos as limitações deste estudo e que não podemos fazer generalizações, tendo em vista o número limitado de textos que analisamos. No entanto, enfatizamos a necessidade de se considerar o contexto social, cultural e de aprendizagem dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos, visto que constitui um segmento muito diversificado, composto por pessoas de diferentes faixas etárias e níveis de estudo.

Por fim, acreditamos que este trabalho pode contribuir para o ensino da língua portuguesa e para os estudos do texto. A abordagem aqui empreendida pode suscitar novas análises, considerando outros aspectos linguísticos, gêneros textuais e níveis de ensino. A partir des-

te estudo, pode-se, ainda, pensar estratégias para se trabalhar a coesão em sala de aula, de forma mais contextualizada, abordando os tipos de relações, procedimentos e recursos coesivos.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Scharllet Rayane De Alencar et al. **O gênero relato pessoal no processo de desenvolvimento da escrita**. Anais VII ENID & V ENFOPROF / UEPB... Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/64577>. Acesso em: 14 jul. 2025.

ANTUNES, Irandé. **Lutar com palavras: coesão e coerência**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BEAUGRANDE, Robert de **New foundations for a science of text and discourse: cognition, communication, and the freedom of access to knowledge and society**. Norwood: Ablex, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/BVrGjmvqJCvJLKGv6x9GgfC/?lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018

CAVALCANTE, Mônica et al. **Linguística Textual: conceitos e aplicações**. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.

COUTINHO, Antônia. Schematisation (discursive) et disposition (textuelle). In: ADAM, Jean-Michel; GRIZE, Jean-Blaise; BOUACHA. Magid Ali (Orgs.). **Texte et discours: catégories pour l'analyse**. Dijon, (FR): Editions Universitaires de Dijon, 2004.

FÁVERO, Leonor. Linguística Textual–história, delimitações e perspectivas. **Revista (Con) Textos Linguísticos**, v. 13, n. 25, p. 12-24, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Rosalice-Pinto/publication/361481669_O_Texto_e_suas_propriedades_definindo_perspectivas_para_analise/links/62b3f9b06ec05339cc9be23d/O-Texto-e-suas-propriedades-definindo-perspectivas-para-analise.pdf#page=12. Acesso em: 15 jun. 2025.

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. **Matriz curricular – Ensino Médio: linguagens e suas tecnologias**. Rio de Janeiro, 2020.

GOVERNO DE ALAGOAS. **Documento Orientador – EJA Modular – Ensino Médio**. Maceió 2019.

KOCH, Ingedore Villaça. **As tramas do texto**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MILLER, Carolyn R. Gênero como ação social. **Quarterly journal of speech**, v. 70, n. 2, p. 151-167, 1984. Disponível em: <https://www.scrip.org/reference/referencespapers?referenceid=3416087>. Acesso em: 12 fev. 2025.

OLIVEIRA, Andreza de; RODRIGUES, Maria Isaura Pinto. Sequência Didática: uma Proposta para Gêneros da Ordem do Relatar. II Congresso Internacional de Linguística e Filologia; XX Congresso Nacional de Linguística e Filologia (**CiFEFil**), Rio de Janeiro: 2016. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xx_cnlf/cnlf/cnlf_03/036.pdf. Acesso em: 3 fev. 2025.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira. **Manual de pesquisa em estudos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2019.

SANTOS, Maria Aparecida Cardoso. **O texto acadêmico: coesão, coerência e construção do sentido**. 2010. 229 f. Tese (Doutorado em Literaturas de Língua Inglesa; Literatura Brasileira; Literatura Portuguesa; Língua Portuguesa; Ling)–Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SWALES, John M. Análise de gênero: Inglês em contextos acadêmicos e de pesquisa. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 45–47, 52–60. In: **The Discourse Studies Reader: Main currents in theory and analysis**. John Benjamins Publishing Company, 2014. p. 306-316. Disponível em: <https://benjamins.com/catalog/z.184.513swa?srsltid=AfmBOorU3C11IS13lkyqsLrXZLUoIoyr5LN4p-usduUvmmCAV3c2ylba>. Acesso em: 11 mar. 2025.

VIDOTTI, Gabriela Aparecida; DOMINGOS, Marilúcia dos Santos. Um modelo teórico/didático do gênero textual relato pessoal. **Verbum**, v. 13, n. 2, p. 290-302, 2024. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verbum/article/view/65618>. Acesso em: 4 fev. 2025.



UMA ANÁLISE DAS PROVAS ARISTOTÉLICAS EM VOTAÇÕES DE PARLAMENTARES ALAGOANOS DURANTE O PROCESSO DE *IMPEACHMENT* DE DILMA VANA ROUSSEFF

Isabella Sotero Medeiros Teixeira (Ufal)
Deywid Wagner de Melo (Ufal)

INTRODUÇÃO

O *impeachment* de Dilma Vana Rousseff, efetivado em 2016, constitui um episódio político de significativa relevância na história brasileira, caracterizado por acentuadas polarizações ideológicas e mobilizações sociais cujos desdobramentos persistem até hoje. Decorridos aproximadamente 10 anos, a consecução do procedimento ainda suscita divergências político-partidárias em nossa sociedade. O instituto do *impeachment* configura-se como instrumento jurídico-constitucional destinado à destituição do presidente da República ou de outras autoridades públicas governamentais. Tal mecanismo encontra-se regulamentado pela Constituição Federal, especificamente nos artigos 85 e 88. A Carta Magna de 1988 estabelece que, para a instauração do processo de destituição do presidente da República, faz-se necessária a autorização da Câmara dos Deputados, mediante voto de dois terços de seus membros.

Obtida essa autorização, compete ao Senado Federal processar e julgar o chefe do Executivo nos casos de crimes de responsabilidade. O procedimento de *impeachment* compreende diversas etapas,

das quais, destacamos: denúncia, análise preliminar da denúncia, constituição de comissão especial, votação na Câmara dos Deputados, julgamento no Senado Federal e decisão final. Segundo Silva (2018), em sua obra sobre Direito Constitucional, o *impeachment* constitui instrumento de controle político destinado a assegurar a responsabilidade presidencial, permitindo a intervenção do Poder Legislativo em casos de infrações que comprometam a ordem constitucional e democrática do país. Sua aplicabilidade deve ser sempre norteadada por princípios éticos, garantindo, assim, a preservação do Estado Democrático de Direito.

No contexto da instauração dessa controversa questão, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou o resultado de 367 votos favoráveis ao *impeachment* contra 137 votos contrários, por crime de responsabilidade, em decorrência da abertura de créditos suplementares por decreto presidencial, sem a devida autorização do Congresso Nacional, e de suposta contratação irregular de operações de crédito.

Posteriormente, foi autorizada a abertura do processo de *impeachment* no Senado Federal, com 55 votos favoráveis e 22 votos contrários. As deliberações ocorreram em 17 de abril de 2016. Subsequentemente, Michel Temer assumiu a Presidência da República, ao passo que Dilma Rousseff foi definitivamente afastada do cargo. O processo de impedimento da então presidenta petista gerou intensa comoção e instabilidade político-institucional na sociedade brasileira.

No tocante às imputações dirigidas à ex-presidenta Dilma Rousseff, Morais (2019) assevera que, ao examinar exaustivamente as hipóteses e argumentações apresentadas, inexistia consistência político-jurídica que fundamentasse o pedido de *impeachment*, consolidando, assim, a interpretação de um golpe articulado por setores da direita político-ideológica. O *impeachment* desencadeou expressiva mobilização popular, potencializada pelas interações sociais instantâneas nas plataformas digitais, bem como foi amplamente debatido

nos canais televisivos, fomentando conflitos ideológicos entre apoiadores e opositores do governo vigente.

No que concerne ao posicionamento dos deputados federais do Estado de Alagoas no referido procedimento, a bancada alagoana, composta por nove representantes, foi a última a manifestar-se na sessão da Câmara Federal. Arthur Lira inaugurou a votação e, em seu pronunciamento, enalteceu a atuação do deputado Jovair Arantes, responsável pelo relatório favorável ao *impeachment*. Seis deputados manifestaram-se favoravelmente ao impedimento da presidenta. Em contrapartida, três posicionaram-se contra o processo. Para fins deste estudo, analisaremos exclusivamente dois pronunciamentos, sendo um favorável e um contrário.

Nesse cenário, objetivamos compreender quais estratégias retóricas foram mobilizadas para fundamentar os votos de dois deputados federais alagoanos na legitimação da decisão final concernente ao *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff. Tal escolha justifica-se pela necessidade de compreender esse fenômeno e demonstrar a relevância da retórica nas articulações discursivas durante a externalização das convicções de deputados federais alagoanos. Destarte, investigar os discursos desses oradores sob a perspectiva retórica permite identificar as técnicas persuasivas empregadas e elucidar os possíveis sentidos construídos no discurso.

Neste capítulo, exploramos a gênese retórica, a caracterização da tríade aristotélica: *ethos*, *phatos* e *logos*. Apresentamos as análises retóricas das votações orais de dois deputados federais alagoanos, evidenciando as estratégias persuasivas utilizadas como embasamento de suas decisões. A partir dessas etapas, almejamos contribuir, de algum modo, com os estudos em nossa área disciplinar, ao demonstrar a importância de desvelar os procedimentos retóricos em discursos orais de parlamentares alagoanos.

2 A GÊNESE RETÓRICA

A retórica constitui um campo do saber com aproximadamente dois mil e quinhentos anos de existência. Dedicase, especificamente, ao estudo das técnicas argumentativas mobilizadas em discursos orais, escritos e outras modalidades comunicativas. Conforme Fiorin (2017), o termo retórica origina-se do grego *rhésis*, que designa “ação da fala” ou “discurso”, e *Rhetoriké*, significando “arte oratória” ou “arte de convencer pelo discurso”. Para Reboul (2004, p. XIV), a retórica configura-se como a “arte de persuadir pelo discurso”. Trata-se, portanto, de uma disciplina e/ou campo do conhecimento que objetiva desvelar as estratégias persuasivas empregadas no discurso para influenciar o auditório. Essa influência não se restringe apenas a convencer ou persuadir o interlocutor, mas também a orientar pensamentos, modificar crenças e opiniões, moldar comportamentos e ações, buscando mobilizar e comover os ânimos do auditório.

Cabe mencionar que a origem da retórica remonta a aproximadamente 485 a.C., “depois que uma sublevação democrática derrubou os tiranos da Sicília Gelon e Hieron, que, durante seu governo, tinham expropriado muitas terras com finalidade de distribuí-las a seus soldados” (Fiorin, 2017, p. 22). Após a recuperação dessas terras, surgiram “grandes júris populares, que precisavam ser convencidos da justiça da reivindicação” (Fiorin, 2017, p. 22), com o propósito de apreciar os protestos dos proprietários desapropriados de suas terras.

Ainda segundo Fiorin (2017), diante dessa conjuntura, a eloquência aplicada para estimular o ânimo dos jurados passou a ser considerada objeto de estudo e/ou ensino, tendo como primeiros mestres da arte de persuadir Empédocles de Agrigento, Córax e Tísias. Destarte, o surgimento da retórica, enquanto disciplina sistematizada, deu-se em virtude de disputas territoriais. Logo, os embates argumentativos fizeram florescer essa disciplina.

Os mestres sofistas almejavam vencer os debates e eram remunerados generosamente por seus serviços, o que lhes proporcionou riqueza e prestígio social na época. Consequentemente, não se preocupavam com questões éticas ou morais. O que efetivamente interessava era vencer as disputas argumentativas. Por esse e outros motivos, alguns filósofos, dentre os quais Platão, condenaram a retórica como algo que deveria ser extinto. Todavia, como advoga Mateus (2018, p. 69), a “Retórica enquanto técnica da persuasão não é, em si mesma, boa ou má. São os usos que se dão a Retórica que podem ser classificados como benéficos ou prejudiciais”. À luz dessa citação, compreendemos que a retórica constitui um instrumento neutro e, por sê-lo, encontra-se disponível para ser utilizada de maneira honesta ou desonesta pelos oradores.

Por conseguinte, foi com o mestre Aristóteles que a retórica conquistou legitimidade acadêmica. Segundo o mestre grego, “pode-se definir a retórica como a faculdade de observar, em cada caso, o que este encerra de propósito para criar a persuasão. Nenhuma outra arte possui tal função” (Aristóteles, 2011, p. 44). Como se observa, o célebre autor afirma que a retórica se ocupa em analisar os discursos e, subsequentemente, desvelar os elementos que visam persuadir o auditório. Esses dispositivos podem ser os mais variados possíveis, a exemplo de argumentos racionais, paixões suscitadas, construção da imagem de si (*ethos*) por parte do orador que profere o discurso, utilização de figuras retóricas, entre outros recursos argumentativos.

A retórica possui, em sua base, um compromisso inadiável com a finalidade de descortinar as estratégias argumentativas que buscam constantemente persuadir o interlocutor acerca de uma tese submetida. Em Aristóteles (2011), encontramos seu tratado de retórica. Nele, o autor apresenta os fundamentos de sua teoria, embora não nos detenhamos em todas as categorias existentes na retórica aristotélica, mas apenas na tríade clássica das provas retóricas.

3 TRIÁDE RETÓRICA: *ETHOS*, *PATHOS* E *LOGOS*

3.1 *Ethos*

Desde a Antiguidade grega, especialmente com Aristóteles, encontramos uma discussão sobremaneira relevante acerca do *ethos*. É com esse mestre, nossa fonte primária por excelência, que identificamos o seguinte conceito: “A persuasão é obtida graças ao caráter pessoal do orador, quando o discurso é proferido de tal maneira que nos faz pensar que o orador é digno de crédito” (Aristóteles, 2011, p. 45). Nessa perspectiva, o *ethos* relaciona-se com o caráter, a moralidade, isto é, a imagem que o orador constrói de si no momento de sua argumentação perante um auditório. Cabe mencionar que essa imagem pode ser autêntica ou simulada, uma vez que o orador pode se revelar ou se ocultar, ao proferir o discurso.

O próprio termo *ethos* mantém ligação direta com a palavra ética, compreendida como um conjunto de princípios comportamentais. Na realidade, trata-se de traços que revelam, de alguma maneira, o modo como o orador se apresenta durante a argumentação. Conforme o entendimento de Ferreira (2015, p. 21), o *ethos* retórico pode ser compreendido «como um conjunto de traços de caráter que o orador mostra ao auditório para dar uma boa impressão. Incluem-se nesses traços as atitudes, os costumes, a moralidade, elementos que aparecem na disposição do orador». Esses aspectos manifestam-se discursivamente, mediante o modo como a argumentação é dirigida ao auditório com determinadas finalidades persuasivas.

Rocha (2025, p. 69) afirma que a retórica é caracterizada por ser uma área em que se devem utilizar provas no processo persuasivo. Nessa perspectiva, segundo o autor, o *ethos* postulado na obra **Retórica**, de Aristóteles, se configura por meio de traços de caráter que o orador mostra, de maneira explícita ou implícita, ao auditório, durante o ato discursivo.

Por conseguinte, Fiorin (2017), Mateus (2018), Meyer (2007) e Reboul (2004) seguem a tradição aristotélica para conceituarem a prova retórica pelo *ethos*. Segundo Fiorin (2017, p. 70), “o enunciador, ao construir seu discurso, edifica também uma imagem de si”. Para Mateus (2018, p. 111), “O *ethos* denota um carácter moral que o orador aparenta, pelo menos, possuir e que deseja colocar ao serviço do seu auditório». A partir dessas conceituações, assumimos que o *ethos* constitui efetivamente a construção da imagem de si projetada no discurso por um orador. A retórica, desde Aristóteles, preconiza esse entendimento.

3.2 *Pathos*

Enquanto o *ethos* refere-se à imagem de si do orador, o *pathos* diz respeito ao auditório, remete às paixões despertadas naqueles que o discurso almeja influenciar. Para Aristóteles (2011, p. 45), a “persuasão pode ser obtida através dos ouvintes, quando o discurso afeta suas emoções; com efeito, os julgamentos que emitimos variam segundo experimentamos sentimentos de angústia, ou júbilo, amizade ou hostilidade”. Portanto, as paixões constituem uma mola propulsora que cativa os ânimos do auditório.

Desde os mestres gregos até a contemporaneidade, reconhece-se consensualmente que, diferentemente da razão, a paixão convence e persuade de forma mais eficaz em determinadas circunstâncias. Os seres humanos configuram-se como seres relacionais permeados por opiniões, controvérsias, interações, acordos e desacordos que instauram polêmicas.

A própria retórica opõe-se à demonstração lógica. O campo da retórica situa-se no domínio da opinião controversa, permeado por elementos passionais. “As paixões (emoções) são as causas das mudanças nos nossos julgamentos e são acompanhadas por dor ou prazer” (Aristóteles, 2011, p. 122). Quando experimentamos uma paixão,

ela vem acompanhada por uma sensação de dor ou prazer. Por exemplo, quando sentimos alegria, a sensação é prazerosa; quando sentimos ódio, porém, sobrevém uma dor que nos acomete.

O *pathos* constitui, então, um conjunto de paixões que o orador necessita suscitar em seu público-alvo mediante uma argumentação que conduza à convicção, “depreendemos que a paixão é considerada um poderoso reservatório retórico-argumentativo, capaz de mobilizar o auditório em favor de uma tese proposta ao assentimento” (Rocha, 2025, p. 80). Trata-se, portanto, de comover o auditório, perscrutando as nuances emocionais disponíveis no contexto discursivo.

3.3 Logos

O *logos* refere-se às estratégias discursivas que o orador mobiliza para atuar sobre seu auditório. “Enfim, a persuasão é obtida através do próprio discurso quando demonstramos a verdade, ou o que parece ser a verdade, graças à argumentação persuasiva apropriada ao caso em pauta” (Aristóteles, 2011, p. 46). Convém mencionar que o *logos* simboliza o discurso verossímil e não uma verdade absoluta e irrefutável. Tampouco diz respeito exclusivamente ao silogismo lógico, mas igualmente ao domínio do preferível, do que é possível em determinada situação. O interesse recai sobre a utilização de argumentos para influenciar as convicções e as paixões que, de algum modo, encontram-se disponíveis nas interações argumentativas em dadas ocasiões.

Para Mateus (2018), o *logos* relaciona-se ao próprio discurso retórico, reforçado por meios persuasivos. Esses meios constituem, na realidade, os raciocínios que o orador mobiliza para atuar perante sua audiência. Daí advêm diversos tipos de argumentos dispostos no discurso a fim de conquistar ou ampliar a adesão do auditório. “O *logos* indica, assim, as provas discursivas, argumentativas e racionais provenientes de um raciocínio coerente. Essas provas artísticas dizem

respeito ao modo como os indivíduos alegam ou objetam algum assunto prático” (Mateus, 2018, p. 108). Dessa forma, o *logos* percorre as vias da racionalidade, acionando raciocínios que, por vezes, apresentam uma aparência lógica.

Sendo uma das três provas retóricas, o *logos* está associado diretamente ao modo como argumenta o orador. É mediante a força dos argumentos que se obtém a convicção e a persuasão daquele que se pretende conquistar. Como destaca Meyer (2007, p. 27), o *logos* “pode agradar, comover, instruir, mas também convencer por meio de argumentos”.

Desse modo, a principal finalidade do *logos* consiste em convencer e persuadir mediante técnicas argumentativas que somente são reconhecidas a partir do olhar analítico do estudioso de retórica, que tem a missão de desvelá-la.

4 METODOLOGIA

Do ponto de vista metodológico, adotamos os princípios estabelecidos por Paiva (2019). Nossa investigação ancora-se na pesquisa de natureza básica, uma vez que objetiva expandir o saber científico em nosso campo disciplinar; classifica-se como pesquisa teórica no que concerne ao gênero, considerando que promove uma reflexão apta a produzir novos conceitos; delinea-se como pesquisa primária, dado que procedemos pessoalmente à coleta do material analítico; adota abordagem qualitativa, porquanto examina os modos pelos quais o discurso investigado constrói distintas significações. Nossa análise possui finalidades descritivas, explicativas e interpretativas, apoiando-se no método de análise retórica, conforme os postulados de Aristóteles (2011), Ferreira (2015), Mateus (2018), entre outros.

O discurso político configura-se como um gênero discursivo específico. Segundo Piancó, “inscrito majoritariamente na tipologia argumentativa, cuja função precípua consiste em pronunciar-se fa-

vorável ou contrariamente sobre matérias apreciadas durante sessões de votação na Câmara dos Deputados, no Senado Federal ou em quaisquer outros espaços institucionais de natureza político-deliberativa” (Piancó, 2021, p. 80).

Na presente investigação, direcionaremos nossa atenção às votações realizadas na Câmara dos Deputados, com ênfase em dois pronunciamentos de deputados com posicionamentos opostos acerca do procedimento de impedimento da ex-presidenta Dilma Vana Rousseff.

5 ANÁLISE RETÓRICA

Os trechos analisados a seguir foram extraídos da ata⁸ da 91ª sessão da Câmara dos Deputados, registrada em 17 de abril de 2016. Nesse documento, encontramos a transcrição na íntegra do voto de cada parlamentar sobre o processo de *impeachment* da então presidenta do Brasil, Dilma Vana Rousseff. Na análise inicial, investigamos as nuances argumentativas presentes no voto do deputado Arthur Lira (PP), que, em 2016, foi o primeiro parlamentar a abrir as votações dos oradores que representaram o Estado de Alagoas durante a votação do processo de *impeachment*. Para compor este capítulo, analisamos duas votações: uma favorável e uma contrária ao processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. A seguir, apresentamos a análise retórica mediante a descrição, explicação e interpretação dos dados.

Análise 1:

Iniciamos a análise deste ato retórico com o pronunciamento do deputado Givaldo Carimbão (PHS-AL). O discurso desse parlamentar figurou entre os mais marcantes posicionamentos contrários ao processo de *impeachment*, uma vez que mobiliza elementos religiosos para fundamentar sua tese.

8 Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/plenario/notas/extraord/2016/4/EV1704161400.pdf>. Acesso em: 5 de jan. 2026.

Deputado Givaldo Carimbão (PHS-AL): Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, nação brasileira. Seria muito fácil depois de vinte votos a mais, querer aparecer, querer de repente fazer média com a sociedade, mas este não é meu perfil, senhor presidente. Prefiro perder em pé, mas com dignidade, do que vim aqui e fazer aquilo que muitos fizeram aqui, sem ter coragem de enfrentar a sua punição. Aqui tem homens de bem! Tenho vinte anos nesta casa. Companheiros, companheiras, deputados e deputadas, o Supremo Tribunal Federal, julgou a causa anteontem, cinco a cinco, ali estão os maiores juristas do Brasil, julgando a Constituição e dividiu a justiça de cinco a cinco. Quanto mais o parlamento que é uma casa política, tem toda liberdade de divergir. Porquanto presidente, fiz o meu registro na casa, por três vezes e continuo com a minha condição. Eu não vou lavar as minhas mãos como Pôncio Pilatos. Eu voto não! Senhor presidente!

A abertura do pronunciamento caracteriza-se pela invocação dos pares parlamentares e da nação brasileira, estratégia que delimita e configura seu auditório. Subsequentemente, o orador afirma que seria “muito fácil, depois de 20 votos a mais, querer aparecer, querer, de repente, fazer média com a sociedade, mas este não é meu perfil, senhor presidente”. Tal formulação projeta um *ethos* de seriedade e integridade, apresentando-se como ocupante de cargo público de relevância social que recusa práticas autopromotoras. Mobiliza-se o argumento pelo lugar de quantidade mediante a referência numérica “20 votos a mais”, conferindo dimensão quantitativa à argumentação.

Na sequência, o parlamentar articula um *ethos* de caráter, ao declarar: “Prefiro perder em pé, mas com dignidade, do que vim aqui e fazer aquilo que muitos fizeram aqui, sem ter coragem de enfrentar a sua punição. Aqui tem homens de bem! Tenho 20 anos nesta casa”. Esse movimento retórico evidencia princípios norteadores de suas decisões, transmitindo autocontrole ao auditório. Simultaneamente, cons-

trói-se um *ethos* de denunciante, ao sugerir que “muitos” careceram de “coragem de enfrentar a sua punição”. Interpreta-se que o orador sinaliza que determinados colegas parlamentares, por temor a sanções partidárias, optaram pelo voto favorável ao *impeachment*. O *ethos* de experiência institucional também se edifica mediante a afirmação de “20 anos nesta casa”, credencial que estabelece posição “de prestígio e conhecimento profundo” do mandato exercido por duas décadas.

A declaração “aqui também tem homens de bem” reforça a ideia de existência de deputados dignos e éticos na Casa Legislativa. Essa asserção destaca a integridade de determinados membros, sugerindo que corrupção ou ausência de ética não caracterizam universalmente os parlamentares. O argumento quantitativo temporal (“tenho 20 anos nesta casa”) consolida a presumível credibilidade do orador como figura de longa trajetória política na Câmara dos Deputados.

Prosseguindo na argumentação, o parlamentar enuncia: “o Supremo Tribunal Federal julgou a causa anteontem, cinco a cinco, ali estão os maiores juristas do Brasil, julgando a Constituição, e dividiu a justiça de cinco a cinco. Quanto mais o parlamento, que é uma casa política, tem toda liberdade de divergir”. Esse movimento discursivo mobiliza o argumento de autoridade, referenciando o julgamento do STF sobre o processo contra Dilma Rousseff, cujos ministros divergiram, resultando em empate na votação. A Suprema Corte brasileira representa instância decisória superior, cujas deliberações demandam obediência. Adicionalmente, emprega-se o argumento de regra de justiça: se os “maiores juristas do Brasil divergiram”, o parlamento, igualmente, pode divergir. O raciocínio evidencia a inexistência de decisão hermética e definitiva, mas multiplicidade de opiniões. O orador evoca um *ethos* democrático para enfatizar a legitimidade da divergência.

Na conclusão do voto, o orador preleciona: “Porquanto presidente, fiz o meu registro na Casa, por três vezes, e continuo com a minha condição. Eu não vou lavar as minhas mãos como Pôncio Pilatos.

Eu voto não! Senhor presidente!” A expressão “lavar as mãos como Pôncio Pilatos” configura referência intertextual bíblica relacionada à condenação de Jesus Cristo. Essa menção encontra-se descrita no Evangelho segundo Mateus 27:24: “Vendo Pilatos que nada aproveitava, antes o alvoroço se aumentava, tomou água e lavou as mãos diante da multidão, dizendo: inocente sou eu do sangue deste justo; cuidai-vos disso”.

O governador Pôncio Pilatos lavou publicamente as mãos para demonstrar não se responsabilizar pela execução de Jesus de Nazaré. Ao empregar essa expressão, o parlamentar explicita que não se eximirá de sua responsabilidade política, enfrentando as consequências de sua decisão. Identifica-se o argumento pelo antimito, negando a imitação do personagem bíblico. Reitera-se o *ethos* de caráter, manifestando retidão, honestidade e seriedade diante de conjuntura conflituosa.

Quanto à dimensão patêmica, interpreta-se que a confiança constitui a paixão preponderante que o orador intentou despertar em seu auditório. Tornava-se necessário fazer com que o auditório acreditasse que o voto contrário ao *impeachment* de Dilma, naquele contexto, era a escolha correta. A indignação também se configura como paixão mobilizada, considerando que o orador acusa colegas de votarem contra Dilma por temor a penalidades partidárias. Afastar uma presidenta democraticamente eleita apenas por receio de punições caracterizaria covardia. Logo, as paixões, quando suscitadas, conduzem à ação. Certamente, esse orador conseguiu despertar paixões, embora não seja possível mensurá-las aqui, visto que carecemos de teoria da recepção capaz de aferir a intensidade das paixões humanas.

Análise 2:

Nesta análise, investigaremos o discurso do deputado federal Arthur Lira (PP/AL), um dos maiores representantes da direita conservadora alagoana.

Arthur Lira (PP-AL): Senhor presidente, tenho o prazer de abrir a votação do último estado, o estado de Alagoas. Antes do meu voto, queria parabenizar o belíssimo trabalho do relator, meu amigo pessoal, deputado Jovair Arantes. Não acredito que o resultado de hoje, já consagrado por esta casa, vá permitir que a casa não tenha diálogo para encontrar um caminho para o desenvolvimento do Brasil. Em nome desse diálogo, em nome do desenvolvimento, no meu segundo mandato chego aqui com a certeza de que o desenvolvimento e a mudança da vida das pessoas são um grande trabalho deste Congresso. O Brasil está parado e nós temos que encontrar essa saída em nome do progresso dos alagoanos, dos meus filhos e de quem convive em Alagoas. Eu e meu partido, que fechou questão a favor do impeachment, caminhamos juntos e meu voto é sim ao procedimento.

A abertura do pronunciamento caracteriza-se pela manifestação de contentamento do parlamentar ao assumir a posição inaugural entre os representantes alagoanos na votação. Logo após, o orador tece elogios ao responsável pelo relatório do *impeachment*, identificando-o explicitamente como “amigo pessoal”, estratégia que configura a aplicação do argumento quase lógico mediante definição descritiva. Tal movimento discursivo permite a construção de um *ethos* de autoridade e competência, considerando liderar a votação estadual. Simultaneamente, verifica-se a edificação de um *ethos* de amigo, uma vez que, o reconhecimento público do relator como figura próxima sinaliza ao auditório a existência de vínculos afetivos consolidados.

Na sequência argumentativa, valendo-se de estrutura negativa, o parlamentar sustenta que o desfecho da deliberação não comprometerá a busca por soluções desenvolvimentistas para o país. Tal posicionamento revela a configuração de um *ethos* de líder, posto que o orador se arroga a condição de porta-voz de seus pares legislativos. A referência à “Casa” materializa, em verdade, o conjunto majoritário de votan-

tes alinhados à destituição presidencial. Identifica-se aqui a mobilização do argumento estrutural baseado na relação entre o grupo e seus membros: o coletivo corresponde aos parlamentares que defenderam a instauração processual.

Prosseguindo em sua exposição, o deputado ancora sua credibilidade na condição de parlamentar em “segundo mandato”, acionando assim um *ethos* de experiência. Paralelamente, recorre ao lugar retórico de pessoa, ao afirmar que “o desenvolvimento e a mudança da vida das pessoas são um grande trabalho deste Congresso”. A proteção e transformação das condições populares figuram, conforme essa retórica, como atribuição congressional fundamental. Reitera-se o *ethos* de líder mediante novo posicionamento como representante dos deputados favoráveis ao *impeachment*, todos enquadrados na missão institucional exercida pelo “Congresso”.

No encerramento do voto, o parlamentar critica a gestão governamental então vigente, caracterizando-a como responsável pela estagnação nacional e afirmando a urgência de alternativas. Esse segmento evidencia a projeção de um *ethos* patriota, dado que o argumentador exterioriza zelo pela nação. A figura do patriota personifica o agente político que aspira conduzir o país à paz, prosperidade e justiça social. Reforçando tal perspectiva, o deputado enfatiza a necessidade de “encontrar uma saída”, identificada especificamente na deposição de Dilma Rousseff da Presidência da República do Brasil.

A fundamentação do voto ancora-se em justificativas específicas: “em nome do progresso dos alagoanos, dos meus filhos e de quem convive em Alagoas”. Tal formulação edifica um *ethos* de virtude. O político manifesta aparente solicitude para com a população estadual, seu núcleo familiar e a população alagoana. Reitera-se a mobilização do lugar de pessoa, privilegiando o bem-estar coletivo como preocupação central.

No ato conclusivo, o deputado declara: “Eu e meu partido, que fechou questão a favor do *impeachment*, caminhamos juntos e meu voto é sim ao procedimento”. Tal enunciação constrói um *ethos* de obediência partidária. O parlamentar revela alinhamento e decisão conjunta de apoiar a destituição presidencial. A finalização da argumentação materializa-se no “sim ao procedimento”, confirmando que as opções realizadas derivam de deliberação coletiva.

Na dimensão patêmica desse pronunciamento, múltiplas paixões retóricas permeiam o discurso. A paixão da confiança é evidenciada no discurso do deputado, considerando que, segundo a doutrina aristotélica, a crença do auditório na palavra do orador representa condição fundamental. Interpretamos que o orador buscou igualmente despertar a esperança, objetivando que o auditório compreendesse o *impeachment* como mecanismo transformador da realidade nacional. A amizade emerge como terceira paixão mobilizada, posto que o parlamentar se apresenta como figura solidária ao povo alagoano e sensível às suas demandas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trajeto investigativo desenvolvido possibilitou a descrição, explicação e interpretação dos recursos argumentativos acionados nos votos de representantes federais alagoanos durante a sessão que deliberou sobre a destituição da presidenta Dilma Vana Rousseff. As provas persuasivas manifestaram-se através de arranjos singulares em cada manifestação parlamentar analisada.

Givaldo Carimbão constituiu um conjunto de imagens de si que incluem: seriedade, integridade moral, postura denunciatória e democrática. No plano das emoções, emergiram afetos como credibilidade e indignação. O arsenal argumentativo desse parlamentar abrangeu: argumento de autoridade, lugar de quantidade, regra de justiça

e antimodelo. A análise revela que seu discurso priorizou a racionalidade argumentativa sobre o passional.

Arthur Lira mobilizou o *ethos* de amigo, líder, experiente, patriota, virtuoso, obediente e competente. O protagonismo, ou seja, o *ethos* de líder, destaca-se como imagem dominante em seu pronunciamento. O deputado tentou mobilizar algumas emoções (*pathos*) no auditório: confiança, esperança e amizade. No arcabouço argumentativo (*logos*) foi identificado o lugar retórico de pessoa e o grupo e seus membros. Constata-se a recorrência da racionalidade argumentativa em seu discurso, evidenciada ao mobilizar o *logos*.

Em síntese, apesar da equivalência teórica entre *pathos* e *logos*, a análise demonstra que o *ethos* representou a prova retórica preponderante nos votos examinados. Os oradores dedicaram-se à projeção discursiva de imagens favoráveis de si mesmos, almejando que seus eleitores identificassem correção em suas escolhas políticas. Para representantes de orientação direitista, a correção configurava-se no apoio ao *impeachment* de Dilma Rousseff; para parlamentares de orientação esquerdista, a retidão expressava-se na recusa ao processo de destituição da governante petista. Assim, valendo-se de discursos saturados de táticas argumentativas, avaliamos que esses agentes políticos alcançaram, em diferentes graus, impacto persuasivo sobre suas audiências.

REFERÊNCIAS

ABREU, Antônio Suárez. **A arte de argumentar**: gerenciando razão e emoção. São Paulo: Ateliê, 2004.

ARISTÓTELES. **Retórica**. BINI, Edson (Trad.). São Paulo: Edipro, 2011.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. KOMESU, Fabiana; CRUZ, Dilson Ferreira da (Trad.). 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Ata da 91ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, Vespertina, da 2ª Sessão**

Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura. Brasília: Câmara dos Deputados, 17 abr. 2016. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/plenario/notas/extraord/2016/4/EV1704161400.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2026.

EMEDIATO, Wander. **Análise do discurso numa perspectiva enunciativa e pragmática.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.

FERREIRA, Luiz Antonio. **Leitura e persuasão: princípios de análise Retórica.** São Paulo: Contexto, 2015.

FERREIRA, Luiz Antonio. Atos retóricos: do medo e da confiança. In: FIGUEIREDO, Maria Flávia; VIDAL, Gerardo Ramírez; FERREIRA, Luiz Antonio. (Orgs.). **Paixões aristotélicas.** Franca, SP: Unifran, 2017.

FIORIN, José Luiz. **Argumentação.** São Paulo: Contexto, 2017.

MATEUS, Samuel. **Introdução à retórica no séc. XXI.** Covilhã: Editora LabCom.IFP, 2018. Disponível em: https://www.labcom.ubi.pt/ficheiros/201804271553-201807_introretorica_smateus.pdf. Acesso em: 10 nov. 2024.

MEYER, Michel. **A Retórica.** São Paulo: Ática, 2007.

MEYER, Michel. Aristóteles ou a retórica das paixões. Prefácio. In: ARISTÓTELES. **Retórica das paixões.** FONSECA, Isis Borges B. Da (Trad.). São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. XVII-LI.

MORAIS, Eduardo Pantaleão de. **O macroethos racional e o afetivo na argumentação do julgamento do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2019.

MOSCA, Lineide Salvador. Paixões, emoções e afetividade na trilha do tempo: lugar no discurso. In: FIGUEIREDO, Maria Flávia; VIDAL, Gerardo Ramírez; FERREIRA, Luiz Antonio. (Orgs.). **Paixões aristotélicas.** Franca, SP: Unifran, 2017.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. **Manual de pesquisa em estudos linguísticos.** São Paulo: Parábola: 2019.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica.** PEREIRA, Maria Ermantina Galvão G. (Trad.). São Paulo: Martins Fontes, 2014.

PIANCÓ, Emanuelle Maria da Silva. O fenômeno da recategorização em votações orais durante o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. *In*: ROCHA, Max Silva da; SANTOS, Marcos Suel dos; PIANCÓ, Emanuelle Maria da Silva. **Estudos do texto e do discurso**: perscrutando diálogos. Maceió, AL: Editora Olyver, 2021.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. BENEDETTI, Ivone Castilho (Trad.). São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROCHA, Max Silva da. **Atos retóricos de linguagem no discurso neopentecostal da Igreja Santa de Jesus Cristo**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2025.

ROCHA, Max Silva da; MELO, Deywid Wagner de; MOURA, João Benvindo de. O orador Jesus e a construção do ethos durante a pregação do sermão do monte. **Revista Leitura**, [S. l.], n. 81, p. 152–166, 2024. DOI: 10.28998/2317-9945.202481.152-166. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/17223>. Acesso em: 17 nov. 2024.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

[laŋ.gwiðʒ]

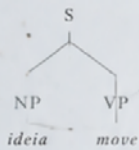
sistema de signos
da comunicação



*as palavras
são pontes
entre o silêncio
e o sentido.*

metáfora

V – TRILHAS INVESTIGATIVAS – TEORIA E ANÁLISE LINGUÍSTICA



polissemia

*nizete,
entre
linhas,
o leitor
se escreve.*



APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS ENTRE PRESSUPOSTOS DAS ABORDAGENS ESTRUTURALISTAS E DA TEORIA GERATIVA

Aldo Matheus do Nascimento Silva (Ufal)
Elaine Rodrigues de Souza Silva (Ufal)
Ícaro de Carvalho Bismarck Lopes (Ufal)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O ponto de vista é a chave do estudo de um objeto científico. Essa definição, proposta por Saussure (1970), aponta que as diferentes abordagens sobre o mesmo objeto são articuladas pela visão empregada. Nesse sentido, desde a formação da Linguística como uma ciência independente, a partir do trabalho de Saussure, tem-se, nessa área de estudos, assim como em outras áreas, uma importante diversidade de perspectivas no entendimento da língua, formando os diferentes campos teóricos, como o estruturalismo e a teoria gerativa. Assim, no presente trabalho, propomos analisar os aspectos de distanciamento e de aproximação entre essas duas teorias, com o foco nas concepções de língua e sistema.

No tocante às hipóteses e contribuições sobre essa discussão, compreendemos que em nenhuma área da ciência as teorias são formuladas como um todo independente, mas que há um diálogo entre as mais diversas formas de estudar um dado objeto. Desse modo, partimos do pressuposto de que, entre o estruturalismo e o gerativismo, os conceitos de língua e sistemas abrangem um campo de discussão

marcado por aspectos que os diferenciam como teoria e os ligam como área de estudo.

Em face do exposto, temos, como objetivo geral: discutir possíveis pontos de aproximação e distanciamento entre os pressupostos das abordagens estruturalistas e da teoria gerativa. Já como objetivos específicos, temos: compreender conceitos-chave nessas teorias, como língua e sistema; entender possíveis pontos de rompimento de uma teoria para outra; e refletir sobre a importância de cada teoria para a linguística.

Para tanto, o arcabouço metodológico utilizado caracterizou-se como uma revisão bibliográfica com uma análise crítica de estudos já realizados, por meio das discussões presentes em autores como Lyons (1981), Perini (1985), Viotti (2008), Cunha, Costa e Martelotta (2008), entre outros. Além disso, utilizamos considerações e conceitos postulados pelos próprios Saussure (1970), Bloomfield (1961) e Chomsky (1978, 1998).

Diante disso, no desenvolver deste artigo, apresentaremos a pesquisa na seguinte sequência: Introdução, com os objetivos e a justificativa do trabalho; A concepção de língua e sistema no estruturalismo europeu, com foco nas ideias apresentadas por Saussure; Bloomfield e o estruturalismo norte-americano, com a apresentação e as distinções do trabalho de Bloomfield em relação ao Saussure; Estruturalismo e Teoria Gerativa: pontos de aproximação e distanciamento com a análise dos aspectos que dialogam entre as duas teorias; e, por fim, as Considerações finais, com a síntese da discussão realizada e a referências dos textos abordados.

2 A CONCEPÇÃO DE LÍNGUA E SISTEMA NO ESTRUTURALISMO EUROPEU

No **Curso de Linguística Geral** (CLG) – obra póstuma de Ferdinand de Saussure, organizada por seus alunos Arbet Sechehaye

e Charles Bally⁹, os quais se fundamentaram em anotações de três cursos ministrados por Saussure em Genebra –, é inaugurada uma nova ótica dos estudos sobre as línguas, partindo do pressuposto de que a língua deveria ser compreendida e, posteriormente, analisada por si só, constituindo, assim, a Linguística enquanto ciência autônoma. Nesse sentido, dentre os conceitos fundamentais, discutidos por Saussure no CLG, essa seção do estudo focaliza na compreensão de língua, fala, sistema, faculdade da linguagem, signo linguístico e sua arbitrariedade e noção de valor.

Dessa forma, antes de discutir sobre pressupostos do estruturalismo de Saussure e suas contribuições, é imprescindível compreender que os estudos da linguagem, antes da fundação da linguística como ciência autônoma, eram, em sua maioria, submetidos ao campo de uma investigação filosófica, como a lógica (Cunha; Costa; Martelotta, 2008). Assim, no século XIX, os estudos realizados por estudiosos quanto à Gramática Comparada eram formados por uma compreensão de língua enquanto um padrão organicista e naturalista, partindo da hipótese de que há semelhanças entre as diferentes línguas – como latim, sânscrito e grego.

Em um direcionamento oposto a esse entendimento, engendra-se, no século XIX, o movimento que ficou conhecido como Neogramáticos. Os intelectuais dessa vertente se posicionaram contra as concepções especulativas, voltando-se, especificamente, a dados reais, contando com os ramos da Fisiologia e da Psicologia para a compreensão de mudanças fonéticas, modificação ou resistência analógica (Robins, 1983). Tendo isso em vista, é perceptível que o interesse e o cerne de estudos anteriores ao linguista suíço Saussure não se ocupavam, necessariamente, como um estudo da língua pela língua.

Feitas essas breves considerações, evidencia-se que a Linguística é definida e fundada, a partir de Saussure, como a ciência dos fatos

9 Com colaboração de Albert Reidlinger.

da língua, tendo “[...] *por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma*” (Saussure, 2012, p. 305, grifo do autor). Aliado a isso, está o fato de que sua matéria inicial são as manifestações da linguagem humana (Saussure, 2012). Portanto, é dever dessa ciência, de acordo com as ideias do autor, descrever a história das línguas e elas mesmas levarem à dedução de leis gerais e delimitarem-se e definirem-se a si mesmas (Saussure, 2012).

Destarte, um dos pontos de partida evidenciados pelo autor é dado pela distinção entre linguagem e língua, destacando que essa última “[...] é somente uma parte determinada [...], um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (Saussure, 2012, p. 41). A partir disso, compreende-se que a língua é uma parte (homogênea) da linguagem, que é heterogênea, multiforme, heteróclita.

Além disso, o linguista suíço defende que a capacidade de possuir/constituir uma língua é o que é natural ao humano, não a linguagem em si. Ou seja, a capacidade de constituir uma língua é dada por, em suas palavras, uma faculdade da linguagem, que pode ser concebida como uma espécie de consciência coletiva que permite ao falante realizar operações dentro de um sistema complexo e diferencial, contudo, a língua em si é fruto de uma coletividade, de um campo social (Saussure, 2012). Dessa forma, o autor define língua como “um sistema de signos distintos correspondentes a ideias distintas” (Saussure, 2012, p. 18).

Tendo isso em vista, Saussure também faz uma segunda distinção importante: língua (*langue*) versus fala (*parole*). A primeira é vista com uma estrutura de caráter social, um sistema de signos que exprimem ideias; já a segunda, fala, é considerada como algo individual, acessório e relativamente acidental (Saussure, 2012). No que tange à ideia de “social”, essa não deve ser, porém, confundida com as defini-

ções de outras teorias, como a Sociolinguística e todas as suas subdivisões. Outrossim, nessa perspectiva, “social” concerne ao fato de que a língua é um acordo coletivo e funciona como um

[...] tesouro depositado pela prática da fala por todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro ou, mais exatamente, nos cérebros dum conjunto de indivíduos, pois a língua não está completa em nenhum, e é só na massa que ela existe (Saussure, 2012, p. 45).

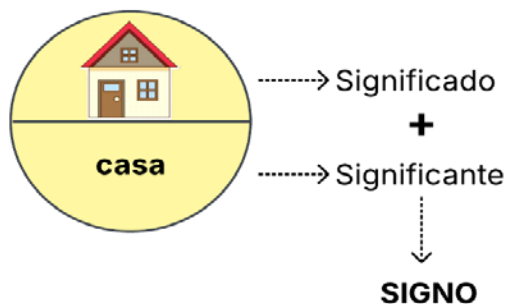
Em contrapartida, a fala é definida na obra póstuma como “[...] um ato individual de vontade e inteligência” (Saussure, 2012, p. 45). A partir dela, o falante realiza as combinações que o código da língua lhe permite para exteriorizar, como permite o seu mecanismo psicofísico, seu pensamento pessoal acerca das coisas do mundo que lhe cerca. Por conseguinte, a fala seria um mecanismo secundário no âmbito dos estudos da linguagem, nos quais Saussure privilegia a língua, delimitando-a como objeto da Linguística. Com efeito, Saussure opõe-se ao entendimento organicista da língua da Linguística Histórica, dado que essa seara compreendia o estudo da linguagem como parte de uma compreensão biológica, e, portanto, situada nas Ciências Naturais.

Em consonância com isso e tendo definido o objeto de estudo, é mister destacar que o CLG divide a Linguística em duas: uma interna e outra externa. Em síntese, pode-se dizer que a linguística externa está voltada à fala e à escrita, enquanto a linguística interna está centrada nos fatos internos da língua. Nessa ótica, Saussure introduz a noção de sistema como algo inerente ao que é interno, isto é, à língua; o linguista suíço a define como um “[...] *sistema* que conhece somente sua ordem própria” (Saussure, 2012, p. 55). O mesmo autor ilustra essa ideia com a comparação ao jogo de xadrez, no qual a língua seria o sistema e as regras, e, os elementos externos, as peças das mais diversas formas e materiais. Para ele, o valor de cada peça depende

de sua posição no tabuleiro, do mesmo modo “[...] que, na língua, cada termo tem seu valor pela oposição aos outros termos” (Saussure, 2012, p. 130).

Nesse sistema, as peças seriam o que o autor chama de Signo Linguístico. Para ele, trata-se de uma entidade psíquica constituída de duas faces: um conceito e uma imagem acústica (Saussure, 2012, p. 106), às quais se denominam significado e significante, respectivamente. Tomando como exemplo a palavra *casa*, tem-se que o significado é a própria coisa em si, ou, em outras palavras, o conceito que o nosso cérebro forma a partir da imagem acústica, isto é, do significante *casa*. Assim, o signo (unidade) é constituído de duas partes que convergem, como é ilustrado na Figura 1:

Figura 1: Ilustração do Signo Linguístico a partir das ideias de Saussure



Fonte: Elaboração própria (2024).

Outro aspecto importante do signo linguístico é o seu caráter arbitrário, isto é, “o significante é imotivado [...]” (Saussure, 2012, p. 109), não dependendo da escolha individual do falante e não possuindo nenhum laço natural com a realidade. A exemplo disso, pode-se pensar que o significado de *mesa* nada tem de motivado e relacional com o significante *mesa*. Um exemplo disso seria pensar na criação do ponto de vista cristão (para exemplificar ainda mais), quando, conforme o relato do **Gênesis**, todos os animais desfilaram diante de Adão

para ganhar um nome. Qualquer que fosse a língua utilizada por ele, não haveria nenhuma relação natural entre as imagens – formadas em sua mente – dos animais que via e as imagens acústicas dos nomes escolhidos por ele. Simplificando, tem-se: entre o conceito *cavalo* e a imagem acústica [cavalo] não há nenhuma motivação que justifique sua correspondência, evidenciando, portanto, o caráter arbitrário do signo.

Além disso, o CLG destaca que o significante é linear, logo, um som só pode ser reproduzido depois do outro, em única linha; é imutável, pois escapa à vontade do falante, que não pode mudá-lo à sua livre escolha; e, ao mesmo, tempo mutável, visto que pode ser alterado ao longo do tempo, já que, assim como nada é capaz de se proteger da ação do tempo, a língua é “[...] incapaz de se defender dos fatores que deslocam, de minuto a minuto, a relação entre o significado e o significante” (Saussure, 2012, p. 116).

Para além de apenas distinguir todas as dicotomias¹⁰, cabe destacar a ideia de valor quanto ao signo linguístico na teoria saussuriana. Partindo do pressuposto de que a língua é “[...] um sistema baseado completamente na oposição de suas unidades concretas” (Saussure, 2012, p. 152), é imperioso compreender que o valor linguístico do signo lhe é atribuído por contraste em relação aos demais, isto é, ele não reside no termo isoladamente, todavia, nas relações diferenciais que estabelece com outros termos do sistema. Assim, em outras palavras, o valor de uma palavra baseia-se no que ela exclui: um signo é aquilo que o outro não é.

De modo a aclarar a assertiva anterior, poder-se-ia dizer que /'bate/ não é /'patɐ/, pela diferença que colocam em oposição suas imagens acústicas. Essas oposições, por sua vez, são próprias do sistema linguístico que, de acordo com Saussure, “[...] é uma série de diferenças

10 A saber: 1. Língua *versus* Fala; 2. Significante *versus* Significado; 3. Sincronia *versus* Diacronia; e 4. Sintagma *versus* Paradigma.

de sons combinadas com uma série de diferenças de ideias” (Saussure, 2012, p. 168).

Outrossim, a noção de valor é elucidada, por Saussure, através do exemplo do jogo de xadrez, no qual cada peça tem o seu valor próprio em distinção das outras. Nele, um rei não pode ser considerado peão em função das suas diferenças dentro do sistema e das regras. No entanto – caso alguém questionasse as mudanças operadas nas unidades linguísticas (como no caso da mudança de *vossa mercê* para *você*) –, é possível imaginar que uma peça do jogo foi perdida e substituída por outra de material distinto, porém, ela assume o mesmo valor (o de ser o que as outras não o são), sem prejuízo do sistema (Saussure, 2012, p. 156).

Neumann e Anjos (2019) sintetizam essa ideia enfatizando que

o valor linguístico é resultado da relação entre significante e significado no interior de um signo e da relação deste com os demais signos dentro do sistema. Um signo é, assim, o que o outro não é (SAUSSURE, 2006, p. 133). As unidades do sistema apresentam, então, uma natureza relacional (Neumann; Anjos, 2019, p. 319).

Com efeito, as reflexões e conceituações de Saussure discutidas nessa seção, a partir de alguns pontos centrais, renovaram o cenário de estudo da linguagem à época, e, desse modo, marcam o início da linguística moderna no século XX. Por conseguinte, o estudo da linguagem – a partir do CLG – ultrapassa a mera perspectiva de encontrar semelhanças entre as línguas à procura de uma língua-mãe, firmando como objeto de estudo a língua por si só, levando em consideração, sobretudo, as diferenças que formam o sistema e o signo linguístico.

3 BLOOMFIELD E O ESTRUTURALISMO NORTE-AMERICANO

A contribuição do estruturalismo nos estudos linguísticos, no entanto, não se esgota na abordagem europeia, com a importante representação de Saussure. É também parte fundamental dessa teoria, que funda a linguística, a abordagem *americana*, com nomes como Edward Sapir e Bloomfield. Ao tratarmos de abordagens do estudo estruturalista (a europeia ¹¹ e a americana), buscaremos compreender os aspectos que diferem uma da outra dentro do estruturalismo e como são constituídas as abordagens citadas, bem como os aspectos que as unem em uma única teoria. Assim, traçaremos uma compreensão acerca do estruturalismo americano, com foco em seu conceito de língua e sistema.

O estruturalismo americano, também denominado como linguística distribucional, distribucionalismo ou estruturalismo bloomfieldiano, marca os estudos linguísticos de 1950 nos Estados Unidos. Os maiores representantes dessa vertente são Edward Sapir (1884-1939), pioneiro desses estudos, e Leonard Bloomfield, consolidador do estruturalismo americano.

Nesse campo, Edward Sapir propõe uma análise estrutural das línguas correlacionadas às análises estruturais da sociedade, da cultura e do povo. Em vista disso, há, no trabalho desse autor, um rompimento com o estruturalismo europeu, visto que Sapir, influenciado por Humboldt, entende a língua dentro daquilo que compõe a hipótese *Sapir-Whorf*. Desse modo, a língua seria responsável pela configuração do pensamento, e, portanto, as diferenças gramaticais e lexicais de uma língua estão relacionadas ao comportamento de uma dada cultura, como aponta Costa (2008).

11 É reconhecido que o trabalho de Saussure foi responsável pela criação da abordagem estruturalista. No entanto, sabe-se que, apesar disso, não é possível afirmar que a preocupação de Saussure era estabelecer uma teoria em si, ou, especificamente, de se reconhecer como estruturalista, adjetivo que lhe foi atribuído a partir de seu trabalho.

Embora Sapir tenha sido o encarregado por levar o estruturalismo aos Estados Unidos, como já citado, é com o trabalho realizado por Leonard Bloomfield, com a publicação de **Language**, em 1933, que esse campo de estudo se fortalece como uma vertente do estruturalismo. A proposta de Bloomfield tinha como preocupação principal a descrição sincrônica das línguas, sem estabelecer uma descrição única para as diferentes línguas.

A metodologia de pesquisa de Bloomfield destacava, por seu modo, a importância e um cuidado para manter o máximo de cientificismo. Nesse ponto, o autor constrói seu método de descrição de línguas com base no *mecanicismo*, baseado na psicologia behaviorista, com a noção de estímulo-resposta. Assim, para o autor, a *língua* não é mental, e qualquer significado mentalista não explicaria a realização de uma língua, dado que essa se forma dentro de um aspecto comportamental. Logo, Bloomfield analisa a “língua como um sistema em que os elementos se organizam por um certo comportamento geral” (Bertucci, 2008, p. 68). Com isso, observa-se que, na própria abordagem americana do estruturalismo, a concepção de língua é notada por uma diferenciação entre um aspecto que inclui uma característica mental, como destaca Sapir, e o aspecto mecanicista apontado por Bloomfield.

Outrossim, para cumprir com o caráter objetivista/cientificista, Bloomfield exclui de suas análises qualquer interesse com o estudo do significado dos elementos, ou seja, não havia compromisso com uma análise semântica da língua. Nessa ótica, com a finalidade de descrever as diferentes línguas, Bloomfield estabelece como necessário para essa tarefa, conforme aponta Costa (2008, p. 124): a constituição de um *corpus*, retirado de realizações efetivas de usuários de uma dada língua em um determinado período; a construção de um inventário, permitindo demarcar as unidades elementares em cada nível de análise; verificação das leis de combinação de elementos de classes diferentes; exclusão de qualquer possibilidade de uma investigação sobre o sig-

nificado dos enunciados presentes no *corpus*, empenhado por determinar os elementos não pelo seu sentido, mas pela sua distribuição nos textos, configurando seu método distributivo.

Diante disso, a composição de um *corpus* dava-se como o primeiro passo para a descrição/estudo de uma língua. Nessa etapa, Bloomfield destaca a importância e preferência por dados retirados da língua falada, excluindo a língua escrita de suas análises. A justificativa para essa escolha pauta-se na possibilidade de identificar a distribuição dos elementos na língua, o que a língua escrita não permitiria. No *corpus* seria possível, por conseguinte, verificar as regularidades de uma língua, compondo, dessa maneira, uma amostra da língua como um todo.

Dos pressupostos de Bloomfield para a descrição de uma língua, destaca-se também a divisão dos elementos da *estrutura* de uma língua em três níveis: o fonológico, o morfológico e o sintático. O primeiro nível, considerado pelo autor o nível de entrada em qualquer língua, fonológico, deteve a sua atenção com importantes avanços acerca do estudo dos fonemas. É a partir do estudo de Bloomfield que se chega a uma distinção da fonética e da fonologia. Essa estruturação da língua, por sua vez, não é vista em Saussure.

A fonologia seria a parte responsável por causar a distintividade dos elementos sonoros da língua, sendo, assim, uma parte concreta. A fonologia, por meio dos fonemas, constitui um elemento essencial para a comunicação, com base na distintividade e significado dos sons. Por outro lado, a fonética seria caracterizada pelas questões articulatórias para o autor. Assim, Bloomfield determina que a fonética, por não causar impacto direto na comunicação em termos de distintividade, elemento importante para o estruturalismo, atenderia a uma representação incompleta e imperfeita da língua, e, com isso, a fonética não entra como elemento de estudo para ele, sendo tratada como irrelevantes unidades não distintivas (ex.: a aspiração das oclusivas surdas do inglês).

Além disso, para o autor, a descrição fonológica de uma língua possuiria como representação símbolos que atendessem ao padrão de distintividade, não importando qual tipo de símbolo seja utilizado, nem a marcação de possíveis variações de um fonema. Dessa forma, o autor recusa o uso de tabelas tradicionais para observar o papel dos fonemas.

Em uma observação morfológica da língua, Bloomfield destaca a palavra como uma forma livre mínima. É, ainda, proposto pelo autor, de acordo com Costa (2008): a presença de uma estrutura única em cada língua, não observando semelhanças ou diferenças entre as línguas, como a gramática comparada; a distribuição dos elementos em cada nível por meio de unidades de nível inferior; e a necessidade de partir do elemento mais simples no trabalho de descrição de uma dada língua.

No campo de distinção do estruturalismo americano com o europeu, o próprio Benveniste (1988 *apud* Bertucci, 2008, p. 72) argumenta que “a palavra estrutura, definida como sistema, é própria do estruturalismo europeu e que, para o estruturalismo americano, a ideia é de distribuição dos elementos, tal como se verifica, e a sua capacidade de associação ou de substituição”. Nesse sentido, a distribuição dos elementos de uma língua é um traço bem marcado no estruturalismo americano.

Dessarte, apesar da raiz comum em constituir uma ciência independente, com base na língua em si própria e toda sua estrutura, é possível verificar mais alguns pontos que permitem a visualização das duas vertentes do estruturalismo linguístico. O Quadro 1, abaixo, busca sintetizar algumas diferenças entre o estruturalismo europeu e o americano:

Quadro 1: Diferenças entre as vertentes dos estruturalismos linguísticos

Estruturalismo europeu	Estruturalismo americano
Foco em línguas com sistema de escrita	Foco em línguas ágrafas
Estudo focado na <i>parole</i> (língua)	Estudo focado na <i>langue</i> (fala) ¹²
Não mecanicista	Mecanicista

Fonte: Elaboração própria (2024).

Dessa maneira, as diferenças apontadas no Quadro 1 permitem observar a construção do *estruturalismo americano* de modo independente do pensamento europeu, ainda que formem vertentes de um pensamento comum. Diante disso, Bloomfield trabalha com um foco em línguas ameríndias como uma herança de trabalhos desenvolvidos por Sapir, e o próprio Franz Boas, que já consideram essas línguas no campo dos estudos, o que não ocorreu no estruturalismo europeu. Bloomfield considera, por sua vez, como essencial em sua abordagem dados da fala dos indivíduos, como já mencionado, o que não é considerado para Saussure, tendo em vista que a fala é dotada da parte individualizada, o que não permitiria chegar à língua. Por fim, o estudo de Bloomfield, ao tratar de línguas ágrafas, com a tarefa de descrevê-las, adota as unidades mais “grossas” para se chegar à língua, e, para tanto, segue um fazer mecanicista com base no behaviorismo.

Perante o exposto, é notável a grandeza do estruturalismo nos diferentes campos da ciência, e, especificamente, na área dedicada ao estudo da língua. É o estruturalismo, como já citado, um importante “divisor de águas”, sendo, através da abordagem de Saussure, a concretização de uma ciência focada no estudo das línguas, a Linguística. Por fim, sendo o ponto de vista responsável por criar o objeto, conforme destaca Saussure, a percepção divergente acerca da língua – negando a concepção de base behaviorista – é tida como base para a forma-

12 Com base na definição de Saussure (1970) sobre a distinção de fala e língua.

ção de uma nova teoria nos estudos linguísticos, o gerativismo. Desse modo, a partir deste novo ponto, buscaremos observar as diferenças entre esses dois campos teóricos no que diz respeito, especialmente, ao conceito de língua e sistema.

4 ESTRUTURALISMO E TEORIA GERATIVA: PONTOS DE APROXIMAÇÃO E DISTANCIAMENTO

Factualmente, definir língua não é uma tarefa fácil. De acordo com Viotti (2008), é importante termos em mente que cada teoria tem sua própria definição de língua e propõe analisar os fenômenos linguísticos a partir dessa definição. No início do presente artigo, vimos que, para Saussure, a língua é um sistema de valores, cujos elementos, que são os signos, são definidos pela diferença que apresentam em relação a outros signos. Do mesmo modo, vimos, também, que a língua é um fenômeno social, ou seja, é o produto de uma convenção estabelecida entre os membros de um determinado grupo, uma vez que, para o linguista suíço, língua e fala não se confundem, sendo a fala uma manifestação externa da língua.

Nessa celeuma, no final dos anos 50, outra teoria linguística que define a língua de uma maneira diferente da de Saussure e, especialmente, do padrão behaviorista de Bloomfield foi iniciada pelo norte-americano Noam Chomsky. Essa teoria ficou conhecida como Gramática Gerativa. Assim, como nos coloca Viotti (2008), há algumas compatibilidades entre o estruturalismo e a Gramática Gerativa; enquanto na teoria saussuriana a língua é considerada um objeto fundamentalmente social, na Gramática Gerativa a língua é um objeto mental, pois, para Chomsky, a língua é um sistema de princípios radicados na mente humana, ou seja, caracterizando-se como uma teoria mentalista. Na verdade, é comum a identificação de distinções entre os pressupostos teóricos das duas teorias, mas será que aproximações também podem ser encontradas de alguma forma?

Para Saussure, a língua existe na coletividade sob a forma de uma soma de sinais depositados em cada cérebro, assemelhando-se a um dicionário “cujos exemplares, todos idênticos, fossem repartidos entre os indivíduos. Trata-se, portanto, de algo que está em cada um deles, embora seja comum a todos e independa da vontade dos depositários” (Saussure, 1970, p. 27). Para Bloomfield, por outro lado, como já mencionado, define-se a “língua como um sistema em que os elementos se organizam por um certo comportamento geral” (Bertucci, 2008, p. 68). Nesse sentido, a ideia de estímulo é fundamental na compreensão de uma língua, de acordo com Bloomfield.

Para o estruturalista europeu, a faculdade de constituir uma língua seria natural ao homem, embora seja ela própria uma convenção (Saussure, 1970). Portanto, a língua é um sistema de signos linguísticos, no qual, “de essencial, só existe a união do sentido e da imagem acústica, e onde as duas partes do signo são igualmente psíquicas” (Saussure, 1970, p. 23). Por seu turno, Chomsky nos indica que os seres humanos apresentam uma predisposição genética que permite a aquisição da linguagem. Assim, ele utiliza o termo “estado inicial” para caracterizar o que seria um dispositivo de aquisição da língua (Chomsky, 1998). Na verdade, o também matemático não foi o primeiro a se interessar pelos aspectos mentais da produção e da compreensão linguísticas.

Como nos aponta Viotti (2008), desde a Antiguidade, muitos estudiosos da linguagem se interessaram pelas relações entre língua e pensamento. Entretanto, por causa de Saussure, especialmente na Europa, os estudos linguísticos assumiram um viés eminentemente social. O fato de Saussure ressaltar que o signo linguístico é convencional, e que, cognitivamente, nós não organizamos o mundo antes da língua fez com que, de maneira geral, os linguistas da primeira metade do século XX deixassem de considerar que, antes de mais nada, a língua é um fenômeno que parece ser exclusivo da espécie humana. Ou seja, ela é adquirida e usada por seres dotados de um tipo particular

de estrutura e organização mental. Sobre isso, o linguista suíço afirma que a língua “é a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo” (Saussure, 1970, p. 22), que, por si só, não pode criá-la nem modificar. Sendo assim, ela não existe senão em virtude de uma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade.

Nesse caráter comparativo, recentemente, o trabalho de Marra (2023) coloca que até Coseriu empreende uma análise de como Saussure e Chomsky abordam o problema da natureza do saber linguístico, apontando que o norte-americano o concebe como um saber intuitivo das regras gramaticais de uma língua, assumindo o próprio conhecimento que o linguista possui de sua língua como o ponto de partida para a descrição desse conhecimento. Por outro lado, como pontua o autor, para o mestre suíço, trata-se de um saber inconsciente, pois as pessoas tendem a usar sua língua sem reflexão consciente, desconhecendo, em grande parte, as leis que a regem.

De uma forma mais radical do que outros pesquisadores que o antecederam, Viotti (2008) evidencia que Chomsky, a partir de 1957, parte da hipótese de que há um módulo linguístico em nossa mente, constituído de princípios responsáveis pela formação e compreensão das expressões linguísticas, e especificamente dedicado à língua. Esse módulo linguístico é chamado de *faculdade da linguagem*, sendo ela inata, isto é, todos os seres humanos nascem dotados dela, fazendo parte da dotação genética da espécie humana.

A autora ainda salienta que Saussure também dizia que a linguagem é uma faculdade humana, uma capacidade que os homens têm para produzir, desenvolver, compreender a língua e outras manifestações simbólicas semelhantes à língua. Contudo, para o suíço, a faculdade da linguagem é algo que capacita os homens a produzirem e compreenderem todas as manifestações simbólicas, inclusive, a língua. Diferentemente, o que Chomsky chama de faculdade da linguagem é um módulo da mente especificamente associado à língua, e não

a outras linguagens (como a pintura, a música, a dança etc.). O interesse aqui é que, embora as concepções sobre o que seria essa faculdade fossem vistas de formas distintas pelos autores, pontos de aproximação se sobressaem.

No tocante a essa questão, Viotti (2008) afirma que Saussure não é muito específico a respeito do que é essa faculdade, que chama de linguagem. Como seu objetivo é a análise da língua em seus aspectos convencionais ou sociais, a capacidade que os homens têm de se manifestar linguisticamente não é de interesse para a teoria. Desse modo, Saussure não explicita a relação que essa faculdade que permite a linguagem apresenta com a cognição, de maneira geral, portanto não a vê como Chomsky faz. Para a Gramática Gerativa, a noção de língua está fortemente associada ao estado inicial da faculdade da linguagem e aos resultados do desenvolvimento desse estado inicial pelo contato com um determinado ambiente linguístico.

Nessa seara, Marra (2023) destaca que Chomsky, ao contrário de Saussure, afirma que o conhecimento linguístico é um conhecimento intuitivo das regras gramaticais de uma língua, fazendo do conhecimento intuitivo a base para a descrição da competência linguística. Para ele, o ponto de partida para a descrição desse conhecimento intuitivo é o próprio conhecimento que o falante tem de sua língua, devendo o linguista perguntar a outros falantes *naif* se certas frases são consideradas “corretas” ou não.

Esse conhecimento intuitivo e inato se contrapõe ao conhecimento comportamental explicado por Bloomfield. Isto é, para o estruturalismo americano a aquisição e o desempenho de uma língua são marcados por uma noção de estímulo-resposta dos falantes. Nesse sentido, não é uma faculdade da linguagem que permite a linguagem, necessariamente, mas a exposição do falante por um processo influenciado por estímulos externos.

Ademais, também sob um ponto de vista análogo, Nasi (2007) traz à discussão visões de autores como Perini (1985) e Lyons (1981). O primeiro, numa introdução ao estudo do gerativismo, afirma que, para os gerativistas, a língua é tida como “um conjunto de sentenças, sendo cada uma delas formada por uma cadeia de elementos (palavras e morfemas)” (*op. cit.*, p. 16). Em outras palavras, Chomsky considera que o sujeito que dominar um conjunto finito de regras será capaz de produzir um número infinito de sentenças. Possivelmente, daí viria o nome Gerativismo, inclusive. Os gerativistas estão interessados no que as línguas têm em comum, o que representa um retorno à antiga tradição da gramática universal. Ainda para esse autor, o “coração” do gerativismo está na distinção entre competência e desempenho (Lyons, 1981).

Retomando as ideias de Coseriu, Marra (2023) estabelece um diálogo com Saussure e Chomsky, mostrando que o ponto de vista de Saussure destaca o saber linguístico como sendo, essencialmente, uma capacidade de relacionar uma determinada forma linguística ao seu significado, visto que ele concebe a *langue* como um sistema estático de formas e conteúdos com suas estruturas e paradigmas correspondentes. Chomsky, por outro lado, concebe a competência como um sistema de regras que opera dinamicamente para construir formas e estruturas linguísticas corretamente. Dessarte, apesar de posições distintas aqui, os linguistas concordam com o caráter sistêmico da língua, ou seja, um ponto de aproximação.

Nessa discussão, Nasi (2007) reforça que os conceitos de desempenho e competência de Chomsky se assemelham aos conceitos de *langue* e *parole* de Saussure, contudo, para Lyons (1981), há uma distinção fundamental entre eles. De acordo com a autora, o que Lyons apresenta de comum entre esses conceitos cunhados pelos dois autores é que ambos separam o que é linguístico do que não é. Para o autor recém-citado, Saussure apresenta uma tendência mais psicológica do que Chomsky. Além disso, conforme Lyons (1981), a questão prin-

cial é que na definição dos dois conceitos de Saussure não há nada que trate sobre as regras para gerar sentenças, o que é fundamental em Chomsky, e explícito no seu sistema de competência e desempenho.

Se comparássemos, nesse panorama, a *langue* de Saussure com a “competência” de Chomsky, a diferença fundamental é que aquela trata de um sistema interiorizado, e, essa, embora trate também de um sistema interiorizado, trata não dos signos internalizados, mas das regras para gerar os enunciados da língua. Nas palavras do próprio Chomsky (1978), a distinção entre competência e desempenho realmente está relacionada à distinção *langue-parole* de Saussure, mas, segundo ele, “é necessário rejeitar o seu conceito de *langue* como sendo meramente um inventário sistemático de itens e regressar, antes, à concepção humboldtiana de competência subjacente como um sistema de processos generativos” (Chomsky, 1978, p. 84). Destarte, como já pontuou Nasi (2007), nesse ponto reside a principal diferença conceitual entre os dois autores: para Saussure, a língua, de forma generalizada, é um sistema de signos, e, para Chomsky, um conjunto de sentenças.

Sobre os conceitos de competência e desempenho, Viotti (2008) ressaltava que, embora esses conceitos de Chomsky se assemelhem aos conceitos de língua e fala de Saussure, há uma distinção fundamental entre eles. Para a autora, Chomsky, ao contrário de Saussure, não analisa a linguagem como fruto de um meio coletivo. Partindo da análise da “criatividade”, ele observa a maneira como um indivíduo é capaz de reproduzir frases. Se comparássemos o conceito de língua de Saussure com o de competência de Chomsky, a diferença fundamental é que a língua trata de um sistema interiorizado, e, a competência, embora também trate de um sistema interiorizado, preocupa-se principalmente com as regras para gerar os enunciados da língua, e não dos signos internalizados. Enquanto, ao comparar-se fala e desempenho, chega-se à conclusão de que a fala é um ato individual e está sujeita a fatores externos, muitos desses não linguísticos e, portanto,

não passíveis de análise, e o desempenho é o uso que a fonte faz do conhecimento que o falante tem da gramática de sua língua.

Etto e Carlos (2018), nesse painel, avultam que não se pode negar a grande analogia entre competência e *langue*. Para os autores, talvez, a principal analogia seja que ambas são classificadas como mentais. O estudo da competência é aquele dos procedimentos mentais, o da *langue* é completamente psíquico. Ambos levam em consideração, também, o caráter social da língua. Só que o enfoque chomskyano consiste na formação de frases, enquanto o saussuriano baseia-se nas unidades mínimas significativas e suas relações (morfemas). Nessa visão, cada indivíduo possui em seu cérebro uma gramática, que é colocada em uso, sendo capaz de produzir inúmeras sentenças em nível de desempenho. Assim, o linguista deve determinar, por meio dos dados do desempenho (ou da performance), “o sistema subjacente de regras que foi dominado pelo falante-ouvinte e que ele põe em uso na performance efetiva” (Chomsky, 1978, p. 84). Logo, o enfoque do matemático recai sobre o falante-ouvinte de uma sociedade, sendo que esse “não [pode ser] afetado por condições gramaticalmente irrelevantes, tais como limitações da memória, distrações, desvios de atenção, erros” (Chomsky, 1978, p. 84).

Além disso, Etto e Carlos (2018) distinguem que Chomsky faz uma leitura da *langue* como um inventário sistemático de itens, como algo estático que exclui o indivíduo totalmente. Essa exclusão reflete, de fato, a ótica saussuriana. Já para Saussure, de acordo com esse estudo, toda e qualquer mudança ou evolução diacrônica no interior do sistema depende exclusivamente do próprio sistema. Essa visão é confirmada pelo caráter arbitrário do signo, em que não há relação motivada (externa) entre dada sequência de letras (significante) e um conceito (significado). O linguista norte-americano, por sua vez, valoriza o indivíduo e sua criatividade, e pauta-se em Humboldt, para quem a competência subjacente é “como um sistema de processos generativos” (Chomsky, 1978, p. 84).

Além disso, como nos aponta Viotti (2008), se pararmos para pensar numa visão estruturalista, a língua é um sistema homogêneo, um conjunto de signos exterior aos indivíduos que deve ser estudado separado da fala. Por outro lado, Chomsky, em sua teoria gerativista, afirma que os seres humanos apresentam uma predisposição genética que permite a aquisição da linguagem. Segundo ele, a língua é um sistema de princípios radicados na mente humana, diferentemente da teoria de Saussure, que considera a língua um objeto fundamentalmente social. A parte disso, Chomsky principiou a teorização da Gramática Gerativo-Transformacional, na qual reformula o conceito de Linguística e atribui a ela um valor em que o objeto de estudo é a competência linguística do falante ouvinte ideal pertencente a uma comunidade ideal, outro distanciamento teórico notável. Todavia, os estudos gerativistas receberam muitas críticas, pelo fato de dar pouca ênfase à “performance” (assim como Saussure é “perseguido” por excluir a *parole* do verdadeiro estudo linguístico), mais uma semelhança entre eles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do presente artigo, buscamos estabelecer uma discussão acerca dos conceitos-chave da teoria estruturalista e da teoria gerativista, com o objetivo de observar os pontos de aproximações e distanciamentos entre esses dois campos teóricos. Em acréscimo, foram observados, dentro do estruturalismo, os aspectos que unificam e diversificam essa teoria em duas abordagens: o *estruturalismo americano* e o *estruturalismo europeu*.

À vista disso, foi possível verificar que, nos estudos linguísticos, a pluralidade, e, ao mesmo tempo, o recorte formado pelo ponto de vista de cada abordagem e de cada teoria não restringem ou hierarquizaram em termos de “melhor” ou “pior”, mas contribuem para o crescimento científico de uma compreensão da língua. Assim, aspectos não observados no estruturalismo, como o conceito de uma *faculdade da linguagem*, que é notificada, porém, não destrinchada por essa

teoria, ganha no gerativismo um carácter central, uma vez que a teoria se ocupa, especificamente, com a análise e compreensão dos mecanismos mentais da linguagem humana.

Dessa forma, é possível destacar que Chomsky é interpelado pelo estruturalismo e pela formalidade científica, portanto, ainda percebe o sistema linguístico como objetivo, separado dos fatores externos que o condicionam, não vendo como relevante para os estudos o papel do falante, por exemplo, bem como também vê o estruturalismo europeu e o estruturalismo americano configurando-se como um verdadeiro ponto de aproximação.

Todavia, o interesse de investigação das teorias, apesar de assemelhar-se pelo objeto de estudo (a língua), difere-se, necessariamente, nas perguntas estabelecidas para análise e, conseqüentemente, nas respostas obtidas e nas constatações feitas. Por conseguinte, isso exprime, portanto, a grandeza do objeto de estudo dessa grande área do saber – a Linguística.

REFERÊNCIAS

BERTUCCI, Roberlei Alves. O positivismo na teoria descritivista de Bloomfield. **Publicatio UEPG, Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes**, 2008. Disponível em: <https://repositoriocopia.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/550>. Acesso em: 20 jun. 2025.

BLOOMFIELD, Leonard. **Language**. Holt, Rinehart and Winston, 1961.

CHOMSKY, Noam. **Aspectos da teoria da sintaxe**. MEIRELES, José Antonio; RAPOSO, Eduardo Paiva (Trad.). 2. ed. Coimbra: Armênio Amado, 1978.

CHOMSKY, Noam. **Linguagem e mente**: pensamentos atuais sobre antigos problemas. LOBATO, Lúcia (Trad.). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

COSERIU, Eugenio **Competencia lingüística**: elementos de la teoría del hablar.

BLANCO, Francisco Meno (Trad.). Madrid: Gredos, 1992.

COSTA, Marcos Antonio. Estruturalismo. **Manual de linguística**, v. 2, p. 113-126, 2008.

CUNHA, Angélica Furtado da; COSTA, Marcos Antonio; MARTELOTTA, Mário Eduardo Linguística. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo *et al.* **Manual de Linguística**. São Paulo: Parábola, 2008.

ETTO, Rodrigo Mazer; CARLOS, Valeska Gracioso. A língua e a linguagem em três perspectivas. **Linguagens & Cidadania**, Santa Maria (RS), v. 20, p. 1-16, 2018.

LYONS, John. **Linguagem e Linguística**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

MARRA, Daniel. Os níveis da linguagem: a teoria linguística de Eugenio Coseriu. **Alfa**, São Paulo, v. 67, p. 1-24, 2023.

NASI, Lara. O conceito de língua: um contraponto entre a Gramática Normativa e a Linguística. **Revista Urutágua – revista acadêmica multidisciplinar (DCS/UEM)**, Maringá (PR), n. 13, p. 1-9, 2007.

NEUMANN, Daiane; ANJOS, Aroldo Garcia dos. Dos limites da redução do pensamento saussuriano ao movimento estruturalista. **Leitura**, Maceió, v. 1, n. 62, p. 315-332, 2018.

MARRA, Daniel. Os níveis da linguagem: a teoria linguística de Eugenio Coseriu. **Alfa**, São Paulo, v. 67, p. 1-24, 2023.

PERINI, Mário. A. **A gramática gerativa: introdução ao estudo da sintaxe portuguesa**. 2. ed. Belo Horizonte: Vigília, 1985.

ROBINS, Robert Henry. A linguística comparativa e histórica do séc. XIX. In: ROBINS, , Robert Henry. **Pequena história da linguística**. BARROS, Luiz Martins Monteiro de (Trad.). Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983. p. 132-159.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 1970.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. BALLY, Charles; SECHEHAYE, Albert (Orgs.). Colaboração de Albert Riedlinger. São Paulo: Cultrix, 2012.

VIOTTI, Evani de Carvalho. **Introdução aos estudos linguísticos**. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

[laŋ.gwiɗʒ]

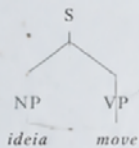
sistema de signos
da comunicação



*as palavras
são pontes
entre o silêncio
e o sentido.*

metáfora

VI – CARTOGRAFIAS DE PESQUISA – LITERATURA: POÉTICAS, CULTURA E MEMÓRIA



polissemia

*nizete,
entre
linhas,
o leitor
se escreve.*



MEMÓRIA, ESPAÇO E REPRESENTAÇÃO DA INFÂNCIA NO CONTO “O CASO DA BORBOLETA”, DE GEOVANI MARTINS

Maria Clara de Lima Barros (Ufal)
Rosária Cristina Costa Ribeiro (Ufal)

Chão da infância. Algumas lembranças me parecem
fixadas nesse chão movediço (Lygia Fagundes Telles).

INTRODUÇÃO

As complexas relações existentes entre arte e memória são históricas e permanecem vivas na contemporaneidade. Na Antiguidade, *Mnemosine*, a deusa da reminiscência, era também a musa da epopeia, visto que a narrativa épica tinha como função primeira a conservação da memória dos feitos heroicos de um povo ou nação (Le Goff, 2003). Por outro lado, em diversas culturas africanas, a figura do griô ocupa um papel central como guardião da memória, sendo responsável pela transmissão de saberes, narrativas, genealogias e valores por meio da oralidade. Como afirma Sisto (2012, n.p.), o griô africano exerce, ainda hoje, a função de “servir de memória viva para seu povo”, assegurando a preservação e a continuidade de uma história compartilhada.

Assim, nota-se a importância da linguagem (oral, no caso da Antiguidade e da tradição africana) para o propósito de perpetuar a memória. Ampliando essa discussão, Aleida Assmann (2011, p. 268) aponta que:

A língua é o estabilizador mais poderoso das recordações. É muito mais fácil lembrar-se de algo que tenha sido verbalizado do que de algo que nunca tenha sido formulado na linguagem natural. Quando ocorre a verbalização, não nos lembramos mais dos acontecimentos em si, mas da nossa verbalização deles. Os signos linguísticos funcionam como nomes, com os quais objetos e situações podem ser evocados novamente.

Nesse sentido, a recordação ocorre também por meio da escrita, tida como um dos principais recursos de registro e preservação da memória, seja individual ou coletiva, já que ela é “o rastro mais duradouro que um homem pode deixar, uma marca capaz de sobreviver à morte de seu autor e de transmitir sua mensagem” (Gagnebin, 2018, p. 112). Esse rastro não se constrói de modo isolado, mas integra uma rede discursiva na qual diferentes vozes se entrecruzam. Segundo Mikhail Bakhtin (1997, p. 291), “cada enunciado é um elo da cadeia muito complexa de outros enunciados”. Em consonância com essa ideia, escrever é inscrever-se em uma longa cadeia de enunciação histórica, social e cultural da língua e da literatura. A escrita do texto literário pode ser compreendida, assim, como reelaboração de uma memória que modifica e desloca tanto o anteriormente lido quanto o anteriormente vivido.

Essa compreensão permite atribuir à escrita literária a possibilidade de elaborar a memória (individual, coletiva, cultural), visto que o escritor não apenas mobiliza lembranças próprias, mas também dialoga com discursos, linguagens e experiências que o antecedem e o atravessam socialmente. É nesse horizonte que a produção literária de Geovani Martins se apresenta como campo pertinente de pesquisa.

Geovani Martins nasceu em Bangu, no Rio de Janeiro, e morou nas favelas da Rocinha, Barreira do Vasco e Vidigal. Antes de consolidar a sua carreira como escritor, trabalhou como “homem-placa”, atendente de lanchonete, auxiliar em quiosques de praia e distribuidor

de panfletos (experiências que marcaram a sua juventude e o ajudaram a compor o repertório que alimenta a sua literatura).

O sol na cabeça é o seu livro de estreia, publicado em 2018, uma coletânea de 13 contos que narram diferentes histórias de infância e juventude nas periferias do Rio de Janeiro. Essa obra foi finalista do Prêmio Jabuti em 2019 e, em 2025, foi divulgada na lista dos 25 melhores livros de literatura brasileira do século XXI, pela *Folha de S. Paulo*. Além disso, está em processo de adaptação para o cinema.

Considerando essa trajetória, é importante observar a notória influência da vivência do autor na capital fluminense em suas narrativas oscilantes entre Zona Oeste e Zona Sul da cidade, regiões onde morou e que são ambientes de seus textos. Nesse percurso interurbano, o discurso literário se revela por meio da pluralidade de linguagens, na medida em que o escritor se utiliza da linguagem do morro, do registro coloquial e com suas expressões e gírias particulares da oralidade, em alguns contos, enquanto em outros perpassa pela norma culta do português tido como canônico. Essa transição acontece espontaneamente e demonstra o domínio linguístico do autor ao utilizar esse recurso para mimetizar o rosto miscigenado do Brasil.

Nesse contexto, a miscigenação (compreendida para além do sentido estritamente racial, abrangendo também misturas étnicas e o cruzamento de classes sociais) pode ser entendida como o tema central da obra e o fio condutor que reúne todos os contos em um mesmo propósito: o de contestar a hierarquização existente entre o centro e a margem e tratar aqueles que foram excluídos do centro urbano como detentores de uma literatura em culminância.

Além disso, é comum ao leitor, em alguns contos, a sensação de estar diante de uma ficção que se confunde com relato memorialístico, ao mesmo tempo em que a voz narradora é coletiva e ultrapassa as regiões mencionadas pelo autor. Essa lógica integra uma configuração recorrente no país e se manifesta de diferentes formas, não só

entre os centros urbanos e as periferias, mas também na relação entre capital e interior, ou, ainda, entre regiões historicamente privilegiadas e aquelas marcadas por desigualdades sociais e econômicas, possibilitando que leitores de distintas localidades reconheçam nas narrativas experiências que lhes são familiares.

O percurso desenvolvido neste estudo dialoga com os estudos memorialísticos, especialmente no que se refere à escrita da infância como prática de elaboração da memória. Pretende-se, portanto, investigar, de modo amplo, a obra **O sol na cabeça**, a fim de estabelecer relações entre a memória e a escrita no conto escolhido para compor o *corpus* da análise. Na obra, cinco dos 13 contos apresentam personagens infantis. Em quatro deles, as crianças ocupam o papel de protagonistas; em outro, a narrativa é centrada em um personagem adulto que rememora sua infância. Esse dado evidencia a importância de refletir sobre a representação da infância e os processos de elaboração da memória nesse período da vida, uma vez que as experiências infantis, tal como sugere a epígrafe deste trabalho, não se apresentam como registros estáveis, mas como lembranças reconstruídas sobre um terreno móvel e sujeito à reelaboração.

Este texto constitui um recorte da dissertação de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura, da Faculdade de Letras, da Universidade Federal de Alagoas, pela linha de pesquisa “Poéticas, Cultura e Memória”. Neste formato, o trabalho concentra-se na análise de um dos contos do livro, “O caso da borboleta”, ao observar de que maneira os recursos narrativos estruturam o ponto de vista do narrador, além de evidenciar a infância como campo de produção de sentidos no texto.

2. A ESCRITA DA INFÂNCIA COMO ELABORAÇÃO DA MEMÓRIA

Ao investigar a constituição social da infância, Philippe Ariès (1986, p. 156) aponta que, na sociedade medieval, não havia a consci-

ência da infância como fase distinta da vida, o que implicava a inserção da criança no universo adulto:

Na sociedade medieval, que tomamos como ponto de partida, o sentimento da infância não existia — o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia. Por essa razão, assim que a criança tinha condições de viver sem a solicitude constante de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes.

Desse modo, a ideia de infância é uma construção histórica, vinculada à maneira como cada sociedade percebe e organiza as etapas da vida. Essa compreensão histórica repercute diretamente no campo da linguagem e da literatura, uma vez que o reconhecimento da infância como etapa singular condiciona as formas de representação da criança nos discursos culturais. Na literatura brasileira contemporânea, a criança pode emergir como tema, como conceito e/ou como poética, isto é, por meio da sua presença como personagem, como símbolo para as noções de inocência/pureza e/ou como um novo modo de ver e criar o mundo (Mata, 2015).

Além disso, nota-se que a infância é frequentemente caracterizada pela impossibilidade de falar, considerando a origem semântica das palavras “infante”, “infância” e demais cognatos: “*in* = prefixo que indica negação; *fante* = particípio presente do verbo latino *fari*, que significa *falar, dizer*” (Lajolo, 1997, p. 229, grifo da autora). Portanto, assim é a forma como, às vezes, a criança é representada no texto literário:

É nesse espaço que a fala da criança, enquanto voz que se articula no texto, pode ser um atestado de superação da infância. Artificiosa, essa fala quase sempre é elaborada por um autor/narrador/personagem adulto que retoma uma infância, sua ou não. Desse modo, ela contém em si mesma o atestado de que não é uma fala infantil, pois o in-fante não fala, não diz, não se faz ouvir. Essa aparente impossibilidade, no entanto, tenta ser superada pelo exercício da memória ou da observação. É aí que entra o narrador que lembra ou o narrador que descreve (Mata, 2015, p. 17).

Nesse sentido, o autor propõe que a voz literária esteja comprometida não só com a tematização e a metaforização em torno da ideia de infância, mas também com o rompimento desse silenciamento, por meio do qual a criança possa se inscrever como sujeito social. No livro de Geovani Martins, essa inscrição é mediada sempre por um narrador observador, tendo em vista que a escolha pela narração em terceira pessoa ocorre em todos os contos que possuem personagens crianças. Isso pode ser justificado justamente pela concepção de que a criança, na posição de infante, como afirma Lajolo (1997, p. 230), “não ocupa a primeira pessoa nos discursos que dela se ocupam”. No entanto, essa característica é tensionada pelo exercício da memória, que permite representar a infância no texto literário por intermédio de uma voz adulta que recorda, observa e/ou interpreta esse período da vida.

Nesse contexto, Pajolla (2015, p. 105) afirma que

A infância é o espaço da memória, revisitada e reinventada por narradores à procura de segredos sepultados, que tentam reorganizar imagens fragmentadas e encontrar respostas para os conflitos identitários do presente.

A relação entre a escrita da infância e o texto memorialístico, portanto, revela-se fundamental para compreender o modo como

o texto literário constrói a figura da criança a partir de uma condição de silenciamento, uma vez que a memória transforma o silêncio em relato articulado que confere voz, subjetividade e presença à experiência infantil.

3. A REPRESENTAÇÃO DA INFÂNCIA NO CONTO “O CASO DA BORBOLETA”

3.1. “Ninguém nasce borboleta”: memória e amadurecimento na infância

Nesse conto, o narrador observador apresenta a perspectiva de Breno, um menino de 9 anos que formula pensamentos sobre o caso de uma borboleta que entra em sua casa durante a noite. Tudo começa quando ele vai até a cozinha em busca de algo para comer, evitando acordar a avó, que dormia na sala. Nesse ínterim, uma borboleta entra em sua casa, voa cambaleante até cair em uma panela cheia de óleo, em cima do fogão, de frente para uma grande janela com vista para o quintal. Breno, rapidamente, tira a borboleta do óleo que, embora esteja frio, é capaz de ameaçá-la.

A partir disso, é possível estabelecer interpretações acerca da superfície do óleo que, por ter propriedades reflexivas, pode gerar luz ou pontos de brilho que atraem as borboletas, sobretudo, as mariposas, conhecidas popularmente como borboletas noturnas. Segundo o narrador: “a borboleta voa na direção do fogão e, assim que chega em cima da panela, cai no óleo como se tivesse sido atraída pra lá igual quando Breno atrai moedas com o seu ímã” (Martins, 2018, p. 34). Desse modo, ao buscar, como comumente vemos, a liberdade presente na figura da janela, o animal prende-se a uma matéria viscosa, escorregadia e aderente, que o impede de alçar voo rumo à saída. Apesar da intenção de Breno de salvá-la, a borboleta morre após o incidente.

É recorrente a metáfora do ciclo da vida relacionada à metamorfose da borboleta. Conforme o **Dicionário de Símbolos**:

O homem [...] segue, da vida à morte, o ciclo da borboleta: ele é, na sua infância, uma pequena lagarta, uma grande lagarta na sua maturidade; ele se transforma em crisálida na sua velhice; seu túmulo é o casulo de onde sai a sua alma que voa sob a forma de uma borboleta (Chevalier; Gheerbrant, 2001, p. 139).

À primeira vista, essa metáfora é o que orienta a análise desse conto de Geovani Martins, principalmente porque o narrador evidencia o seguinte pensamento de Breno: “ninguém nasce borboleta”. Nesse sentido, o leitor é levado a crer que a narrativa se constrói em torno da maturidade do personagem, presente no símbolo da lagarta que se torna borboleta. No entanto, ao atingir o último estágio de sua transformação, a borboleta alcança o fim de sua vida, do modo como foi descrito na narrativa. Há, portanto, uma quebra de expectativa que subverte a ideia tradicional de metamorfose como um processo positivo de amadurecimento e libertação. Por outro lado, a liberdade é diretamente confrontada com a vulnerabilidade: ao sair do casulo, tido como abrigo protetivo, mas também aprisionador, a borboleta enfrenta o risco de sua fragilidade.

Somado a isso, o enunciado “ninguém nasce borboleta” aparece logo no início do conto e se repete ao longo da narrativa:

‘Ninguém nasce borboleta’, pensou Breno. Depois disse baixinho: ‘A borboleta é um presente do tempo’. Lá fora, ela, a borboleta, não pensava nada disso. Ocupava-se em voar pela noite de árvore em árvore. Era azul e sem dúvida um dia havia sido lagarta. Breno tem nove anos e é uma criança, a lagarta é como se fosse uma borboleta criança, mas quando Breno for adulto vira homem e não borboleta, e homens não voam. Sonho de Breno é voar, seja como piloto de avião ou jogador de futebol. Como borboleta, Breno nunca chegou a pensar, tem nove anos, mas sabe que é menino e não lagarta. A avó de Breno sempre diz: ‘Lagarta queima o dedinho e come planta, mas vira borboleta. ‘Ninguém

nasce borboleta'. Agora o menino pensa e olha a borboleta na janela (Martins, 2018, p. 33).

Nesse trecho, é interessante perceber que essa frase aparece entre aspas, apenas nas duas primeiras vezes, e que esse é um sinal de pontuação utilizado, principalmente, para indicar uma fala ou um pensamento de outra fonte. Por meio do narrador, deduzimos que Breno apenas reproduz a citação da sua avó, sem, no entanto, compreendê-la por completo. Após o contato com o caso da borboleta, e sem interferência da matriarca cuja ausência se justifica posteriormente, o menino finalmente afirma, por meio do discurso indireto livre, aquilo que sempre ouviu, mas só agora foi capaz de assimilar. Ninguém nasce borboleta.

Pela terceira, e última vez, o enunciado se repete, nas linhas finais do texto, agora, sem aspas e integrado à voz do narrador, indicando uma mudança significativa: o que antes era saber alheio torna-se parte de um pensamento próprio. Ao vivenciar a morte da borboleta, Breno “epifaniza” a metáfora e começa a vislumbrar os desafios do crescimento, reconhecendo que tornar-se borboleta, talvez, signifique não concretizar o seu sonho de voar.

Desde o início da narrativa, o personagem admira a borboleta tanto por sua habilidade de voar quanto por sua aptidão para se transformar. Porém, após presenciar o episódio da sua morte, marcada pelo mergulho no óleo, ele conhece os limites e a fragilidade do inseto. A partir desse momento, sua admiração ganha uma nova dimensão: a consciência da vulnerabilidade da vida. Breno, por fim, decide que “a borboleta seria seu bicho preferido, caso não passasse mal por conta daquela lambidinha no dedo” (Martins, 2018, p. 35). A condição imposta pelo garoto é um gesto de quem conheceu a borboleta por inteiro, inclusive, pelo curioso mecanismo de defesa: o pozinho das asas. Tudo isso é relevante, pois enfatiza o processo de amadurecimento na infância, por meio da compreensão da vida em sua complexidade.

3.2. Espaços de transformação: o quarto, a cozinha e a janela

Com base nas reflexões sobre o processo de amadurecimento vivido por Breno, torna-se pertinente observar os espaços em que se desenvolvem os principais acontecimentos do conto, especialmente o quarto e a cozinha. Antonio Dimas (1985, p. 20), apoiado nas concepções teóricas de Osman Lins, trata da diferenciação entre espaço e ambientação e explica que: “exige-se do leitor perspicácia e familiaridade com a literatura para que o espaço puro e simples (o quarto, a sala, a rua, o barzinho, a caverna, o armário etc.) seja entrevisto em um quadro de significados mais complexos”. Nesse sentido, o espaço descrito na obra literária, de maneira literal, posteriormente, pode alcançar uma dimensão simbólica por meio da percepção da ambientação.

Em diálogo com essa perspectiva, Gaston Bachelard (1993, p. 26) contribui para aprofundar a leitura simbólica do espaço doméstico. Em relação à casa, o autor afirma: “a casa abriga o devaneio, a casa protege o sonhador, a casa permite sonhar em paz”, atribuindo-lhe a condição de espaço privilegiado da interioridade e da reflexão subjetiva. A partir disso, pretendo identificar os sentidos conotativos presentes na escolha de Geovani Martins em narrar os episódios em espaços específicos.

O quarto é um dos espaços mais íntimos de uma casa, visto que é onde o indivíduo recolhe-se para descansar, longe da movimentação dos outros cômodos. Simbolicamente, o quarto favorece a subjetividade, a memória pessoal, o devaneio, a reflexão silenciosa e a impressão de segurança (Bachelard, 1993) (elementos que, no contexto da leitura, se manifestam no pensamento de Breno ao final da narrativa):

Pegou o biscoito e foi para o quarto. Começou a comer, era de chocolate e era bom. Ainda assim, não conseguia esquecer a borboleta nadando no óleo. Seu corpo inteiro afundado no óleo. Logo começou a imaginar como seria se fosse ele, mergulhado no óleo numa panela gigante que cabe criança. [...] Comia o biscoito e ima-

ginava. Lambeu o dedo que havia colocado na panela pra imaginar melhor seu corpo no óleo. [...] Lambeu, e o gosto era péssimo. Muito pior que o gosto do biscoito de chocolate. Lembrou de sua avó que dizia que o pozinho da borboleta, se batesse no olho, deixava cego, ficou com medo de passar mal. [...] Deitou na cama, sua cabeça realizou os últimos mergulhos no óleo. Começou a pensar em não passar mal por conta do pozinho da borboleta. Ninguém nasce borboleta. Sentiu medo e uns trechos no estômago, se apavorou achando que era consequência do pozinho que cega quando cai no olho, e depois dormiu (Martins, 2018, p. 35-36).

A ideia do quarto se aproxima da imagem de um casulo, tal como o da borboleta descrita no conto, ambos são espaços de interioridade e transformação. Em seu quarto-casulo, Breno imagina-se não apenas borboleta, mas borboleta que, ao fim do processo metamórfico, mergulha num recipiente enorme e cheio de óleo. Enquanto come biscoito de chocolate, o garoto experimenta um confronto de sabores: o doce do biscoito e o indigesto do óleo (misturado ao pozinho da borboleta, que causa medo).

Assim como para a borboleta atraída até a panela, para Breno o óleo também se apresenta como obstáculo, não de maneira simplória ao seu paladar, mas como entrave diante da possibilidade de libertar-se da infância. O gosto contrastante e persistente do óleo simboliza a ruptura com a doçura da inocência, que garante a proteção em seu casulo, marcando o início de uma consciência mais complexa da vida. Esse processo de amadurecimento é representado, como visto anteriormente, pelo recurso narrativo que funde a voz do narrador e o pensamento do personagem, permitindo que o enunciado “ninguém nasce borboleta” seja elaborado exclusivamente no quarto, onde a experiência é interiorizada e ressignificada.

Por outro lado, a cozinha é, tradicionalmente, o local onde a comida é preparada e, muitas vezes, também onde ela é compartilhada.

da. Portanto, pode-se afirmar que a cozinha é um espaço de convívio. A característica marcante na descrição da cozinha de Breno é a presença de uma janela (aquela por onde a borboleta entrou, dando início aos acontecimentos narrados), em vez de um vitrô:

Na cozinha a janela estava aberta. Era uma janela enorme e dava de frente pro quintal da casa. Algumas vezes Breno ouviu gente falando como era engraçado aquela janela na cozinha. A avó sempre explicava que, antes de cozinha, ali havia sido quarto, e por isso a tal janela. Breno achava normal. Desde que tem lembrança, ali é cozinha e tem janela e ele adora. Enquanto sua avó faz o almoço, ele olha para o mundo. O azar é daqueles que não têm janela na cozinha (Martins, 2018, p. 34).

O fato de a cozinha estar inserida em um ambiente que inicialmente foi projetado para ser um quarto é significativo. É possível dizer, simbolicamente, que o que antes era quarto se *metamorfoseou* em cozinha. Nesse sentido, a janela herdada do antigo cômodo representa a tensão entre os limites do íntimo (associado à imagem do quarto-casulo) e do social (característico da cozinha, entendida como o lugar da circulação cotidiana). À luz das reflexões de Bachelard (1993, p. 51), a janela pode ser compreendida como um ponto sensível de contato entre interioridade e exterioridade, uma vez que, ao afirmar que “a lâmpada à janela é o olho da casa”, o filósofo atribui a esse elemento a função de expor e, ao mesmo tempo, vigiar o espaço doméstico.

Por fim, a metamorfose do espaço reflete o próprio processo vivido por Breno, visto que a janela funciona como via de entrada para a experiência que desencadeia o amadurecimento do personagem. Assim, a infância (ou a memória da infância) configura-se como um território de passagem, marcado pela exposição ao mundo, pelo contato com o perigo e pela assimilação precoce de experiências que tensionam os limites da inocência.

CONCLUSÃO

Neste trabalho, a análise proposta para o conto “O caso da borboleta”, de Geovani Martins, permitiu observar, à luz dos estudos da memória e dos aspectos da narrativa, de que modo o texto literário aciona processos memorialísticos para construir a experiência do personagem.

Para isso, o diálogo com estudos que investigam a representação da infância e os processos de elaboração da memória nesse período da vida mostrou-se particularmente produtivo, considerando que o protagonista do conto é uma criança. As reflexões teóricas contribuíram para compreender como a infância é figurada na literatura e de que maneira as lembranças são registradas, reconstruídas e significadas no interior do texto.

Assim, foi possível identificar os sentidos conotativos mobilizados pelos recursos ficcionais, como o uso do discurso indireto livre e a escolha por narrar em espaços específicos. Esses elementos incidem diretamente sobre o enredo, conferindo densidade simbólica às ações narradas e à representação do processo de amadurecimento do personagem.

Ao articular memória, espaço e representação da infância, este trabalho busca demonstrar como a obra de Geovani Martins se apresenta de modo pertinente às pesquisas que compreendem a infância sendo chave interpretativa, contribuindo, portanto, para ampliar as possibilidades de leitura acerca das relações entre memória e literatura.

REFERÊNCIAS

- ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. FLAKSMAN, Dora (Trad.). 2. ed. Rio de Janeiro, Guanabara, 1986.
- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. SOETHE, Paulo (Coord.\Trad.). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.
- BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. DANESI, Antonio de Pádua (Trad.). São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. PEREIRA, Maria Ermantina Galvão G. (Trad.). São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de Símbolos**. COSTA E SILVA, Vera da *et al.* (Trads.). 16. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.
- DIMAS, Antonio. **Espaço e romance**. 1. ed. São Paulo: Ática, 1985.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2018.
- LAJOLO, Marisa. Infância de papel e tinta. *In*: FREITAS, Marcos César (Org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. FERREIRA, Irene *et al.* (Trad.). Campinas, SP, 2003.
- MARTINS, Geovani. **O sol na cabeça**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- MATA, Anderson Luís Nunes da. Infância na literatura brasileira contemporânea: tema, conceito, poética. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 46, p. 13-20, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/elbc/a/7rczfDHSXFRhB7MXS6xCwQv/?lang=pt>. Acesso em: 15 jul. 2026.
- PAJOLLA, Alessandra Dalva de Souza. Bastardos e órfãos contemporâneos: a arqueologia da infância nos romances de filiação. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 46, p. 105-116, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/elbc/a/TvwmBhp77nQckfJmHRQd4mK/?lang=pt>. Acesso em: 15 jul. 2026.
- SISTO, Celso. O conto popular africano: a oralidade que atravessa o tempo, atravessa o mundo, atravessa o homem. **Tabuleiro de Letras**, v. 3, n. 1, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/tabuleirodeletras/article/view/131>. Acesso em: 15 jul. 2026.



MULHERES ENTRE JUSTIÇA E (AUTO)DESCOBERTA: O SAGRADO IRRELIGIOSO E A JORNADA FEMININA NO ROMANCE DETETIVESCO CONTEMPORÂNEO

Helen Maika Brasil Bezerra (Ufal)
Rosária Costa Ribeiro (Ufal)

INTRODUÇÃO

O presente artigo faz parte de minha trajetória de pesquisa iniciada ainda na graduação em Letras, motivada pela inquietação em torno da representação e da representatividade das personagens femininas na ficção detetivesca contemporânea.

Naquele momento inicial, meu interesse voltou-se especialmente para produções audiovisuais espanholas, como as séries *Malaka* (RTVE, 2019) e *La caza: Monteperdido* (RTVE, 2019), nas quais observei um deslocamento significativo da figura tradicional do detetive masculino para protagonismos femininos atravessados por dilemas éticos, afetivos e subjetivos.

Essas narrativas já indicavam uma ampliação do campo investigativo em que mergulharia tempos depois, em que a resolução do crime não se dava apenas pela lógica dedutiva, mas também pela mobilização das experiências pessoais, das memórias e afetos.

Com o ingresso no mestrado, tal inquietação desdobrou-se em uma investigação mais ampla sobre a escrita de mulheres no ro-

mance detetivesco contemporâneo, sobretudo, no contexto brasileiro. Ao longo desse percurso, tornou-se cada vez mais evidente que, para além da elucidação do enigma criminal, muitas dessas narrativas investem em processos de autodescoberta das protagonistas.

Esses processos são frequentemente mediados por experiências simbólicas que escapam à racionalidade estrita do modelo clássico do gênero, acionando dimensões como o corpo, a intuição, a memória e formas não institucionalizadas de espiritualidade.

Nesse contexto, o sagrado emerge como uma categoria central da nossa análise, compreendido aqui não como prática religiosa formal ou institucional, mas como experiência simbólica, subjetiva e irreligiosa. Trata-se de um sagrado que se manifesta em rituais cotidianos, pressentimentos, encontros e desencontros liminares e imagens simbólicas, funcionando como operador narrativo e como elemento estruturante na construção dessas personagens femininas.

Embora o romance detetivesco tenha sido historicamente associado à razão, à lógica e à restauração da ordem social, observamos, na contemporaneidade, um movimento de transgressão dessas bases, especialmente quando a autoria feminina ocupa o centro do gênero.

Nessas narrativas, o foco da investigação desloca-se da exterioridade do crime para uma investigação que é também interior, na qual, a busca pela verdade envolve, simultaneamente, a compreensão do mundo e de si. Identificamos, assim, uma lacuna nos estudos que articulem a ficção detetivesca escrita por mulheres no Brasil contemporâneo às categorias do sagrado irreligioso e da jornada feminina.

Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar de que maneira a vivência do sagrado, compreendida como experiência simbólica, não institucionalizada e irreligiosa, atua simultaneamente como eixo de investigação criminal e como catalisador de processos de autodescoberta das personagens femininas nos romances **Mulheres empilhadas** (2019), de Patrícia Melo; **No fio da noite** (2001), de Ana Teresa

Jardim, e **Os seios de Pandora** – uma aventura de Dora Diamante (1998), de Sonia Coutinho.

Partimos da hipótese de que essas obras anunciam novas possibilidades narrativas para o romance detetivesco brasileiro e contribuem para a reconfiguração da figura feminina no gênero.

2. O ROMANCE DETETIVESCO CONTEMPORÂNEO E A ESCRITA DE MULHERES

Desde suas origens, no século XIX, o romance detetivesco consolidou-se como um gênero marcado pela centralidade da razão, da lógica dedutiva e da crença na possibilidade de restauração da ordem social por meio da investigação. Conforme assinala Reimão (1990), o detetive clássico opera como figura mediadora entre o caos do crime e a estabilidade da sociedade. No entanto, ao longo do século XX e, sobretudo, no início do século XXI, esse modelo passou por transformações significativas.

Autores(as) modernos(as) e contemporâneos(as) passaram a tensionar as bases do gênero, incorporando ambiguidades morais, instabilidades subjetivas e conflitos sociais que desafiam a lógica da resolução plena do enigma. Como observa Massi (2009), o romance policial contemporâneo, por exemplo, frequentemente abandona a ilusão de transparência do mundo e da verdade, dando lugar a narrativas fragmentadas e abertas (Matias, 2013).

Nesse cenário, a entrada mais expressiva de mulheres como autoras do gênero provocou deslocamentos importantes, tanto na configuração das personagens quanto nas estruturas narrativas, como pode-se ver com a Miss Marple, de Ágatha Christie. As detetives criadas por escritoras tendem a operar em zonas de ambiguidade, nas quais o exercício da investigação se entrelaça a conflitos identitários, experiências corporais e questões de gênero tendo em vista, principalmente o lugar de onde falam. A investigação deixa de ser apenas um procedimento técnico e passa a envolver dimensões afetivas e existenciais.

No contexto brasileiro, essas reconfigurações ganham contornos específicos ao dialogar com questões sociais, culturais e históricas locais. Autoras como Patrícia Melo, Ana Teresa Jardim e Sonia Coutinho inscrevem suas narrativas em determinados espaços marcados por violência, desigualdade e silenciamentos, ao mesmo tempo em que exploram formas alternativas de conhecimento e interpretação do mundo. O crime, nessas obras, não se apresenta como evento isolado, mas como sintoma de estruturas sociais mais amplas (Matias, 2013).

3. O SAGRADO IRRELIGIOSO COMO EXPERIÊNCIA SIMBÓLICA

A noção de sagrado mobilizada neste estudo distancia-se de uma compreensão estritamente religiosa ou institucionalizada. Dialoga-se, sobretudo, com as reflexões de Bulhões (2004) e Amaral (2003), que compreendem o sagrado como uma experiência profundamente humana, relacionada à atribuição de sentido, à imaginação e à vivência simbólica. Trata-se de um sagrado que se manifesta para além dos limites das instituições religiosas, inscrevendo-se no cotidiano, na arte e na experiência subjetiva.

Rudolf Otto (2007), ao definir o sagrado a partir da categoria do *numinoso*, enfatiza seu caráter irracional, ambivalente e avassalador. Embora essa perspectiva seja fundamental para a compreensão da experiência do sagrado, as leituras contemporâneas ampliam esse horizonte ao considerar suas manifestações estéticas, narrativas e culturais. Nesse sentido, o sagrado pode ser pensado como experiência que atravessa o corpo, a memória e a imaginação, sem necessariamente remeter a uma crença religiosa formal.

Nas narrativas detetivescas contemporâneas escritas por mulheres, essa experiência do sagrado frequentemente se articula à jornada feminina, conforme discutida por Murdock (1990). Diferentemente do modelo clássico da jornada do herói, centrado na conquista e no

retorno triunfal, a jornada feminina enfatiza processos de fragmentação, reconciliação interior e integração de opostos. Trata-se de um percurso marcado pela escuta do corpo, da intuição e das experiências simbólicas consigo e com os outros.

Nessas narrativas, o *modus operandi* de investigação se perde, assim, a detetive está entre papéis: já não se sabe o que é ser detetive, se é advogada, se é jornalista, se é prostituta. Mas o olhar de investigação é outro, mediado principalmente pela experiência, pela subjetividade que tanto antes foi negligenciada no ambiente jurídico, a sensibilidade torna-se tecnologia.

4. METODOLOGIA E *CORPUS*

Para articular experiência com o sagrado, a jornada feminina de autodescoberta e o modo detetivesco, foi necessário adotar uma abordagem interdisciplinar, articulando contribuições da fenomenologia, dos estudos do sagrado e da teoria literária e o método comparado diferencial.

Conforme destacam Neumann, Richter e Daudt (2021), a Literatura Comparada contemporânea não se limita à busca por semelhanças entre obras, mas privilegia o diálogo, o contraste e a diferença como eixos fundamentais da prática crítica.

A escolha pelo método comparado diferencial permite analisar o *corpus* de forma relacional, respeitando, justamente, essas singularidades de cada obra e, ao mesmo tempo, evidenciando os pontos de tensão e convergência entre elas. Essa perspectiva metodológica mostra-se especialmente produtiva para o estudo de narrativas que operam com registros simbólicos e subjetivos distintos.

O *corpus* desta pesquisa é composto pelos romances **Mulheres empilhadas** (2019), de Patrícia Melo; **No fio da noite** (2001), de Ana Teresa Jardim, e **Os seios de Pandora** – uma aventura de Dora Diamante

(1998), de Sonia Coutinho. A escolha dessas obras justifica-se pela centralidade de personagens femininas que atuam como investigadoras formais ou informais e pela presença significativa de experiências simbólicas do sagrado na condução da narrativa e na resolução dos crimes.

5. ANÁLISE

5.1 A água sagrada em Mulheres empilhadas

Em *Mulheres empilhadas*, a personagem-detetive desloca-se de São Paulo para a cidade de Cruzeiro do Sul, no Acre, a fim de acompanhar casos de feminicídio a serviço do escritório em que trabalha. Esse movimento de deslocamento da personagem reflete também um movimento interno, marcado pela tentativa de fuga de um trauma recente, após ter sido vítima de agressão por parte do companheiro, Amir.

A obra divide-se em três planos narrativos, dentre os quais nos deteremos naquele que chamaremos de principal e no plano onírico. No primeiro, acompanhamos uma narrativa que se constrói entre memórias, traumas e o presente vivenciado no Acre. Já no plano onírico, emergem informações e memórias do subconsciente da personagem, mediadas, sobretudo, pela água sagrada, a *ayahuasca*. Para a medicina indígena, trata-se de cura; para outros, de uma substância psicoativa.

“Quer dar um mergulho?” Estava sempre me perguntando. Sua mãe era uma indígena na aldeia Ch’aska. “Você tem que conhecer os Ch’aska”. A cada dia, ele aumentava minha lista de “tem que”. “Você tem que entrar na floresta. Você tem que observar uma revoada do suiriri-valente. Você tem que nadar no rio Croa. Você tem que beber o ayahuasca” (Melo, 2019, p. 21).

Esse trecho evidencia, ainda na narrativa principal, o papel que a água assume como elemento estético-simbólico, funcionando como

mediadora da experiência do sagrado e da reorganização subjetiva da protagonista. É a partir desse convite insistente que a pesquisadora ingressa no outro plano narrativo, aquele da consciência de si.

explicou que a bebida nos abria muitos olhos, não olhos iguais aos nossos, que veem pedras e homens e bichos, são outros olhos, disse ela, olhos que veem o que está escondido, o avesso, o invisível, olhos que veem dentro do grão, do pensamento, dentro do céu, do buraco da noite, e também gente morta e espíritos, a menina tem que saber que vai vomitar, e isso é bom, deitamos para fora o que não presta, os feitiços, as zangas e enguiços, a menina quer beber carimi? (Melo, 2019, p. 65).

Para que o devaneio poético se sustente e alcance continuidade suficiente para se converter em escrita, não basta que ele se manifeste como um instante efêmero ou como uma disponibilidade ocasional. Conforme propõe Bachelard (2018), é necessário que esse devaneio encontre uma matéria que o acolha e o organize, isto é, um elemento material capaz de lhe conferir substância, regularidade interna e uma poética própria.

Desse modo, a água configura-se como imagem poética atravessada por símbolos que mobilizam as camadas mais íntimas da imaginação humana. Como observa Silva (2024), as imagens aquáticas não se reduzem a representações fixas ou meramente icônicas; elas emergem do devaneio e antecedem a forma, instaurando uma dimensão profunda e sensível da experiência.

Bachelard (1997) destaca ainda o caráter transitório da água, compreendida como elemento de passagem e de metamorfose ontológica entre o fogo e a terra. O ser que se volta para a água, segundo o autor, encontra-se em estado de vertigem, marcado por uma existência instável, em permanente transformação, na qual o morrer e o refazer-se se inscrevem continuamente no tempo do ser.

Nessa cena do ritual com a bebida, explicita-se uma forma de conhecimento que escapa à racionalidade jurídica e investigativa tradicional, acionando o corpo, o vômito e a visão ampliada como modos legítimos de interpretação do mundo.

Nesse contexto, a água opera como símbolo de purificação e de acesso a uma dimensão outra da realidade, permitindo à personagem enxergar aquilo que está oculto. Nesse sentido, o ritual não apenas fornece pistas para a investigação, mas também desencadeia um processo de reconexão da protagonista com sua própria experiência corporal e emocional, deslocando o eixo da investigação para uma dimensão simbólica.

5.2 A cigana como orientadora espiritual em *No fio da noite*

No romance **No fio da noite**, de Ana Teresa Jardim, deparamo-nos com a figura de Nena, investigadora argentina e profissional do sexo, que atua no Rio de Janeiro do início do século XX. É nesse cenário urbano marcado por desigualdades, silenciamentos e violências contra corpos femininos que a protagonista recebe a incumbência de investigar um feminicídio cuja vítima é uma colega de trabalho. Desde o início, a investigação se constrói em um terreno instável, atravessado por afetos, memórias e zonas de sombra que escapam ao modelo racional clássico da narrativa policial.

É nesse contexto que a cigana emerge como mediadora entre o mundo visível e o invisível, oferecendo à protagonista não apenas uma leitura do crime, mas uma leitura simbólica de si mesma. O encontro entre Nena e a cigana instaura uma ruptura na linearidade lógica da investigação ao introduzir elementos como intuição, pressentimento e interpretação simbólica, deslocando o eixo do saber investigativo para uma experiência liminar.

A fala da cigana, “*Não é nada. Tudo o que apareceu aí está enovelado nessa noite, como um tecido de fios espessos, emaranhados. É você*”

quem vai separar a trama” (Jardim, 2001, p. 23), evidencia uma concepção de investigação como gesto interpretativo e artesanal, no qual o sentido não é dado, mas tecido.

A metáfora do fio e da trama, recorrente na narrativa, aproxima o trabalho investigativo de práticas tradicionalmente associadas ao feminino, como o fiar, o tecer e o bordar, ressignificando-as como formas legítimas de conhecimento. A cigana, nesse sentido, não se configura apenas como personagem secundária ou exótica, mas como agente narrativo fundamental, responsável por deslocar a protagonista de um olhar exclusivamente externo sobre o crime para um mergulho em outros espaços, simbólicos, espirituais e subjetivos.

Ao orientar Nena a escutar os sinais que emergem da noite, dos sonhos e das sensações corporais, a cigana inaugura um processo de autodescoberta que se entrelaça de modo indissociável à investigação criminal. A resolução do enigma não se dá apenas pela coleta de indícios materiais, mas pela capacidade da protagonista de interpretar experiências que escapam à racionalidade instrumental, acolhendo o sagrado irreligioso como dimensão legítima de acesso ao sentido. Assim, o romance propõe uma forma de investigação que se constrói na fronteira entre razão e intuição, fazendo da experiência feminina um lugar de produção de conhecimento e não de “desvio narrativo”.

5.3 Símbolos, corpo e interpretação do crime em *Os seios de Pandora*

Em **Os seios de Pandora**, Sonia Coutinho constrói uma narrativa em que o olhar investigativo se organiza a partir de detalhes simbólicos, imagens fragmentadas e pressentimentos que orientam a leitura da personagem Dora Diamante. Diferentemente da investigação policial tradicional, o percurso da personagem não se ancora em provas objetivas, mas na possibilidade de reconstruir uma história a partir da resistência da memória de uma mulher morta. Essa reconstrução

ocorre por meio de objetos, relatos, denúncias, presenças e, sobretudo, ausências que configuram um espaço carregado de significação.

O crime, nesse romance, deixa de ser apenas um evento externo a ser decifrado e passa a ser compreendido como parte de uma experiência mais ampla, profundamente relacionada ao corpo feminino, à identidade e às formas de existir das mulheres. Há, nesse sentido, um entrelaçamento simbólico entre vítima e detetive, de modo que investigar a morte da outra implica revisitar feridas, silêncios e marcas que atravessam a própria subjetividade da investigadora.

A narrativa se estrutura a partir de uma lógica interpretativa na qual o corpo feminino funciona simultaneamente como espaço e história. Os objetos deixados, o vazio dos ambientes e os vestígios aparentemente banais tornam-se signos capazes de narrar o crime, deslocando o centro da investigação para aquilo que não é imediatamente visível. A ausência, longe de significar falta, adquire densidade narrativa e simbólica, constituindo-se como elemento organizador da memória e da leitura do mundo.

Os elementos do sagrado irreligioso manifestam-se de forma sutil, porém, decisiva, orientando tanto as escolhas da personagem quanto a leitura do cenário criminal. Não se trata de uma religiosidade institucionalizada, mas de uma abertura sensível para o simbólico, para aquilo que resiste ao apagamento e insiste em falar por meio do corpo, dos objetos e das lembranças. Assim, a investigação em **Os seios de Pandora** configura-se como um percurso interpretativo que ultrapassa o crime em si, tornando-se um exercício de escuta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises desenvolvidas ao longo deste trabalho permitem afirmar que, nos romances estudados, o sagrado irreligioso opera como um princípio estruturante de reorganização subjetiva e narrativa, incidindo diretamente sobre o modo como a investigação deteti-

vesca se constrói. Ao acompanharem crimes marcados pela violência contra mulheres, as protagonistas não apenas buscam a elucidação de um enigma externo, mas empreendem simultaneamente um percurso de autoinvestigação, no qual símbolos, experiências corporais e intuições assumem centralidade interpretativa.

Importa destacar que tal deslocamento não implica o abandono da racionalidade investigativa, mas sua ampliação. O que se observa nessas narrativas é a coexistência, por vezes, tensa, entre procedimentos clássicos do romance detetivesco e modos outros de produção de sentido, vinculados à escuta do corpo, da memória e do simbólico. Dessa forma, o sagrado irreligioso não se apresenta como instância mística ou transcendente, mas como uma categoria analítica capaz de nomear experiências que escapam à lógica instrumental sem, contudo, negá-la.

Antecipando uma possível objeção, cabe frisar que o movimento analítico aqui proposto não se confunde com uma psicologização das personagens nem com uma leitura espiritualizante do crime. Ao contrário, trata-se de compreender como essas narrativas mobilizam dispositivos simbólicos e corporais para dar conta de violências que, frequentemente, excedem os limites da explicação puramente factual. O crime, nesses romances, é também sintoma de estruturas sociais, históricas e afetivas que atravessam os corpos femininos e moldam suas formas de existência.

Outro ponto importante diz respeito à filiação dessas obras ao modo detetivesco. Longe de descaracterizá-lo, a incorporação de elementos intuitivos e simbólicos contribui para a reconfiguração contemporânea do gênero, aproximando-o de modalidades antidetetivescas e híbridas. A investigação permanece como eixo narrativo, mas passa a ser atravessada por questionamentos sobre quem investiga, a partir de quais lugares de saber e com quais instrumentos interpretativos. Nesse sentido, as obras analisadas dialogam criticamente

com a tradição do romance policial, ao mesmo tempo em que tensionam seus pressupostos fundacionais.

No que concerne à autoria feminina, as narrativas aqui examinadas evidenciam um gesto de escrita que problematiza dicotomias historicamente associadas ao pensamento moderno, como razão e intuição, público e privado, objetividade e subjetividade. Tal gesto não pressupõe uma essência feminina, mas emerge de experiências situadas, marcadas por trajetórias singulares e por condições históricas específicas, que é o caso das diferentes personagens aqui apresentadas. Assim, o feminino que se delineia nesses romances é múltiplo, é contraditório e em permanente negociação, afastando-se de qualquer leitura essencializante.

Por fim, este estudo contribui para os debates contemporâneos sobre o romance detetivesco, ao evidenciar que a investigação pode ser compreendida como prática interpretativa ampliada, capaz de acolher dimensões simbólicas, corporais e afetivas sem perder sua densidade crítica. Ao articular crime, subjetividade e sagrado irreligioso, as obras analisadas expandem os limites do modo detetivesco e oferecem caminhos possíveis para pensarmos as relações entre literatura, experiência de mulheres e modos alternativos de conhecimento.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Leila. O sagrado “demasiadamente humano” na arte contemporânea. **Ilha** – Revista de Antropologia, Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 57–75, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/15358>. Acesso em: 15 fev. 2025.

BACHELARD, Gaston. **A água e os sonhos**: ensaio sobre a imaginação da matéria. DANESI, Antônio de Pádua (Trad.). 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

BULHOES, Maria Amélia. Arte contemporânea, o pensamento irreligioso do sagrado. **As questões do sagrado na arte contemporânea da América Latina**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1997. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/>

bitstream/handle/10183/100033/Resumo_19990628.pdf?sequence=1. Acesso em: 15 jul.2026.

BULHÕES, Maria Amélia. **O imaginário da arte:** mitos e ritos na contemporaneidade. **Revista Cultura Visual**, Salvador, v. 1, n. 5, p. 57-65, 2003.

CARVALHAL, Tania Franco. **Literatura comparada**. São Paulo: Ática, 1986.

COUTINHO, Sonia. **Os seios de Pandora:** uma aventura de Dora Diamante. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

HOTT, Luís Otávio. Literatura e direito: a origem social da ficção de detetive. **Revista Vox**, [S. l.], n. 16, p. 142–164, 2023. Disponível em: <http://www.fadileste.edu.br/revistavox/index.php/revistavox/article/view/62>. Acesso em: 15 jul. 2026.

JARDIM, Ana Teresa. **No fio da noite**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2001.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935–952, 2014.

MALAKA. Direção: Marc Vigil; Carles Torrens; Chiqui Carabante. Produção: Javier Olivares. Espanha: RTVE, 2019. Série de televisão.

MASSI, Fernanda. O detetive do romance policial contemporâneo. **Revista Prolíngua**, João Pessoa, v. 2, n. 1, p. 80–95, jan./jun. 2009.

MATIAS, Marcus Vinícius. Cicatrizes urbanas: a violência através da lente do detetive ficcional. **Leitura** (UFAL), Maceió, v. 1, p. 221–246, 2012.

MELO, Patrícia. **Mulheres empilhadas**. São Paulo: LeYa, 2019.

NEUMANN, Gerson R.; RICHTER, Cintea; DAUDT, Marianna I. Diálogos transdisciplinares. In: NEUMANN, Gerson R.; RICHTER, Cintea; DAUDT, Marianna I. (Orgs.). **Literatura comparada, ciências humanas, cultura, tecnologia**. Porto Alegre: Class, 2021. p. 7–11.

OTTO, Rudolf. **O sagrado:** aspectos irracionais na noção do divino e sua relação com o racional. SCHLUPP, Walter O. (Trad.). São Leopoldo, RS: Sinodal; Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

REIMÃO, Sandra. **O que é o romance policial?** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

RIDD, Nina Luna. **Investigando um perfil:** representações da mulher detetive na literatura policial contemporânea inglesa e norte-americana. 2014, 131 f. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

SANTOS, Yuri Andrei Batista *et al.* Abordagens comparativistas nos estudos literários e interartes. **Linha D'Água**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 1–10, 2022. DOI: 10.11606/issn.2236-4242.v35i3p1-10.

SARDÁ, Daniela Nienkötter *et al.* A análise de discursos comparativa e outras abordagens comparativistas em ciências da linguagem. **Linha D'Água**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 1–15, 2022. DOI: 10.11606/issn.2236-4242.v35i2p1-15.

**GESTO DE JUSTIÇA POÉTICA E MEMÓRIA ESPACIAL:
A VIVÊNCIA DA MULHER NEGRA EM MOI, TITUBA,
SORCIÈRE... NOIRE DE SALEM, DE MARYSE CONDÉ**

Marilane Nascimento dos Santos (Ufal)
Rosária Cristina Costa Ribeiro (Ufal)

INTRODUÇÃO

A literatura produzida nas Américas em língua francesa tem se constituído como um espaço privilegiado para a problematização das heranças coloniais, das experiências diaspóricas e das narrativas historicamente silenciadas. Nesse contexto, a obra **Moi, Tituba, Sorcière... Noire de Salem**, da escritora caribenha Maryse Condé – publicada no Brasil como **Eu, Tituba, Bruxa Negra de Salem** – destaca-se por promover uma reescrita crítica da história, ao conferir voz, subjetividade e humanidade à personagem Tituba, mulher negra marginalizada tanto pelo discurso histórico quanto literário. A narrativa se configura, assim, como um gesto de justiça poética, ao deslocar o olhar hegemônico e reinscrever a vivência da mulher negra no centro da experiência histórica. Ressalta-se que, embora a obra tenha sido originalmente escrita em língua francesa, para este estudo foi utilizada exclusivamente a edição brasileira, traduzida por Natalia Borges Polessio, publicada em 2019, pela editora Rosa dos Tempos.

Este artigo é resultado parcial de uma pesquisa de dissertação desenvolvida no âmbito dos estudos literários e vincula-se à li-

nha de pesquisa *Literatura: Poética, Cultura e Memória*, do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas. Propõe-se, assim, uma análise do romance de Maryse Condé como uma oportunidade significativa de reflexão sobre a língua francesa no campo das Literaturas Estrangeiras Modernas, especialmente no que diz respeito às literaturas latino-americanas e caribenhas escritas em francês. A obra permite discutir questões relacionadas à memória, à espacialidade e à ancestralidade como elementos fundamentais na construção identitária da protagonista.

O objetivo central deste estudo é compreender de que modo as narrativas de resistência e identidade da mulher negra se constroem a partir da articulação entre memória, espaço e ancestralidade ao longo da trajetória de Tituba. Para tanto, a pesquisa adota uma abordagem de caráter bibliográfico e analítico, fundamentada na leitura crítica do texto literário, considerando os macroespaços e microespaços que atravessam a experiência da personagem, conforme a proposta da topoanálise desenvolvida por Borges Filho (2015).

A fundamentação teórica apoia-se nos aportes do feminismo negro, especialmente nas reflexões de autoras como Angela Davis (2016), bell hooks (2009), Djamila Ribeiro (2018) e Vilma Piedade (2024), cujas contribuições possibilitam pensar a interseccionalidade entre raça, gênero, classe e espacialidade presentes na narrativa. Destaca-se, nesse sentido, o conceito de dororidade, entendido como uma forma de solidariedade construída a partir da dor compartilhada entre mulheres negras, elemento que atravessa as experiências da protagonista e suas relações com outras personagens femininas.

Maryse Condé, reconhecida como umas das vozes mais relevantes da literatura caribenha contemporânea, elabora em **Moi, Tituba, Sorcière... Noire de Salem** uma narrativa que evidencia como os diferentes espaços, físicos, simbólicos e afetivos, influenciam a formação identitária de Tituba, suas relações sociais e suas estratégias de so-

brevivência e resistência frente às estruturas coloniais e patriarcais. Ao explorar as articulações entre memória, espaço, resistência e dororidade, este artigo busca contribuir para o aprofundamento das discussões acerca das complexidades culturais e sociais presentes nas literaturas das Américas escritas em língua francesa, ampliando o debate sobre identidade, gênero e solidariedade entre mulheres negras.

2 MEMÓRIA, ANCESTRALIDADE NA VIVÊNCIA DA MULHER NEGRA

A discussão acerca da memória, do silenciamento e da produção de subjetividades no contexto colonial exige compreender como o poder atua não apenas sobre os corpos, mas também sobre as possibilidades de fala, de reconhecimento e de inscrição histórica dos sujeitos subalternizados. Nesse sentido, Grada Kilomba afirma que “[...] a subalterna não pode, de fato, falar. Ela está sempre confinada à posição de marginalidade e silêncio que o pós-colonialismo prescreve” (Kilomba, 2020, p. 3), evidenciando que o silenciamento constitui um mecanismo estruturante do poder colonial. Tal silenciamento não se limita à interdição da fala, mas implica também a negação das condições sociais necessárias à constituição, transmissão e à legitimação da memória desses sujeitos.

A memória, nesse contexto, torna-se um elemento fundamental na construção da identidade, especialmente em realidades marcadas pela experiência colonial, pela diáspora e pelo apagamento histórico de sujeitos subalternizados. Conforme destaca Halbwachs (2006), a memória não se configura apenas como um processo estritamente individual, mas como uma construção coletiva, uma vez que recordar pressupõe a existência de referenciais sociais compartilhados. Para o autor, a memória consiste em um processo de reconstrução do passado, sendo impossível localizar as lembranças fora dos quadros sociais que lhe dão sentido (Halbwachs, 2006, p. 77).

Nessa perspectiva, não existe memória individual isolada, pois toda lembrança se ancora em experiências coletivas e nos grupos aos quais o sujeito pertence. Como afirma Halbwachs, a memória individual pode apoiar-se na memória coletiva para confirmar, completar ou reorganizar suas lembranças, ainda que siga um percurso próprio (Halbwachs, 2006, p. 49). Assim, quando determinados grupos são historicamente silenciados e marginalizados, suas memórias tendem a ser fragmentadas, deslegitimadas ou excluídas dos registros oficiais, uma vez que, conforme observa o autor, “[...] cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” (Halbwachs, 2006, p. 69).

No caso da mulher negra, a memória assume um caráter explicitamente político, na medida em que se apresenta como uma ferramenta de resistência frente às tentativas históricas de silenciamento e desumanização. Recordar, nesse sentido, não significa reviver passivamente o passado, mas reconstruí-lo a partir das demandas do presente, uma vez que, conforme a análise de Tognoli (2009), a memória, segundo Halbwachs, constitui sempre um trabalho ativo, atravessado pelas condições sociais contemporâneas. É nesse processo que a memória se transforma em experiência vivida e elaborada, pois, como afirma bell hooks, “nascemos e mantemos nossa existência no lugar da memória. Traçamos nossa vida por meio de tudo de que lembramos, do momento mais mundano ao mais majestoso” (hooks, 2022, p. 8).

A estrutura social colonial operava a partir das hierarquias rígidas de raça e gênero incidindo de maneira particularmente violenta sobre os corpos femininos negros. Nesse sentido, “a sociedade colonial caracterizava-se patriarcal e branca, voltando-se de modo extremo para as mulheres, fortemente para as negras” (Silva, 2023, p. 2), o que evidencia a condição de vulnerabilidade histórica dessas mulheres. Tal reflexão contribui para compreender como a exclusão de suas memórias do campo da memória histórica institucionalizada opera como mecanismo de dominação.

Conforme a leitura proposta por Tognoli (2009), Halbwachs compreende a memória coletiva diferente da memória histórica, uma vez que se constitui como um registro escrito, impessoal e institucional, enquanto aquela permanece vinculada às experiências vividas pelos grupos sociais (Tognoli, 2009 *apud* Halbwachs, 2006, p. 80-81). Desse modo, narrativas literárias como de Maryse Condé operam como espaços de reinscrição da memória coletiva, ao possibilitar a emergência de vozes historicamente silenciadas e ao recuperar experiências que foram excluídas da história oficial. Assim, a experiência de Tituba pode ser compreendida como uma forma de resistência memorial, que tensiona os limites da historiografia colonial e evidencia os mecanismos de opressão que atravessam a condição da mulher negra no contexto colonial.

Nas narrativas literárias que abordam a experiência da diáspora africana, a ancestralidade emerge como um eixo estruturante da subjetividade, funcionando como um elo entre o passado e o presente. A evocação dos antepassados não se restringe à recordação de eventos pretéritos, mas atua como um mecanismo de preservação cultural e de reafirmação identitária. Nesse sentido, Stuart (2006) compreende a identidade como um processo em constante construção, marcado pela memória, pela diferença e pela negociação com as heranças históricas, aspecto central para a compreensão das experiências femininas negras nas Américas.

A literatura produzida nas Américas escrita em língua francesa tem explorado de forma recorrente essas articulações entre memória e ancestralidade, evidenciando como tais elementos se manifestam na formação das personagens femininas negras. A memória, nesse contexto, ultrapassa a dimensão do trauma e passa a operar como um espaço de elaboração simbólica, permitindo às personagens reconfigurar suas experiências e produzir sentidos outros para sua existência. bell hooks (2009) ressalta que narrar a própria história constitui um gesto de resistência, sobretudo, para mulheres negras, cujas vozes foram his-

toricamente marginalizadas. Como afirma a autora: “[...] Conhecemos a nós mesmos por meio da arte e do ato de recordar. As memórias nos oferecem um mundo onde não há morte, onde somos sustentados pelos rituais de afeto e lembrança” (hooks, 2022, p. 8).

Nesse processo de elaboração memorial, também se deve considerar o papel das lembranças herdadas e das experiências que, mesmo não vividas diretamente, passam a integrar o imaginário coletivo. Como observa Pollak, “[...] são acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas, que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não” (Pollak, 1992, p. 201). Tal reflexão contribui para compreender a forma que a memória coletiva atua na constituição das identidades diaspóricas.

Além disso, a ancestralidade pode ser compreendida como espaço simbólico de pertencimento e continuidade, especialmente em contextos de deslocamento forçado e fragmentação cultural. Angela Davis (2016) aponta que a experiência histórica da mulher negra é atravessada por múltiplas opressões, mas também por formas específicas de organização, solidariedade e resistência, que se manifestam por meio da memória compartilhada e da transmissão de saberes entre gerações. Assim, a literatura torna-se um campo privilegiado para observar como essas dinâmicas se materializam no plano narrativo, uma vez que “incorporaria os elementos que pertencem à esfera do sensível e do simbólico e que escapam ao registro hegemônico do poder e sua tentativa de construção de uma nacional” (Bernd, 2018, p. 21).

Dessa forma, ao articular, memória identidade e ancestralidade, o texto literário oferece não apenas uma representação da experiência da mulher negra, mas também um espaço de contestação das narrativas hegemônicas. A recuperação da memória coletiva e a valorização dos vínculos ancestrais configuram-se como estratégias de afirmação subjetiva e de enfrentamento das estruturas coloniais e patriarcais,

elementos que serão fundamentais para análise da trajetória de Tituba em **Moi, Tituba, Sorcière... Noire de Salem**. Patricia Hill Collins (2016, p. 105), a partir de Brittan e Maynard (1984), evidencia que toda forma de dominação opera por meio da objetificação do sujeito oprimido, deslegitimando sua subjetividade e sua capacidade de produzir conhecimento sobre si. Ao rememorar essas histórias, Tituba não apenas reconstrói o passado, mas reinscreve essas experiências no presente, recusando o esquecimento e desafiando o silêncio imposto, de modo que a memória se afirma como um espaço de existência, resistência e continuidade, conforme assinala bell hooks (2022).

Nesse sentido, compreender a memória e a ancestralidade como eixos de resistência torna-se fundamental para avançar na análise dos espaços que atravessam a trajetória de Tituba, uma vez que é no deslocamento entre diferentes territórios, físicos e simbólicos, que essas experiências se materializam. Assim, no próximo tópico, discutem-se os conceitos de espacialidade e toponálise, fundamentais para compreender a construção da subjetividade da personagem.

3 ESPACIALIDADE E TOPOANÁLISE: MACRO E MICROESPAÇOS NA TRAJETÓRIA DE TITUBA

A análise da memória e da ancestralidade na vivência da mulher negra, conforme discutido anteriormente, demanda avançar para uma compreensão dos espaços nos quais essas experiências se inscrevem e se materializam. No contexto colonial, o espaço não se configura como um simples cenário neutro, mas como uma instância ativa de produção de subjetividades, de controle dos corpos e de organização das relações de poder. Assim, pensar a trajetória de Tituba implica considerar de que maneira os espaços por ela habitados, físicos, simbólicos e afetivos, condicionam suas formas de existir, resistir e elaborar sua identidade.

Nessa perspectiva, a espacialidade adquire um papel central na análise literária, uma vez que os deslocamentos, confinamentos

e as fronteiras impostas à personagem refletem as hierarquias raciais e de gênero que estruturam a sociedade colonial. O espaço, portanto, atua como um elemento constitutivo da experiência da Tituba, mulher negra acusada de bruxaria, funcionando tanto como instrumento de opressão quanto como possibilidade de ressignificação e resistência. É nesse sentido que a leitura da obra de Maryse Condé permite observar como a espacialização da narrativa evidencia os mecanismos de dominação, ao mesmo tempo em que abre fissuras para a construção de estratégias de sobrevivência.

Para compreender essas dinâmicas, este estudo recorre ao conceito de topoanálise, conforme proposto por Borges Filho (2015), que possibilita examinar o modo como os espaços são representados na narrativa e como influenciam a formação subjetiva da personagem. A topoanálise parte da compreensão de que o espaço literário não é apenas um dado geográfico, mas um elemento carregado de significados culturais, históricos e afetivos, que interfere diretamente nas ações, percepções e relações dos sujeitos ficcionais. Como afirma Borges Filho (2015, p. 18), a partir de Weisgerber (1978), “(...) O espaço do romance é, basicamente, um conjunto de relações entre lugares, ambiente, o cenário da ação e as personagens, ou seja, o indivíduo que conta com os eventos e as pessoas que participam deles” (2015, p. 18).

Essa concepção permite compreender o espaço como uma dimensão que articula memória, subjetividade e experiência histórica. Nesse sentido, bell hooks (2022, p. 35) propõe a noção de “psico-história” para pensar como os traumas coletivos atravessam os corpos e os territórios, deixando marcas que ultrapassam o tempo cronológico. Dialogando com essa perspectiva, Aleida Assman (2011, p. 352) afirma que os espaços são mídias da memória; apontam para um passado invisível e preservam o contato com ele. Na narrativa de Condé, ver o mar ou estar em um píer, por exemplo, faz com que Tituba rememore momentos significativos de Barbados, evidenciando como os espaços

estabelecem conexões entre passado e presente, funcionando como dispositivos de evocação memorial.

A espacialidade na obra também se inscreve em uma história de violência sistemática. Conforme observa Evaristo (2019, p. 5), a narrativa oferece uma revisitação aos acontecimentos de 1692, em Salem, onde pessoas acusadas de bruxaria foram condenadas à morte sob a influência de uma doutrina cristã puritana e supersticiosa. Entre elas, encontrava-se Tituba, mulher negra escravizada, originária de Barbados, sobre quem recai a suspeita de praticar *hoodoo*. Essa suspeição estava vinculada ao lugar social que ocupava como “mãe preta”, função historicamente associada à subalternização das mulheres negras nas Américas, revelando como o espaço social e simbólico também opera como instância de controle.

Nesse contexto, como aponta Leal (2022, p. 11), o racismo e o sexismo estão na raiz dos sentimentos de não pertencimento, enquanto a perspectiva ancestral, intimamente relacionada às conexões com a terra, com o meio ambiente e com estéticas opositoras, configura-se como um caminho de cuidado e cura. A ancestralidade, portanto, atravessa a espacialidade como uma forma de reinscrição simbólica do sujeito negro em territórios que lhe foram historicamente negados.

A topoanálise, tal como entendida neste estudo, consiste na investigação do espaço em toda a riqueza e dinâmica literária. Conforme destaca Borges Filho (2007, p. 33), o topoanalista busca desvendar os diversos efeitos criados pelo narrador no espaço – psicológicos ou objetivos, sociais ou íntimos. Essa abordagem se ancora na filosofia do espaço, na qual lugar e espaço podem ser “considerados sinônimos e se definem como tamanho, forma e relação de um corpo com o outro” (Borges Filho, 2007, p. 18), compreensão que, reforçam Santos e Ribeiro (2024, p. 140), permite pensar os cenários literários como campos de forças simbólicas.

Assim, o espaço literário não pode ser pensado de forma isolada, mas apenas na relação que estabelece com as personagens, uma vez que “há sempre motivações no espaço literário” (Borges Filho, 2015, p. 18). No caso específico de **Moi, Tituba, Sorcière... Noire de Salem**, os espaços narrados são densos de significados e operam tanto no campo do visível quanto no das memórias e dos traumas invisíveis. Borges Filho (2007, p. 46) propõe uma divisão básica da topografia literária em dois grandes espaços simbólicos, cidade e campo, que se desdobram em múltiplas formas de territorialização, sendo que os microespaços revelam, de maneira latente, a força da espacialidade narrativa.

Do ponto de vista teórico, o macroespaço pode ser entendido como grandes recortes geográficos que servem de moldura para a circulação dos sujeitos e para a tessitura dos conflitos que os atravessam (Borges Filho, 2007, p. 46). No romance de Condé, contudo, essa moldura escapa à neutralidade: ela sangra, fala e acusa. Os lugares não são meros cenários, mas regimes e estruturas de dominação. Essa espacialidade é marcada pela fluidez, pois, como apontam Melão e Balula (2015, p. 219), “a fluidez do espaço, bem como a mobilidade permanentemente da toponímia, espelha de forma invulgar o modo como o cotidiano de cada um vai se moldando às exigências de uma sociedade requer, cada vez mais, tal mobilidade”. Tituba se desloca não apenas entre territórios físicos, mas entre regimes de saber, tempos históricos e violências coloniais.

Esse deslocamento constante é atravessado por uma profunda experiência de desumanização. Quando Tituba afirma ter sido “riscada dos mapas dos humanos” (Condé, 2019, p. 51), sua fala ecoa uma história coletiva de apagamento, marcada pelas travessias forçadas, uma vez que “é aos milhares que os nossos são arrancados da África” (Condé, 2019, p. 80), assim como os povos indígenas também foram submetidos à escravidão. Nesse contexto, como observa bell hooks (2019, p. 250), os sistemas de dominação, imperialismo, colonialismo e racismo

atuam coercitivamente, levando pessoas negras a internalizar percepções negativas da negritude.

Se os macroespaços projetam Tituba em uma cartografia marcada pelas travessias forçadas, pelos deslocamentos coloniais e pela violência estrutural, os microespaços assumem um papel decisivo na elaboração de sua experiência subjetiva. Conforme aponta Borges Filho (2007), os microespaços correspondem a lugares restritos e íntimos da narrativa – como casa, o quarto ou os arredores imediatos –, nos quais se intensificam as interações simbólicas e afetivas. No romance de Condé, esses espaços condensam a vivência da opressão cotidiana e expõem os efeitos psicológicos da servidão, permitindo observar como a interiorização da violência colonial atravessa os gestos, os afetos e os desejos da personagem. É nesse contexto que a narrativa revela a emergência de sentimentos ambíguos, como ódio e o desejo de vingança, expressos na fala de Tituba: “Essa narrativa, que em outros tempos teria me revoltado, foi indiferente para mim. Retomei com paixão: – Eu quero que ela morra aos poucos, com os sofrimentos mais horríveis, sabendo que foi por minha causa...” (Condé, 2019, p. 57). A cena evidencia como o espaço íntimo não funciona como refúgio, mas como lugar de elaboração da dor e da violência internalizada.

Além disso, a experiência espacial de Tituba é profundamente marcada pela ruptura com o território de origem e pelos vínculos afetivos violentamente interrompidos pelo sistema colonial. O deslocamento forçado não representa apenas uma mudança geográfica, mas uma fratura existencial que atravessa sua memória e sua identidade. Essa violência se materializa na consciência da personagem quando afirma: “A mim que ela separava da minha terra natal, daqueles que eu amava e cuja companhia me era necessária” (Condé, 2019, p. 25). Tal separação evidencia que o espaço, na narrativa, atua como dispositivo de despossessão, ao romper laços, apagar pertencimentos e reconfigurar subjetividades sob a lógica da dominação. Dessa forma, os microespaços e macroespaços em **Moi, Tituba, Sorcière... Noire**

de Salem, não apenas organizam a ação narrativa, mas constituem dimensões centrais para compreender como a memória, o trauma e a resistência se entrelaçam na experiência da mulher negra em contexto colonial. É nesse atravessamento da dor – produzida pelo deslocamento, pela separação forçada e pela violência cotidiana – que se abre a possibilidade de reconhecimento entre mulheres negras, permitindo que a dor deixe de ser vivida de forma isolada e passe a construir um vínculo político e afetivo. É a partir desse ponto que emerge o conceito de dororidade, entendido como uma forma de solidariedade construída a partir da experiência comum da dor, aspecto que será desenvolvido no próximo tópico.

4 DORORIDADE, RESISTÊNCIA E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA NA EXPERIÊNCIA DA MULHER NEGRA

A dor que atravessa a experiência histórica das mulheres negras não pode ser compreendida como um evento isolado ou meramente individual. Trata-se de uma dor estruturante, produzida pela intersecção entre racismo, sexismo e colonialidade, que inscreve nos corpos, nas memórias e nas formas de pertencimento social. Como observa Sueli Carneiro (2013, p. 1), a experiência das mulheres negras é qualitativamente distinta daquela abordada pelos discursos clássicos sobre a opressão feminina, uma vez que as relações de gênero, desde o período colonial, foram organizadas segundo a cor e a raça, permanecendo ativas mesmo em sociedades que se afirmam como democráticas. Essa permanência evidencia que a violência não é episódica, mas um projeto político sistemático que se atualiza ao longo das gerações (Oliveira, 2024, p. 206).

É nesse contexto que o conceito de dororidade, formulado por Vilma Piedade (2024), adquire centralidade analítica. Ao criar o termo, a autora explicita a necessidade de nomear uma experiência que não encontra lugar na noção universalizante de sororidade. Como afirma Piedade (2024, p. 11), a dororidade nasce da dor específi-

ca das mulheres negras, uma dor que resulta da sobreposição de opressões e que funda laços de reconhecimento e cuidado mútuo. O fato de o próprio termo ser recusado por mecanismos hegemônicos de validação – quando, por exemplo, “o *Google* não traz nenhum registro e sugere a palavra... sororidade” – revela como as experiências continuam sendo silenciadas ou corrigidas pelo discurso dominante.

A dor, entretanto, não é apenas aquilo que oprime; ela também pode ser o ponto de partida para a construção de vínculos. Como afirma bell hooks, “cuidamos umas das outras porque ninguém cuidará de nós”, sintetizando uma ética do cuidado forjada na ausência histórica de proteção institucional. Esse cuidado, como observa a autora, foi majoritariamente oferecido por outras mulheres negras, no interior de redes construídas a partir da dor compartilhada (hooks, 2019, p. 85). No entanto, tais redes não são idealizadas: o cuidado nem sempre neutraliza a raiva ou o desejo de infligir dor, podendo, inclusive, intensificá-los, o que evidencia a complexidade afetiva dessas relações.

Na narrativa de Condé, a dororidade manifesta-se desde os primeiros momentos da vida da protagonista. Ao rememorar a morte de sua mãe, Tituba afirma sentir endurecer em si “como lava, um sentimento que não a abandonaria nunca mais, um misto de terror e de luto” (Condé, 2019, p. 32). Essa dor inaugural não a isola; ao contrário, é atravessada por presenças femininas e espirituais que a acompanham, como quando declara saber que “não estava sozinha e que três sombras se revezavam ao meu redor em vigília” (Condé, 2019, p. 33). A dor, nesse sentido, não se dissocia da memória nem da ancestralidade, mas se transforma em um elo entre passado e presente.

Essa articulação entre dor, memória e consciência pode ser compreendida à luz das reflexões de Lélia Gonzalez (1987), para quem a memória funciona como um lugar de saber que resiste ao apagamento promovido pela consciência dominante. Enquanto o discurso hegemônico tenta ocultar as violências coloniais, a memória reinscreve

aquilo que não foi oficialmente registrado, fazendo emergir verdades que se estruturam como ficção, como narrativa e como resistência. É por meio dessas fissuras que a dor encontra linguagem e possibilidade de elaboração coletiva.

A dororidade, portanto, não se limita ao compartilhamento do sofrimento, mas envolve também uma forma particular de consciência crítica. Como apontam bell hooks (1995) e Grada Kilomba (2020), mulheres negras desenvolvem uma maneira singular de ler a realidade, observando simultaneamente o centro e a margem, “de fora para dentro” e “dentro para fora”. Essa dupla consciência é condição de sobrevivência e permite identificar os mecanismos da supremacia branca e de dominação colonial. Fanon (2008, p. 33) já alertava para essa clivagem, ao observar que o sujeito negro é constantemente forçado a se dividir entre o semelhante e o branco, entre pertencimento e exclusão.

Nesse cenário, a resistência não se apresenta como heroísmo romantizado. Vilma Piedade (2024, p. 41) problematiza a ideia de que o povo negro é naturalmente resistente, denunciando como essa narrativa acaba por legitimar a violência histórica da escravidão e do racismo. Ainda assim, como confirma Condé (2019, p. 100), a “má sorte é irmã gêmea do negro”, mas, apesar disso, a resistência persiste, não como escolha, mas como condição de sobrevivência. Essa resistência se manifesta tanto nas práticas espirituais herdadas da ancestralidade africana quanto nas relações de cuidado e partilha entre mulheres, como demonstram Santos e Ribeiro (2025), ao analisar o caráter contra-hegemonico desses saberes no contexto caribenho.

Ao longo da narrativa, Tituba recolhe “pedaços do [seu] eu” e, pouco a pouco, retoma a esperança (Condé, 2019, p. 174). Essa reconstrução subjetiva não ocorre de forma isolada, mas no entrelaçamento com outras mulheres, com memórias ancestrais e práticas coletivas de cuidado. Como afirma bell hooks (2018), é na comunidade que se encontram forças para a transformação, pois ela lembra que ninguém

está sozinho. Trata-se de um poder que não se concentra, mas que é compartilhado (hooks, 2022, p. 175), apontando para a possibilidade de uma vida em que as demarcações de raça, classe e gênero deixem de operar como dispositivos de exclusão (hooks, 2022, p.30).

Assim, a dororidade emerge como uma chave interpretativa fundamental para compreender a trajetória de Tituba e, de forma mais ampla, a experiência das mulheres negras. Longe de romantizar a dor, esse conceito permite reconhecê-la como um campo de elaboração política, afetiva e simbólica, a partir do qual se constroem estratégias de sobrevivência, memória e resistência. Como antecipa a própria narrativa de Condé, “você vai sofrer muito na vida. Muito. Muito. [...], Mas, vai sobreviver” (Condé, 2019, p. 32), e essa sobrevivência, como o texto demonstra, raramente é solitária.

Dessa forma, a dororidade emerge, na narrativa de Maryse Condé, não apenas como um vínculo afetivo entre mulheres negras, mas como uma estratégia política de sobrevivência diante de um sistema que produz, reiteradamente, a desumanização. Ao articular memória, ancestralidade e espaço, a experiência de Tituba revela que a dor compartilhada não conduz à paralisia, mas à possibilidade de reconhecimento mútuo e de reconstrução subjetiva. A dor, longe de ser romantizada, torna-se linguagem, consciência prática coletiva, permitindo que as mulheres negras reinscrevam suas existências em territórios que lhes foram historicamente negados. Assim, a trajetória de Tituba evidencia que resistir não é um gesto individual heroico, mas um processo tecido no coletivo, sustentado pela memória, pelos laços ancestrais e pelas redes de cuidado forjadas na experiência comum da opressão. É a partir desse entrelaçamento que se torna possível compreender a narrativa como um gesto de justiça poética, capaz de desafiar o silêncio histórico e afirmar a permanência da vida negra feminina como presença, voz e saber.

5 SER MULHER NEGRA EM TRÂNSITO: ESPAÇO, MEMÓRIA E DORORIDADE NA NARRATIVA DE TITUBA

Antes de avançar para a análise das falas de Tituba e das experiências que atravessam sua trajetória, faz-se necessário organizar, de forma sintética, os principais espaços que estruturam a narrativa e que condicionam a vivência da personagem enquanto mulher negra em contexto colonial. Esses espaços, compreendidos a partir da distinção entre macro e microespaços, não operam como cenários neutros, mas como instâncias ativas de produção de subjetividades, de controle e de resistência. Essa organização inicial tem como objetivo oferecer um mapeamento conceitual dos deslocamentos, das rupturas e das permanências que atravessam a experiência de Tituba, servindo como base para a análise interpretativa que se desenvolve na sequência.

A trajetória de Tituba estrutura-se a partir de diferentes espacialidades que podem ser compreendidas em termos de macroespaços, microespaços e espaços simbólicos, que dialogam com distintos eixos teóricos. Barbados configura-se como o macroespaço de origem, associado à ancestralidade, ao pertencimento e, simultaneamente, à ruptura violenta provocada pelo sistema colonial, constituindo o primeiro território de inscrição da memória da protagonista. A travessia marítima, por sua vez, também se apresenta como um macroespaço central na narrativa, marcado pela desumanização e pelo apagamento dos sujeitos negros, operando como símbolo da diáspora africana e da colonialidade que estrutura as relações de poder no contexto colonial. Salem emerge como outro macroespaço fundamental, caracterizado pelo controle, pelo racismo e pela perseguição, no qual se articulam as dimensões de gênero e branquitude que sustentam a violência institucional direcionada à mulher negra acusada de bruxaria.

No âmbito dos microespaços, a cabana, o espaço doméstico, o tribunal e a praça assumem papel relevante na elaboração subjetiva de Tituba, funcionando como lugares de interiorização da dor, do ódio

e da violência cotidiana, mas também como espaços de elaboração psíquica da experiência traumática. Por fim, o espaço espiritual, compreendido como uma dimensão simbólica, atravessa toda a narrativa, articulando ancestralidade, memória e resistência, além de possibilitar a construção de vínculos de dororidade, fundamentais para a sobrevivência e para a afirmação subjetiva da protagonista enquanto mulher negra em contexto colonial.

A trajetória de Tituba é atravessada por deslocamentos constantes que inscrevem no espaço a experiência histórica da mulher negra em contexto colonial. Esses deslocamentos não se limitam a mudanças geográficas, mas produzem rupturas afetivas, simbólicas e existenciais que incidem diretamente sobre a construção de sua subjetividade. Os macroespaços e microespaços que compõem a narrativa operam simultaneamente como dispositivos de controle, violência e resistência, sendo a voz de Tituba o elemento que permite reinscrever essas experiências como memória narrada.

No momento em que Tituba se desloca para morar com John Indien, o espaço doméstico colonial passa a operar de forma ainda mais incisiva como instância de controle dos corpos e das crenças. É nesse contexto que Susanna Endicott interroga a jovem sobre sua religião e determina sua submissão aos ritos cristãos: “– Você é cristã – Eu vou ensinar as preces a ela, senhora. E vou conversar com o cura da paróquia de Bridgetown para que ela receba o santo batismo quanto antes” (Condé, 2019, p. 47). A mudança de espaço implica, assim, a imposição de um regime simbólico específico, no qual o corpo da mulher negra é tratado como território a ser convertido e moldado segundo valores europeus. A aprendizagem forçada da doutrina cristã opera, assim, como mecanismo de apagamento das práticas espirituais ancestrais de Tituba, reafirmando a lógica colonial associando a civilização à negação de outras formas de pertencimento.

Essa violência estrutural se intensifica nos espaços institucionais, como o tribunal, onde Tituba reconhece a impossibilidade de sua fala ser legitimada: “no tribunal, a palavra de um escravizado ou mesmo de um negro livre não contava. Não importava o quanto gritássemos e clamássemos que eu ignorava quem era Satanás, ninguém prestaria atenção. Foi então que tomei a decisão de me proteger. Sem esperar mais” (Condé, 2019, p. 56). A consciência de que o espaço jurídico é racializado e excludente conduz a personagem à decisão de “se proteger”, revelando formas de resistência que não se expressam por meio da confrontação direta, mas por estratégias de sobrevivência. Como observa Angela Davis, “em muitos casos, a resistência envolvia ações mais sutis do que revoltas, fugas e sabotagens” (Davis, 2016, p. 34), especialmente quando o reconhecimento como sujeito direto é sistematicamente negado.

A opressão de gênero se articula a essa lógica espacial de dominação, como explica a própria Tituba ao afirmar: “Os homens não amam. Eles possuem. Eles subjagam” (Condé, 2019, p. 39). A frase sintetiza a experiência feminina negra em uma sociedade patriarcal e colonial, na qual o corpo da mulher, sobretudo, as mulheres negras, é tratado como objeto de posse, seja no espaço doméstico, seja no espaço social mais amplo. Essa lógica encontra respaldo histórico no que Davis identifica como a concepção de que “Uma das características históricas marcantes do racismo sempre foi a concepção de que os homens brancos – possuíam um direito incontestável de acesso ao corpo das mulheres negras” (Davis, 2016, p. 180). Nesse sentido, a violência sexual não se apresenta como exceção, mas como prática estruturante do sistema escravista, como também aponta Piedade ao afirmar que o machismo racista classista construiu a hipersexualização das mulheres negras, naturalizando abusos e estupro desde a senzala até os dias atuais (Piedade, 2024, p. 14).

Os microespaços assumem papel central nessa elaboração subjetiva de Tituba, pois é neles que a violência colonial se manifesta

de forma mais direta sobre os corpos das mulheres negras. A expulsão da plantação, ainda na infância, não se configura como um gesto de misericórdia do sistema escravista, mas como a única alternativa à morte, viabilizada exclusivamente pela solidariedade entre os próprios escravizados: “Eu poderia ter morrido, se a solidariedade entre as pessoas escravizadas, que raramente se eximiam de algo, não tivesse me salvado” (Condé, 2019, p. 31). Essa cena ganha densidade trágica quando considerada à luz da morte de sua mãe, enforcada após reagir à tentativa de estupro cometida por Darnell, homem branco e rico. Ao golpear o agressor em defesa de seu próprio corpo, a mãe de Tituba rompe momentaneamente com a lógica da submissão imposta às mulheres negras, mas é violentamente punida por esse gesto de resistência. A venda de Yao como represália e seu posterior suicídio antes de chegar ao destino reforçam o caráter exemplar da punição colonial, que opera pela destruição dos vínculos afetivos e familiares.

Davis observa que o “sistema escravista definia o povo negro como propriedade. Já que as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero” (Davis, 2016, p. 17). Essa desumanização, no entanto, não impede a construção de redes de solidariedade e cuidado, que se configuram como formas de resistência coletiva. Como aponta Djamila Ribeiro, a tradição do feminismo negro enfatiza a importância de redes de solidariedade política em oposição à fixação em narrativas de vitimização (Ribeiro, 2018, p. 19). É nesse contexto que emerge a dororidade como prática concreta de sobrevivência, anterior à sua nomeação conceitual, expressa na acolhida da velha que “cultivara o extremo dom de se comunicar com os invisíveis” (Condé, 2019, p. 31) e nos ensinamentos de Man Yaya – “Man Yaya me ensinou sobre as plantas” (Condé, 2019, p. 32); “me iniciou em um conhecimento mais profundo (Condé, 2019, p. 33).

O espaço espiritual, nesse sentido, configura-se como microterritório de resistência, onde a memória ancestral e os saberes femininos

negros são preservados e transmitidos. Bernd denomina esses locais de “espaços de recordação”, nos quais vestígios e saberes marginalizados pela história oficial são reativados por meio da memória cultural (Bern, 2018, p. 128). Essa dimensão espiritual também se manifesta durante a travessia marítima, macroespaço simbólico da diáspora e da desumanização, quando Tituba, mesmo silenciada, reconhece sinais que respondem às “orações do meu coração” (Condé, 2019, p. 199). A memória ancestral atua, assim, como força de sustentação psíquica e simbólica frente a violência colonial, reafirmando o que bell hooks identifica como uma cultura de resistência centrada na dignidade (hooks, 2022, p. 48).

Essa insistência na dignidade, longe de se constituir como abstração moral, materializa-se nos gestos cotidianos de sobrevivência e nos modos como Tituba reinscreve sua existência nos espaços que lhe são negados. Ao narrar suas experiências, a personagem transforma deslocamento forçado em possibilidade de elaboração simbólica, convertendo a memória da violência em um instrumento de afirmação subjetiva. Desse modo, a narrativa de Tituba não apenas registra a dor imposta pelo colonialismo, mas inaugura um espaço discursivo no qual a mulher negra se reconhece como sujeito histórico, capaz de significar sua própria trajetória mesmo em contextos marcados pela exclusão.

Ao longo da narrativa, a repetição das expulsões e rejeições – “você nada mais é que uma negra muito ordinária” (Condé, 2019, p. 221) – reafirma que o não pertencimento é uma condição estrutural da mulher negra em trânsito. Ainda assim, a voz de Tituba recusa o silêncio e transforma a dor em narrativa, inscrevendo sua experiência como memória coletiva e gesto de justiça poética. É nessa articulação entre espaço, memória e dororidade que a personagem constrói estratégias de sobrevivência e afirma sua existência para além das tentativas históricas de apagamento, evidenciando, como afirma Conceição Evaristo, que a fala das mulheres negras “estilhaça a máscara do silêncio” (Ribeiro, 2018, p. 19).

Ao estilhaçar essa máscara, a narrativa de Tituba rompe com as versões hegemônicas da história colonial e reinscreve, pela literatura, a experiência da mulher negra como centro de enunciação. Sua fala transforma o espaço – antes instrumento de controle e violência – em território de memória, resistência e dororidade, articulando vivências individuais a uma experiência coletiva historicamente silenciada. Assim, a obra de Maryse Condé não apenas recupera vestígios apagados pela história oficial, mas também afirma a potência da narrativa como gesto político, capaz de produzir pertencimento, reconhecimento e continuidade. É a partir dessa compreensão que se torna possível avançar para as considerações finais, refletindo sobre os sentidos e implicações dessa escrita de resistência no contexto dos feminismos negros e da literatura pós-colonial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de **Moi, Tituba, Sorcière... Noire de Salem**, de Maryse Condé, permitiu compreender como a literatura se constitui como um espaço privilegiado de reinscrição da memória coletiva e de contestação das narrativas hegemônicas que historicamente silenciaram a experiência da mulher negra. Ao conferir centralidade à voz de Tituba, a autora desloca o olhar colonial e patriarcal, transformando a narrativa em um gesto de justiça poética que restitui humanidade, subjetividade e complexidade a uma personagem relegada à marginalidade nos registros históricos.

Ao longo deste artigo, buscou-se demonstrar que a construção da identidade de Tituba se dá a partir da articulação entre memória, ancestralidade e espacialidade. A memória, compreendida à luz de Halbwachs e de autores do feminismo negro, revela-se como um campo político de resistência, no qual experiências silenciadas são reelaboradas e reinscritas entre passado e presente, funcionando

como fonte de pertencimento, continuidade e força à fragmentação produzida pela diáspora e pela violência colonial.

A análise da espacialidade, fundamentada no conceito de toponímia, evidenciou que os espaços narrativos em Condé não operam como cenários neutros, mas como instâncias ativas de produção de subjetividades, controle e dominação. Os macroespaços, marcados pelas travessias forçadas, pelo deslocamento colonial e pelo apagamento, e os microespaços, onde a violência cotidiana se interioriza e se elabora, revelam como o espaço atua diretamente na constituição da experiência da mulher negra, atravessando seus afetos, memórias e estratégias de sobrevivência.

É nesse contexto que o conceito de dororidade se apresenta como chave interpretativa fundamental. Ao nomear uma forma específica de solidariedade forjada na dor compartilhada entre mulheres negras, a dororidade permite compreender como o sofrimento, longe de ser vivido de maneira isolada, pode se transformar em vínculo, cuidado e resistência coletiva. Na trajetória de Tituba, a dor não é negada nem superada de forma idealizada; ela é reconhecida, elaborada e partilhada, constituindo um espaço de reconstrução subjetiva e de afirmação política da existência.

Dessa forma, este estudo contribui para debates nos campos dos estudos literários, da memória e do feminismo negro, ao evidenciar como a obra de Maryse Condé articula literatura, história e crítica social para tensionar os limites da historiografia colonial e das representações tradicionais da mulher negra. Ao reinscrever a experiência de Tituba no centro da narrativa, **Moi, Tituba, Sorcière... Noire de Salem** reafirma a literatura como um lugar de memória, resistência e imaginação política, capaz de produzir novas formas de ver, narrar e compreender a experiência negra feminina nas Américas.

REFERÊNCIAS

- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.
- BERND, Zilá. **Literaturas da diáspora africana nas Américas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.
- BORGES FILHO, Ozíris. **Espaço e literatura**: introdução à topoanálise. São Paulo: Editora Contexto, 2007.
- BORGES FILHO, Ozíris. **Topoanálise**: estudos do espaço na narrativa. São Paulo: Editora Contexto, 2015.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2013.
- COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. DIAS, Jamille Pinheiro (Trad.). São Paulo: Boitempo, 2016.
- CONDÉ, Maryse. **Moi, Tituba, sorcière... Noire de Salem**. Paris: Mercure de France, 1986.
- CONDÉ, Maryse. **Eu, Tituba, Bruxa negra de Salém**. POLESSO, Natalia Borges (Trad.). 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. CANDIANI, Heci Regina (Trad.). São Paulo: Boitempo, 2016.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. SILVEIRA, Renato da (Trad.). Salvador: Edufba, 2008.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista de ciências sociais hoje**, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**: Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio Janeiro: Zahar. 2020.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. SILVA, Tomaz Tadeu da; LOURO, Guacira Lopes (Trads.). 11. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2006.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

hooks, bell. **Pertencimento a cultura do lugar**. BALBINO, Renata (Trad.). São Paulo: Editora Elefante, 2022.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. LIBÂNIO, Ana Luiza (Trad.). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. CIPOLLA, Marcelo Brandão (Trad.). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

hooks, bell. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. BORGES, Stephanie (Trad.). São Paulo: Elefante, 2022.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação** [recurso eletrônico]: episódios de racismo cotidiano /Grada Kilomba. OLIVEIRA, Jess (Trad.). 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020.

PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Nós, 2024.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200–212, 1992.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SANTOS, Marilâne Nascimento dos; RIBEIRO, Rosária Cristina Costa. Raízes e Resistências: As plantas como marcas de espaço e identidade em Eu, Bruxa Negra de Salem. In: RIBEIRO, Rosária Cristina Costa; SOUTO, Susana (Orgs.). **O que come a literatura**: alimentos, memórias e narrativas. Maceió: Edufal, 2025. p. 183–200.

SANTOS, Marilâne Nascimento dos; RIBEIRO, Rosária Cristina Costa. Espaço e Identidade em Eu, Bruxa Negra de Salem. **Silc**. São Cristóvão, SE, 2024.

SILVA, Dávila Maria Feitosa da.; LIMA, Izabel França de. Narrativas silenciadas: memoricídio e resistência de mulheres negras. In: Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2023. **Anais [...] XXIII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação**, v. 3, n. 1, 2023. Disponível em: https://enancib.ancib.org/enancib/pt_BR/article/view/1170. Acesso em: 15 jul. 2026.

TOGNOLI, Sônia Érika Kátia do Amaral. Maurice Halbwachs: a memória coletiva. **Scripta Alumni Uniandrade**, n. 2, p. 124–134, 2009.



SOBRE AS PESSOAS AUTORAS

Aderjan Albert da Silva Argolo – Mestra e doutoranda em Linguística e Literatura pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas (PGLL Ufal); Mestra em Ciências Humanas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Oeste da Bahia (PPGCHS Ufob); Licenciada em Letras – Português e Espanhol pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Bacharela em Psicologia pela Faculdade Pio Décimo (UniPio) – Psicóloga Clínica (CRP 19/4784). Membro do Grupo de Pesquisa Discurso, Sentidos e Sociedade (Disenso/PPGLL/CNPq). Está bolsista CAPES.

E-mail: aderjanalbert.letrasufs@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0713121048668650>

Aldo Matheus do Nascimento Silva – Mestrando em Linguística pelo Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas (PPGLL/Ufal).

E-mail: aldo.matheus@arapiraca.ufal.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5122047872376938>

Débora Raquel Hettwer Massmann – Professora Adjunta da Universidade Federal de Alagoas (Ufal); docente do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas (PPGLL/Ufal); docente do curso de Letras (Francês); Doutora em Letras pela Universidade de São Paulo (USP), Mestra e Graduada em Letras (Português-Francês) pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Líder do Grupo de Pesquisa Discurso, Sentidos e Sociedade (Disenso/PPGLL/CNPq).

E-mail: debora.massmann@fale.ufal.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1326731305679142>

Deywid Wagner de Melo – Doutor e Mestre em Linguística pelo programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL/Ufal), professor titular do curso de Licenciatura em Letras-Português da Universidade Federal de Alagoas (Ufal-Arapiraca) e do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas (PPGLL/Ufal).

E-mail: deywid@arapiraca.ufal.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7020793880491107>

Elaine Rodrigues de Souza Silva – Mestra e doutoranda em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas (PPGLL/Ufal).

E-mail: elainerodriguespee@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5785836602647256>

Helen Maika Brasil Bezerra – Graduada em Letras – Espanhol pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Foi bolsista de Iniciação Científica (Pibic/CNPq) na área de linguística textual. Desenvolveu, em seu Trabalho de Conclusão de Curso, pesquisa sobre a narradora-personagem-detetive no romance **Mulheres empilhadas**, de Patrícia Melo, sob uma perspectiva decolonial. Atualmente, é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL/ufal), onde investiga as relações de proximidade e distanciamento na vivência das personagens detetives nos romances **Mulheres empilhadas**, de Patrícia Melo; **No fio da noite**, de Ana Teresa Jardim; e **Os seios de Pandora**, de Sonia Coutinho.

E-mail: helen.bezerra@fale.ufal.br

Helson Flávio da Silva Sobrinho – Doutor em Letras e Linguística. Professor e pesquisador da Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Pesquisador do Grupo de Estudos em Discurso e Ontologia (Gedon).

E-mail: helsonf@gmail.com

Ícaro de Carvalho Bismarck Lopes – Mestre em Língua e Cultura pelo Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e doutorando em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas (PPGLL/Ufal).

E-mail: icarobismarque@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0856283427567542>

Isabella Sotero Medeiros Teixeira – Mestranda em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL/Ufal) da Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Pesquisa financiada pela Capes.

E-mail: isabella.teixeira@fale.ufal.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9627912617579630>

José Anilton Alves da Silva – Doutorando e mestre em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL/Ufal) (2021). Especialista em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Literatura pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (Uniasselvi) (2019). Graduado em Letras (2018) – Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal) (*Campus do Sertão*). Professor de Língua Portuguesa pela Seduc-AL e pela Semed-Rio Largo.

E-mail: alves.anilton@gmail.com

Maria Clara de Lima Barros – Professora efetiva da rede estadual de Alagoas e mestranda em Estudos Literários pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas.

E-mail: mclaralbarros@gmail.com

Marilâne Nascimento dos Santos – Mestranda do PPGLL-Ufal. Grupo de pesquisa Grupo Poéticas Interartes.

E-mail: marilane.santos@fale.ufal.br / marilanesantos168@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6623265795553606>

Martin Ramalho de Freitas Leão Rego – Doutorando em Linguística e Literatura pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal).

E-mail: martinramalho1@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8901959894116815>

Rosária Cristina Costa Ribeiro – Graduada em Letras Português/Francês pela Unesp, mestrado e doutorado no Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários também pela Unesp. Atualmente, é professora do magistério superior na Faculdade de Letras (Fale-Ufal-Maceió), no curso de Licenciatura em Letras-Francês e no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL). É docente-orientadora Rede ISF-Andifes língua francesa

na Ufal, coordenadora do curso de Letras-Francês e vice-presidente da AAPF – Associação Alagoana de Professores de Francês. Faz parte dos grupos de pesquisa Topus (UFTM), Poética Interartes (Ufal) e do LABLLAF – Laboratório de literaturas latino-americanas de língua francesa (UFRN).

E-mail: rosaria.ribeiro@fale.ufal.br

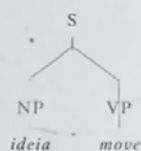
[laŋ.gwɪdʒ]

sistema de signos
da comunicação



*as palavras
são pontes
entre o silêncio
e o sentido.*

metáfora



polissemia

*navega
entre
linhas,
o leitor
se escreve.*